

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**CONTROLE SOCIAL PERVERSO:
ANÁLISE DE UMA POLÍTICA
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Fábia Berlatto

Curitiba – PR
2008

FÁBIA BERLATTO

**CONTROLE SOCIAL PERVERSO:
ANÁLISE DE UMA POLÍTICA
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

Curitiba – PR

2008

FÁBIA BERLATTO

**CONTROLE SOCIAL PERVERSO:
ANÁLISE DE UMA POLÍTICA
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade

Prof. Dr. André Filipe Pereira Reid dos Santos

Curitiba – PR

2008

*no coração de Curitiba
uma ferida um problema,
essa é minha quebrada
bem-vindo ao Capanema*

Branco Favela

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: CONTROLE SOCIAL PRECÁRIO E CONTROLE SOCIAL PERVERSO	9
I.1 O “ALVO 1” DA POLÍCIA: A VILA DAS TORRES	9
I.2 O CONTROLE SOCIAL	12
I.2.1 Controle Social em Sociedades “Simples”	14
I.2.2 Controle Social em Sociedades “Complexas”	16
I.2.3 Bem-estar Coletivo e Controle Social	20
CAPÍTULO II: A VILA DAS TORRES: SUA INSERÇÃO FÍSICA E SIMBÓLICA NA CIDADE	22
II.1 FAVELA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	24
II.2 CARACTERIZAÇÃO DA VILA DAS TORRES	30
II.3 O PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA	42
II.4 CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA: O MITO DA “CIDADE DAS ETNIAS [BRANCAS]”	52
CAPÍTULO III: A POLÍTICA DO DISCURSO POLÍTICO: A RETÓRICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO NO PARANÁ	59
III.1 O CONTEXTO DA ECONOMIA GLOBAL	63
III.2 UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE A CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PREDOMINANTE NO OCIDENTE	66
III.3 O DISCURSO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DO PARANÁ	69
III.3.1 A Lei e a Ordem	69

CAPÍTULO IV: A POLÍTICA DA PRÁTICA DE ESTADO: AGENTES DA SEGURANÇA E JORNALISTAS DA ORDEM	82
IV.1 O PESADELO CONCENTRA-SE NA VILA DAS TORRES: O LADRÃO “QUEBRA-VIDROS”	87
IV.1.1 Nova estratégia para abordar motoristas	93
IV.1.2 E a fumaça supera o fogo	95
IV.1.3 Criminosos e não criminosos	97
IV.2 NARRATIVAS OFICIAIS SOBRE A INTERVENÇÃO ESTATAL	100
IV.2.1 Mapa do crime	100
IV.2.2 Foi como “jogar um gato dentro de uma caixa cheia de ratos”	103
IV.2.3 Ações Sociais Depois da Intervenção Policial	106
IV.2.4 O Uso Ilimitado da Força e a Otimização dos Resultados	111
IV.3 “ZONA DE PERIGO: VILA DAS TORRES ASSUSTA ATÉ A POLÍCIA”	113
V. CIDADANIA DESILUDIDA E CONTROLE SOCIAL PERVERSO	123
V.1 REPRESENTAÇÕES DE SI E DO OUTRO: A VIVÊNCIA DO ESTIGMA E DA DESCLASSIFICAÇÃO MORAL	126
V.2 POLÍTICA DE SEGURANÇA E A CIDADANIA DESILUDIDA	131
V.3 POLÍTICA SOCIAL E A CIDADANIA DESILUDIDA	137
CONCLUSÃO	145
ANEXOS	140
Anexo 1. Aspecto geral da Vila, década de 1980	148
Anexo 2. Imagem de satélite da Vila das Torres	149

Anexo 3. Ruas limítrofes	150
Anexo 4. Referências de proximidade	151
Anexo 5. Localização geográfica das subdivisões simbólicas da Vila	152
Anexo 6. Localização da Vila das Torres em relação a outras ocupações	153
Anexo 7. Aspecto geral das residências	154
Anexo 8. Depósito do Mineirinho, Vila das Torres	156
Anexo 9. Carta das Favelas	157
Anexo 10. Vila de Ofícios na Vila das Torres	162
Anexo 11. Preocupação com a violência	163
Anexo 12. Pesquisa sobre violência e avaliação da Operação Alvo 1	164
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 165

Resumo

Esta dissertação interpreta os elementos constitutivos de uma política de segurança implementada pelo governo do Paraná em uma vila curitibana em 2005 como um dispositivo de controle social perverso. Controle social perverso é um tipo específico de controle social que, utilizando-se de critérios discriminatórios como raça/etnia, classe, gênero, idade, indumentária e questões geo-espaciais, funciona através de processos de criminalização do Outro. No caso em análise, o Outro é o pobre. A forma de controle social mais positiva, idealmente, é aquela que germinaria espontaneamente em uma sociedade capaz de produzir solidariedade e bem estar coletivo. Esses, por sua vez, surgiriam da promoção dos instrumentos sociais mais básicos, a distribuição de renda e a democratização dos instrumentos de apropriação dos bens e da cultura legítima. Tais instrumentos são condição para a transformação da desigualdade social. Assim, quando o controle social não produz bem estar coletivo, mas reproduz e mantém as desigualdades, estamos diante de sua forma perversa. As conclusões do trabalho apontam que a formação do imaginário social curitibano em torno de sua cidade e de seus habitantes implica uma “sociodinâmica da estigmatização” que recai sobre os moradores da Vila das Torres representando-os como potencialmente criminosos. A retórica oficial da segurança, difundida pela Secretaria Estadual de Segurança Pública prima pela defesa genérica dos direitos humanos. Esse discurso abstrato, guiado pelas regras que regulam a competição no campo político por poder e legitimidade, reforça a *doxa* da opinião pública culta sobre a política de segurança ideal, ou seja, agir preferencialmente contra os “potencialmente criminosos”. As narrativas específicas sobre uma política de segurança, a Operação Alvo 1, produzidas tanto por agentes do Estado quanto pela imprensa local, são constituídas de forma circular, num trabalho coletivo que termina por confirmar a *doxa* que desvia a insegurança social e civil para a insegurança em relação ao crime, dando a este uma relevância política e cultural estrondosa. O medo do crime direciona-se então contra o pobre e dita as políticas de Estado que primam pelo controle social a partir de um viés policial, ou “perverso”. A experiência dos moradores da Vila das Torres com a Operação Alvo, confirmada através de entrevistas diretas, afetou sua auto-estima e confirmou o capital simbólico negativo do Estado. O resultado desse mecanismo, mais do que o produto dessa ação policial específica, foi a ampliação da desesperança e do desamparo. A Operação Alvo 1 é um exemplo de como essa forma de controle social perverso é capaz de produzir uma relação desiludida com a cidadania.

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é o controle social. A idéia a ser ressaltada na investigação é a de que existem, segundo a linha de argumentação escolhida, diferentes formas de controle social. A forma mais positiva, idealmente, seria aquela que exerce seus mecanismos de controle por intermédio da integração social, ou seja, pelo acesso de bens e serviços materiais ou simbólicos que podem produzir certo equilíbrio estrutural espontâneo.

O modelo acima contrapõe-se àquela forma de controle social que procura negar a diferença ou mascarar/invisibilizar a desigualdade. Essa forma de “controle social perverso” (MORAES, 2008, p. 2) pode ser percebida, entre outras maneiras, através dos mecanismos que o Estado – e aqui dou ênfase ao Estado brasileiro – adota no enfrentamento da criminalidade, bem como nas dinâmicas da estigmatização que estas práticas de controle perverso impõem a uma categoria social específica: a dos pobres. Esse é, por assim dizer, o problema teórico desta dissertação.

De forma mais particular, meu objeto de estudo é uma ação policial chamada Operação Alvo 1 – Vila das Torres¹, promovida em Curitiba pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná em 2005 (que chamaremos de SESP). Busco, assim, interpretar as relações estabelecidas entre o Estado e Sociedade no âmbito de uma política de segurança pública bem determinada.

Essa ação policial revela um modelo de *segurança pública*² centrado na idéia de *guerra*, ou seja, na articulação entre a militarização da polícia³ e a policialização da sociedade,

¹ A Operação Alvo 1 – Vila das Torres teve seu modelo posteriormente repetido em outras localidades, como a Favela do Parolim, a Vila Verde, em Curitiba, e em Foz do Iguaçu, no interior do estado.

² Quanto mais a terminologia “segurança pública” apela para o senso comum, mais ela mascara processos de controle social perverso, pois é exatamente nesse jogo que ela acaba enunciando aquilo que ela não faz, ou seja, não diminui o medo (insegurança) e caminha longe da noção de “público”, por privilegiar interesses, espaços, modelos de comportamento, etc. Ver, por exemplo, o depoimento de Hélio Luz no documentário “Notícias de uma guerra particular”, onde ele diz que a polícia brasileira existe para proteger o Estado e não a sociedade: “É a polícia política mesmo. Então, isso aqui é uma sociedade injusta, e nós garantimos a sociedade injusta. O excluído fica sob controle,

elementos que funcionam como formas de controle social perverso na medida em que criminalizam a pobreza e produzem medo por intermédio da estigmatização dos pobres.

A Operação Alvo caracteriza-se também pelo seu cunho midiático e sensacionalista, uma vez que, como veremos, não produziu - e nem poderia produzir, se minha argumentação estiver correta - sensação de segurança ou, melhor: ela não diminuiu, em absoluto, a vulnerabilidade social da população habitante da Vila das Torres. Todavia, destaco, a justificativa da ação teria sido uma resposta ao tráfico e outros delitos, como roubo, que teriam lugar *na* Vila e *em* suas imediações.

A análise das tentativas de eliminar o crime, entendido pelo senso comum como grande gerador de insegurança social, constitui importante recurso para a compreensão das práticas que vêm historicamente sendo desenvolvidas no Brasil e que tem relação com o controle das “classes perigosas”. Considero que o estudo da Operação Alvo 1 permite verificar o equívoco cometido pelo Estado brasileiro no que tange às suas tentativas de produção de controle social através de modelos de políticas públicas que têm como característica fundamental estarem baseadas em perspectivas policialescas.

Minha hipótese é que através da Operação Alvo 1 almeja-se uma *segurança pública* (isto é, um tipo *específico* de segurança pública) cujo resultado não é outro senão reforçar o estigma e a exclusão social. Ela é mais um mecanismo de estigmatização de uma categoria social perpetrado pelo combate *legal* da pobreza; pelo reforço do mito de que a pobreza produz o crime; pela idéia de que os pobres são potencialmente e virtualmente criminosos; pela preferência por políticas repressivas, não integradoras.

e ele que saia disso. [...] Na África do Sul eles colocam arame, aqui é sem arame” (Notícias de uma guerra particular. Direção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Rio de Janeiro: VídeoFilmes, 1999. Documentário, 57 min.).

³ Conforme Moraes, “A história da militarização da polícia no Brasil é antiga. Ela atendia a uma demanda específica: o controle das *classes perigosas*. Na Colônia, tais *classes* eram compostas de escravos, pretos libertos, capoeiras e alguns imigrantes. [...] A militarização das funções policiais continuou pelos períodos seguintes da vida nacional, uma vez que as elites brasileiras jamais deixaram de acreditar que os pobres são potencial e virtualmente perigosos, entre outras coisas, mas principalmente pela sua composição étnica e racial, responsável por um *caráter nacional* perigosamente *disgênico* e que, por isso, deveria ser tutelado e controlado da maneira que se entendia ou entende-se como a mais eficaz: militarmente” (MORAES, 2008, p. 9). Uma ação policial centrada na idéia de guerra conseqüentemente busca a “eliminação do inimigo”.

Analiso a Operação Alvo 1 a partir das *narrativas oficiais* sobre a política de segurança pública do Paraná; a partir de narrativas de *agentes* que participaram do “evento” como policiais, coronéis, delegados e jornalistas, além é claro, do depoimento de “clientes” da Operação Alvo, ou seja, dos moradores da Vila das Torres, conseguidos através de entrevistas aprofundadas. Nessas entrevistas saliento as narrativas sobre a ação policial, a avaliação do impacto da ação sobre a população da Vila das Torres, aproveitando também para investigar as representações desses atores sobre a realidade em que vivem, com especial destaque para a maneira como interpretam a desigualdade e a segregação por eles vivenciados.

Boa parte das análises oficiais sobre a política de segurança pública no estado e sobre a Operação Alvo na Vila das Torres pode ser encontrada no site da Secretaria de Segurança Pública do Paraná⁴ e no site da Agência Estadual de Notícias⁵. Já a cobertura da ação policial feita pela imprensa paranaense está representada pelos jornais *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*. Tais fontes possibilitaram comparar nuances entre as visões do mesmo problema a partir de “categorias profissionais” diferentes: os políticos, a polícia, os jornalistas.

Consultei também documentos sobre a Vila das Torres arquivados no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e na Cohab-Pr que fornecessem informações históricas, sociográficas e sobre políticas públicas realizadas no local. Fiz um levantamento bibliográfico sobre a Vila das Torres, como o livro *Como ela é*, que reúne depoimento de moradores da Vila, além de (poucos) trabalhos acadêmicos, como monografias, dissertações de mestrado e tese de doutorado.

As evidências encontradas nessas diferentes narrativas permitem pensar os seguintes problemas:

⁴ Ver: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/>>.

⁵ Ver: <<http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/>>.

- 1) o discurso oficial sobre segurança pública é um discurso que pertence ao *campo político*, o que dá a ele algumas especificidades;
- 2) esse discurso oficial da segurança é uma *doxa* (uma espécie de senso comum) que busca atingir, com intenções políticas, a opinião pública “cult”;;
- 3) em boa medida, esse discurso não somente informa ou forma o senso comum, mas também e principalmente o representa;
- 4) as narrativas policiais e jornalísticas sobre a Operação mostram uma circularidade entre discurso oficial e jornalístico, sendo que os dois estão marcados pela policialização da pobreza e pelo reforço da *doxa*.

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos.

No primeiro, descrevo a ação policial chamada Operação Alvo-1, sua execução e pretensões, bem como apresento a discussão teórica proposta pela dissertação sobre a idéia de controle social.

No segundo capítulo verifico como se deu a formação do imaginário social curitibano em torno de sua cidade e de seus habitantes a fim de compreender a “sociodinâmica da estigmatização” (cf. ELIAS, 2000) que recai sobre os moradores da Vila das Torres. Por estigma entendemos um processo onde um grupo social atribui a outro um rótulo de inferioridade humana, como se este pertencesse a uma pessoa de segunda categoria, “por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” (GOFFMAN, 1988, p. 15). O indivíduo estigmatizado, por ser estigmatizado, encontra-se numa situação que o inabilita para a aceitação social plena.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. [...] Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “*status* social”, já que nele se incluem atributos como “honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais, como “ocupação” (GOFFMAN, 1988, p. 11-12).

A favela, por exemplo, ocupa na representação social, desde os seus primórdios, uma posição de espaço “anti-sanitário” e “perigoso”. A literatura sobre o tema mostrou que o adjetivo “perigoso” foi gravemente ampliado nas últimas décadas (cf. VALADARES, 2005), o que é reforçado pelo discurso estatal, e ampliado pela imprensa, como é evidenciado por esta dissertação.

Os efeitos do discurso e da prática tanto do planejamento urbano de Curitiba quanto da construção da história oficial do Paraná (baseada numa formação étnica “diferenciada”, isto é, superior) têm papel fundamental sobre a identidade de seus habitantes. Tais processos, o espacial e o simbólico, se constituem numa forma de classificação e de circunscrição dos moradores da cidade, constituindo-se em mecanismos de manutenção de um tipo determinado de ordem social. Os resultados apontados são a representação do favelado como *pertencente* a uma categoria inferiorizada no mundo social e a sua conseqüente estigmatização.

No terceiro capítulo analiso detidamente a retórica utilizada pela SESP. Ela prima pela defesa dos “direitos humanos”. Mas, mais do que isso, a Secretaria tem uma argumentação prescritiva para a segurança pública. Sua “argumentação” (discursos, depoimentos, documentos oficiais, entrevistas de agentes políticos etc.) faz parte de uma luta *simbólica* pela transformação do mundo real, ou seja, pela implantação de uma visão e de uma divisão de mundo, justificando, assim, o tipo de ação policial representada pela Operação Alvo. Os agentes do Estado devem, nesse sentido, assumir um discurso positivo sobre o resultado de suas ações, pois sem isso sua legitimidade estaria comprometida. Toda essa luta simbólica, é a minha hipótese, faz parte do processo de conquista do monopólio legítimo sobre o uso da força física e simbólica por parte do Estado.

A intenção não é separar o “discurso” da segurança pública de sua prática efetiva, mas evidenciar um ponto que nos parece ter escapado à maioria das análises: o *discurso* faz parte de uma esfera diferente da *prática* da segurança pública. Ele é um momento, mas um momento muito importante, constitutivo dessa prática. A percepção comum assume como evidente que, em geral, a prática nega o discurso ou o discurso nega a prática (“na prática, a teoria é outra”, etc.). A idéia é que estas duas coisas referem-se a campos

diferentes, tem objetivos diferentes e públicos diferentes. Assim, minha hipótese é que a retórica da SESP-PR obedece estritamente às regras do campo político. Essa “política do discurso político” (ou: o que os políticos dizem) busca legitimidade diante dos próprios políticos e diante da opinião pública “cultura”. A exaltação da vocação “humanista” da política de segurança do estado do Paraná (respeito aos direitos humanos, promoção da cidadania, ações sociais e não apenas policiais etc.), junto com a eficácia técnica do aparato policial, não pretende meramente maquiagem a prática da segurança pública. Esse é um discurso pertencente a outro campo que não é o da ideologia, mas ele representa os interesses dos agentes da segurança pública. Ele pertence ao campo da política - ou seja, submete-se a suas regras - e, a partir disso, não só se submete, mas reforça a *doxa* da opinião pública “cultura” sobre a boa política de segurança.

No capítulo quatro, apresento as narrativas sobre a realização da ação policial, pronunciadas tanto pelos agentes do Estado envolvidos diretamente na Operação Alvo 1 – Vila das Torres, quanto pela imprensa, que teve papel fundamental no acontecimento. No caso da imprensa, considero que, mais do que apenas produzir e difundir “informação”, ela contribui para que se desenvolva uma visão de mundo social que reflete a forma comum de apreender e representar esse mundo, reforçando assim a *doxa*. Como comumente acontece nas coberturas de imprensa sobre ações estatais, a Operação Alvo 1 foi narrada, ou melhor, (re)construída de forma circular, num trabalho coletivo (mas não necessariamente intencional) entre imprensa e governo. Essa circularidade ocorre, segundo Bourdieu (1997) devido aos próprios mecanismos de funcionamento da profissão jornalística, cuja lógica de concorrência restringe, entre outras coisas, as fontes de informação.

No caso das narrativas oficiais, a exposição de uma prática de segurança pública volta-se para a sociedade como um todo, para o “cidadão comum”, o “cidadão médio”, o “pai de família” etc.. Nesse registro, calha usar uma linguagem apropriada. No meu entender essa linguagem exalta a solução dos problemas, a eficácia técnica da polícia, a eficiência repressora do Estado. Tal concepção faz parte de outra *doxa*, a *doxa* da ação, da

prática da segurança. Ela representa aquilo que a “boa sociedade” quer ouvir e quer que o governo faça. Esse é o discurso amplificado pela imprensa.

O argumento central do capítulo quatro diz respeito à uma sugestão de Robert Castel (2005; 2008) quando ele analisa os problemas causados pelo processo de esboroamento do Estado de Bem Estar na Europa. Ele identifica algo que chama de “insegurança social”. Evidentemente, quando falo em insegurança refiro-me à sensação, falo de um sentimento, assim, dirijo-me àqueles sentimento que é socialmente ou intersubjetivamente compartilhado. Assim, “insegurança” é, nesse caso, um sentimento difuso, mas como há uma divulgação em massa (pelo Estado e pela imprensa) sobre o que é denominado hoje “violência urbana”⁶, é em relação à ela que esse sentimento é direcionado de maneira condensada. A insegurança social influencia o comportamento dos cidadãos e dita as políticas atuais de governo, ela é, portanto, justamente aquilo que dá ao crime uma relevância política e cultural estrondosa. As políticas públicas de segurança primam pelo reforço do controle social num viés policial, ou, usando um termo ainda mais adequado, promovem um controle social “perverso” (cf. MORAES, 2008).

O objetivo do quinto capítulo é mostrar as diferentes maneiras que os moradores da Vila das Torres vivenciam os elementos constitutivos da Operação Alvo. O jogo de desqualificação que os persegue faz com que eles lancem mão da figura da honra (baseada na honestidade, na qualidade de ser “trabalhador”) como um elemento simbólico chave para restabelecer sua reputação. A partir desse elemento simbólico eles buscam também dividir a comunidade em “gente de bem” e a “bandidagem” na tentativa de direcionar o foco e a natureza da ação estatal. A experiência cotidiana dos moradores confirma o capital simbólico negativo que a polícia carrega consigo. No entanto, a percepção desse capital simbólico negativo não se limita à polícia, atingindo também o

⁶ Ocorrências que envolvem principalmente o roubo, o furto, o assalto a mão armada, o latrocínio, mas também o homicídio doloso e as lesões corporais dolosas.

Estado. Por fim, exponho resumidamente o processo de negociação entre Estado e sociedade ocorrido durante a tentativa de implementação das ações sociais pós Operação. Sugiro que esse processo funcionou como um mecanismo cujo resultado foi a ampliação da desesperança e do desamparo.

Pretendo ilustrar, a partir desses pontos, como o controle social perverso é capaz de produzir uma relação desiludida com a cidadania. Isso ocorre porque os moradores da Vila das Torres vivem um problema cotidiano que não é, como diz Castel (2008), apenas “*estar fora*” da sociedade, mas o fato de que eles também não estejam “*dentro*”. Eles não ocupam lugar reconhecido e parece difícil que encontrem seu lugar, restando pouca ou quase nenhuma perspectiva de serem reconhecidos como membros por inteiro da sociedade.

CAPÍTULO I. CONTROLE SOCIAL PRECÁRIO E CONTROLE SOCIAL PERVERSO

A partir dos relatos oficiais, de imprensa e dos moradores buscamos relatar, neste primeiro capítulo, como a Operação Alvo 1 – Vila das Torres foi executada. Para fins analíticos e metodológicos, esse é o momento de evidenciarmos o tema geral do trabalho, oferecendo ao leitor uma discussão em torno da idéia de controle social.

I.1 O “ALVO 1” DA POLÍCIA: A VILA DAS TORRES

Durante três dias, entre o mês de fevereiro e março de 2005, a Vila das Torres em Curitiba foi o alvo de um modelo de intervenção policial nunca antes presenciada na história do Paraná. Por volta das 5h30 do dia 28 de fevereiro o território de 200 mil metros quadrados da Vila foi cercado por nada menos de 700 policiais civis e militares. Os aproximadamente nove mil habitantes acordaram com o barulho de dois helicópteros sobrevoando a área, se depararam com mais de 200 viaturas policiais, cavalos, motos e cães farejadores enviados para uma ação que posteriormente foi chamada de *Operação Alvo 1 – Vila das Torres*. Deduz-se que, pelo nome, essa seria a primeira de uma série de “operações” de segurança promovidas pelo governo do estado.

A Vila das Torres teve suas 36 ruas completamente interditadas, a entrada e saída de pessoas controlada, aproximadamente 3,5 mil habitantes foram “abordados” (conforme o procedimento policial padrão nesses casos) e muitas casas revistadas e reviradas. Três meses depois, o delegado-titular da Delegacia de Furtos e Roubos, Rubens Recalcatti, comemorou o resultado: “Se sobrou algum ladrão de semáforo solto [por ali], ele já sabe que este tipo de crime não tem mais futuro”¹.

¹ Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=11417>. Acesso em: 04 mar. 2007.

O arrastão policial pretendeu, segundo a voz do Secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, “congelar” o local, dar uma “limpada preventiva”, “aliviar a criminalidade” em três dias de ação para que, *posteriormente*, fosse possível promover projetos sociais para “devolver a cidadania aos moradores” da comunidade local.

Segundo a SESP, a partir dessa ação policial, a Vila das Torres receberia uma série de projetos sociais e, para isso, teriam sido feitas várias parcerias, inclusive com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Colégio Medianeira, sem que se especificassem qual seria a função dessas instituições, e com a Delegacia Regional do Trabalho.

Dentre as ações previstas, a SANEPAR estaria incumbida de registrar clientes em um programa de “tarifa social” (tarifa subsidiada), regularizar ligações de água, enfim, garantir o abastecimento de água com potabilidade para a população. Segundo documento encontrado no IPPUC, a SANEPAR vistoriou todas as 1 043 ligações de água implantadas, das quais 254 estavam (ou estão) inativas, e localizou ligações diretas ou até mesmo fraudadas. O acordo seria o de que a SANEPAR não efetuasse cortes, mas colocasse uma fita para que o “cliente” buscasse regularizar sua ligação. O corte no fornecimento de água somente seria procedido, numa etapa posterior, se não houvesse nenhuma forma de negociação. Caberia ainda à SANEPAR regularizar as ligações de esgoto, que totalizava 953 ligações, restando 90 para se atingir o percentual de 100% de atendimento.

As redes necessárias seriam executadas pelo PARANASAN, já no segundo semestre de 2005. A regularização constituiu, segundo o documento do IPPUC, na vistoria a todas as ligações de esgoto, para garantir que estivessem corretamente conectadas à rede evitando-se, assim, a poluição ambiental. Consta-se que os “clientes” irregulares foram notificados e convocados a corrigir o problema.

A COPEL deveria substituir os cabos convencionais por uma rede compacta protegida contra furtos e redimensionar os transformadores a fim de propiciar uma redução no número de desligamentos (quedas de energia) na Vila das Torres. Deveria

também conceder o benefício do programa “Luz Fraterna”² para 42 unidades consumidoras.

À COPEL caberia ainda dimensionar carga de energia elétrica e orientar os responsáveis para a instalação de equipamentos de refrigeração para o programa “Leite das Crianças”, cuja informação é de que há 250 famílias nele cadastradas. Além disso, a companhia deveria fazer manutenção geral na rede de distribuição com a retirada de toda espécie de objetos que foram lançados nos fios de luz e instalar sinalizadores em todas as torres da linha de transmissão ao longo da Vila das Torres.

Os alunos da escola local foram convidados a participar de uma espécie de educação contra o risco de choques elétricos e, os que participaram, receberam um “Kit Escola” contendo caderno, régua e jogo de memória. Uma Kombi (não identificada no documento consultado) permaneceu na Vila das Torres durante esses três dias para informar aos moradores sobre benefícios sociais do governo estadual e federal.

O DETRAN ficou com a função de realizar uma “blitz educativa”³ que consistiu em orientar os alunos do colégio local sobre circulação defensiva com recursos teatrais. A orientação se estendeu para carrinheiros e demais moradores.

O IAP deveria comprar 200 carrinhos para atender catadores de papel da Vila das Torres e reformar o barracão para a separação e acondicionamento de lixo reciclável com a intenção de diminuir o “impacto visual” existente na Vila. O objetivo do IAP seria orientar o trabalho dos carrinheiros, promovendo maior agregação de renda à coleta e separação do lixo. A ação social teria ainda a participação da Companhia de Habitação que deveria realizar projeto de regularização de terrenos.

² “O “Luz Fraterna” vai isentar do pagamento de energia elétrica 200 mil famílias de baixa renda do Estado, o que significa aproximadamente 700 mil pessoas. Para se beneficiar do programa, o consumidor deverá ter consumo de até 100 kWh/mês, estar cadastrado no Programa Social da Copel ou em algum programa social do Governo Federal e não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome. Segundo o governador Roberto Requião “Esse é, sem a menor sombra de dúvidas, *o maior programa de transferência de renda já realizado no Brasil*, já que 100 kWh de energia elétrica valem, aproximadamente, R\$ 40”. Ele diz ainda, o “Luz Fraterna” é um subprograma do ‘Fome Zero’ e é a parcela de contribuição do Paraná ao governo do presidente Lula” (Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=4242>>. Acesso em: 26 nov. 2008).

³ Essa ação será mais bem explorada no capítulo IV.

Após a exposição da ação estatal abordada por esta dissertação, acreditamos ter dado já alguns indícios do tipo de *controle social* que é buscado, sobretudo por esse tipo de mecanismo de lei e de ordem, e pela via de políticas sociais, como as isenções de serviços básicos, apresentadas pelo governador como políticas de “transferência de renda” (cf. nota 7), e de como esse tipo específico de *controle social*, aqui chamado de *perverso*, é perverso porque representa uma luta particularmente poderosa e perigosa que tem como resultado a manutenção das desigualdades sociais.

1.2 O CONTROLE SOCIAL

O termo *controle social* e os problemas que ele envolve têm distintos significados e não há um acordo quanto a sua definição e campo de ação, mesmo no âmbito das ciências sociais. Este desacordo pode ser percebido de imediato na semântica do vocábulo “controle”, que em língua inglesa tem seu significado relacionado a poder, força, dominação, autoridade, o que o coloca mais no âmbito de uma intervenção: o controle é algo que se impõe; em línguas européias (francês, alemão, russo etc.), por sua vez, controle significa fiscalização, inspeção, vigilância (GURVITCH, 1965, p. 245)⁴.

Comumente a questão do controle social está relacionada diretamente a “problemas sociais” em que são necessárias aplicações de mecanismos de repressão policial e de interferência judicial, principalmente através de políticas destinadas a populações “marginais”. Nesse sentido, o emprego do termo está ligado a um problema de administração, ou a uma questão de aplicação “prática”: da justiça, da segurança etc. Esse tipo de utilização força a considerar os problemas do controle social exclusivamente em função da busca de solução para conflitos entre indivíduos ou entre grupos, o que seria

⁴ Em português, “controle” significa, conforme o *Houaiss*, “monitoração, fiscalização ou exame minucioso, que obedece a determinadas expectativas, normas, convenções etc.”. O dicionário anota ainda que o vocábulo foi considerado um galicismo “pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: fiscalização, domínio, governo, superintendência, autodomínio, equilíbrio [...]”.

um equívoco, pois nos obrigaria a percebê-lo como algo destinado a manter a ordem estabelecida. Não é esta a minha compreensão do conceito. Aliás, é exatamente a esta leitura de controle social que nos contrapomos, exatamente porque a percebemos empregada na política de segurança pública analisada nesta dissertação.

Utilizamos a idéia de controle social a partir do ponto de vista sociológico e, por uma via mais clássica, no sentido que foi dado a esse conceito pelo conjunto do pensamento de Durkheim, bem resumido na definição abaixo:

[...] é um conjunto de modelos culturais, símbolos sociais, significados espirituais coletivos, valores, idéias e ideais, assim como também as ações e os processos diretamente relacionados com eles, mediante os quais toda a sociedade, todo grupo particular e todo membro individual componente vencem as tensões e os conflitos interiores próprios e restabelecem um equilíbrio interno temporário, o que os dá a possibilidade de seguir adiante com novos esforços de criação coletiva (GURVITCH, 1965, p. 265 – tradução minha).

É, portanto, uma interpretação que toma o controle social de uma forma mais “estrutural”.

Durkheim escreveu:

A sociedade não pode criar nem recriar-se, sem, ao mesmo tempo, deixar de criar ideais. Esta criação não é para ela uma sorte de ato suplementar, pelo qual se completaria depois de sua formação, mas é uma ação pela qual *a sociedade se faz e se refaz periodicamente* (DURKHEIM, 1912, p. 604 *apud* GURVITCH, 1965, p. 251; grifo e tradução minha).

A sociedade ideal não existe fora da sociedade real, mas é uma parte integrante da mesma (DURKHEIM, 1924, p. 136 *apud* GURVITCH, 1965, p. 251 – tradução minha).

Assim, o controle social pode ser definido como uma espécie de acordo social *pós-contratual* (e é nesse ponto preciso que controle social se diferencia de “conformismo lógico” – uma espécie de compartilhamento de categorias sociais básicas, como a noção de tempo e espaço, por exemplo) que estabelece uma convivência pacífica, mas que só seria viável na medida em que condições *materiais e simbólicas* fossem distribuídas de maneira mais ou menos igualitárias. O controle social seria, portanto um fruto “natural” (ou seja: não provocado) da integração e da solidariedade social.

De uma forma geral, dizer que o controle social é resultado do “progresso” ou da “evolução” da sociedade é equivocado. Isso porque é impossível concebermos uma sociedade humana sem algum modelo de controle social, seja ela “mágica”, “religiosa” ou

“racional”. O que ocorre é que a hierarquia, as formas e a intensidade do controle social são diferentes em cada tipo de sociedade, em cada conjuntura social concreta e em cada grupo social particular. Temos então que desvincular o problema do controle social das idéias de “ordem” e “progresso” visto que estas “não são senão construções não científicas de nossa imaginação; enquanto que o controle social pertence”, por sua vez, “à realidade social”⁵ (GURVITCH, 1965, p. 261 – tradução minha).

Augusto Comte, preocupado com o problema da *ordem* e com o papel que desempenhavam as formas específicas de religião, moralidade, conhecimento, já apresentou e discutiu muito dos problemas que giram em torno da idéia de controle social.

Émile Durkheim, ao tratar dos problemas clássicos da *ordem* e da *integração social*, acentuando as relações funcionais existentes entre manifestações culturais estudadas (como a religião), e tipos de sociedade, também antecipou as questões relativas ao problema. Para ele uma sociedade sem controle social era impensável, visto que só é possível haver integração social, cooperação e bem-estar social se houver ordem (cf. ALVAREZ, 2004).

I.2.1 Controle Social em Sociedades “Simples”

Ao destacar elementos que compõem a integração social nas “sociedades simples” Durkheim nos deu subsídios para a compreensão do fato de que em todas as formações humanas, das “simples”⁶ às mais “complexas”, sempre existiram ações socialmente rejeitadas e, de uma forma ou de outra, os homens e mulheres sempre construíram mecanismos que as inibiam, assim como puniam seus transgressores. Dessa forma, o crime, por exemplo, “não é encontrado somente na maioria das sociedades desta ou

⁵ “[...] no son sino construcciones no científicas de nuestra imaginación; mientras que el control social pertenece a la realidad social” (GURVITCH, 1965, p. 261 - tradução minha).

⁶ Ver, por exemplo, MALINOWSKI, 1956.

daquela espécie, mas em todas as sociedades de todos os tipos. Não há nenhuma em que não exista criminalidade” (DURKHEIM, 2002, p. 82). Ações socialmente reprováveis coexistem com a integração social, e elas são passíveis de coerção, seja ela simbólica, moral ou violenta (isto é, que exija práticas e ritos de violência). No caso das sociedades “simples”, empreendimentos de tipo moral/social/religioso exerciam o controle social. Esses empreendimentos ordenavam as ações sociais e as tipificavam como negativas e/ou positivas.

Nesse estágio da vida social os grupos norteavam suas ações através de um conjunto de regras e valores (particulares a cada forma de sociedade), disseminados através da socialização. O controle social em sociedades “simples” acessava os membros do grupo através de regras socialmente estabelecidas e passadas de geração para geração. Esses esquemas de controle, por sua vez, previam castigos para os que desrespeitassem as normas pré-concebidas nos respectivos grupos sociais, operando como forma reparadora da ofensa ao coletivo. A socialização torna-se então um elemento fundamental na maneira como os membros transmitem seus valores e ordenamentos sociais. Tal prática pode ser entendida também como uma “imposição de uma visão de mundo”, o que Bourdieu chama de “violência simbólica” (cf. BOURDIEU, 2001).

O arranjo social que torna possível a integração dos membros em uma dada sociedade, bem como as regras de conduta que perfazem esta ou aquela sociedade, emana do entendimento comum de certas categorias sociais, o que Durkheim chama de “conformismo lógico” (cf. DURKHEIM, 1897). Já para Bourdieu, a integração social só é possível pelo compartilhamento de “símbolos” enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação:

[os símbolos] tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é condição para a integração ‘moral’ (BOURDIEU, 2007, p. 10 – grifo do autor).

Em sociedades “simples” a força proveniente da coesão social vinha, segundo Durkheim, de uma crença mítica do social sobre o individual, em forma de imperativos e proibições. Os crimes, portanto, representavam uma afronta à consciência coletiva, uma vez que negligenciar as regras sociais era ao mesmo tempo atentar contra o semelhante,

mas, e mais grave ainda, contra a sociedade, entendida como um ente sagrado (“a sociedade é Deus”, como se recorda). O processo punitivo visava uma reparação moral que só faz sentido do ponto de vista coletivo. Segundo Durkheim,

Quando reclamamos a repressão do crime, não é a nós que queremos pessoalmente vingar, mas a algo sagrado que sentimos de maneira mais ou menos confusa, fora e acima de nós. Esse algo, nós concebemos de maneiras diferentes segundo os tempos e os ambientes; às vezes, é uma simples idéia, como a moral, o dever; mais freqüentemente, representamo-lo sob forma de um ou vários seres concretos: os ancestrais, a divindade (DURKHEIM, 2002).

Assim, em sociedades “simples” o controle social assume um caráter coletivo de representação do “sagrado”.

I.2.2 Controle Social em Sociedades “Complexas”

Já nas sociedades contemporâneas, a divisão moderna do trabalho ocupou o centro das formas produtivas e ditou a construção de outras formas de interação social, implicando diretamente na maneira como os indivíduos vêem o mundo. A revolução industrial construiu novos espaços de sociabilidade, e a divisão complexa do trabalho é agora a principal responsável pela produção da solidariedade e da coesão social. Ela, a divisão, encontra-se para além do mundo econômico, nas mais diversas áreas da sociedade, como no casamento, por exemplo, e sua maior contribuição seria tornar as funções divididas “solidárias” umas às outras. Nossa convivência se faz possível, segundo ele, pela existência da reciprocidade, o que ele chama de “solidariedade” (laços que ligam um indivíduo ao outro e todos ao grupo). Ora, gerando solidariedade, a divisão do trabalho contribui para a “integração geral da sociedade” (DURKHEIM, 1977, p. 76 e 79).

Pensado a partir da solidariedade e da integração social produzidas pela divisão do trabalho, como preconiza Durkheim, podemos entender o controle social, *grosso modo*, como um conjunto de processos através dos quais os membros de um grupo levam em conta as expectativas mútuas e respeitam as normas e leis produzidas pela sociedade na qual vivem. Tais processos pressupõem, entretanto, a existência de condições sociais que

fomentem uma integração social originária do bem-estar social, e neste ponto a regulação estatal tem papel fundamental.

Diz Durkheim:

A diversidade das funções [na divisão do trabalho] é útil e necessária; mas, como a unidade, que não é menos indispensável, não resulta espontaneamente dela, o cuidado com realizá-la e mantê-la deverá constituir, no organismo social, uma função especial, representada por um órgão independente. Esse órgão é o Estado, ou o governo (DURKHEIM, 1999, p. 373).

[E] se a divisão do trabalho não produz solidariedade, é porque as relações entre os órgãos não são regulamentadas, é porque elas estão em estado de *anomia*. (DURKHEIM, 1999, p. 385 - grifo no original).

Um estado de “anomia” torna-se então imperativo quando há falta de regulamentação que deveria refrear “as forças econômicas e a sua tendência em subordinar ou *esmagar* os mais fracos” colocando em risco a paz social (MORAES, 2006, p. 80 - grifo no original).

Uma sociedade devidamente regulamentada permitiria a emergência do “indivíduo moral” (um indivíduo altruísta) que, para Durkheim, é aquele que internalizou regras sociais, leis e outras normas que, por sua vez, realimentariam a moral, a coesão e a organização social.

Durkheim afirma que não há incongruência alguma entre a *autoridade* da norma e a *liberdade* do indivíduo e que a própria possibilidade da liberdade só se faz como produto de uma regulamentação. Essa autoridade só se faz possível se percebida como legítima, no sentido de Weber, “para além da repressão pura e simples”. A regulamentação da autoridade da norma se daria por um contrato, mas não por uma “mera formalidade, política ou econômica, exterior aos indivíduos” mas por algo que podemos chamar por “*cultura*” (cf. MORAES, 2006, p. 82). Vejamos como Moraes descreve as consequências de tal arranjo durkheimiano. Criar-se-ia

[...] um espaço social *pacificado*, integrado e, portanto, coeso, resultante de uma dinâmica que tendo controlado o egoísmo e regulado as relações entre os fortes e os fracos permitiu a emergência de uma moralidade que perpassa todo o espaço social. Os indivíduos socializados nesse *sistema* são, pelo processo mesmo de socialização naquele *mundo*, indivíduos comprometidos com a continuidade dos valores que internalizaram. Seriam indivíduos morais, ou, em outros termos, indivíduos com transcendência, uma vez que

suas individualidades completam-se na relação e compromisso com outros indivíduos e instituições das quais pertencem (MORAES, 2006, p. 82 – grifos no original).

Para uma compreensão do âmbito mais prático do papel do Estado, encontramos no trecho abaixo um maior detalhamento daquilo que quis dizer Durkheim, mas agora a partir da interpretação de Loïc Wacquant:

Os estados são por si só, os principais motores de estratificação e em nenhum lugar isso é mais evidente do que no fundo da ordem socioespacial: eles fornecem ou impedem o acesso à educação adequada e treinamento profissional; eles estabelecem condições para entrada e saída do mercado de trabalho através de regulamentações administrativas de contratação, dispensa e aposentadoria; eles distribuem (ou falham em distribuir) bem de subsistência básicos, como moradia e complemento de renda; eles apóiam ou impedem ativamente o planejamento familiar e de moradia; e eles co-determinam tanto a intensidade material e a exclusividade geográfica quanto a densidade da miséria através de tumultuados esquemas administrativos e fiscais (WACQUANT, 2001b, p. 216).

Durkheim levou muito a sério o papel do regulamento estatal no processo de manutenção da coesão social que, segundo ele, é o de oferecer condições para a produção de bem-estar social. Entretanto, o problema principal por ele tratado era estabelecer um grau necessário de organização e de regulação da sociedade de acordo com determinados princípios morais sem o emprego excessivo da coerção pura (COHEN; SCULL, 1985, p. 5 *apud* ALVAREZ, 2004, p. 169).

Bem-estar e segurança seriam o resultado líquido de uma sociedade integrada e coesa. Aliás, não haveria outro caminho para indivíduos usufruírem *bem-estar social* a não ser por intermédio de procedimentos sociais, como os anteriormente citados, produtores e reprodutores de espaços – simbólicos, principalmente – preservados dos interesses estritamente privados, já que seriam espaços de todos, públicos, *res publica* (MORAES, 2006, p. 82-83 – grifos no original).

Durkheim ainda colaborou com a noção de controle social ao abordar mais especificamente os fenômenos do crime e da pena, que dizem respeito aos mecanismos empregados pela sociedade no momento em que alguém desobedece as normas sociais e ameaça a ordem social.

Segundo ele, se o crime “ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares” (DURKHEIM, 1978, p.120 – tradução minha), a pena representa a reação coletiva que, apesar de aparentemente voltada para o criminoso, busca reforçar a solidariedade social entre os membros da sociedade e, deste modo, garantir a integração social. Assim, além dos mecanismos gerais de manutenção da ordem

social, Durkheim trata também dos fenômenos ou instituições que buscam fortalecer a integração e reafirmar a ordem social quando ela está ameaçada.

Assim, a compreensão da tendência ao desvio tem também como melhor ferramenta a teoria sociológica do controle social. Durkheim lançou as bases para este tipo de interpretação em *O suicídio* (1869). No essencial, ele afirma que uma insuficiente integração social liberta o indivíduo da influência socializante de seu contexto, o que enfraquece sua motivação para desenvolver o esforço necessário a fim de respeitar as normas sociais.

Das observações feitas sobre a análise dos tipos de suicídio, de suas diferentes manifestações entre protestantes e católicos, da relação entre suicídio e família, ou entre suicídio e convulsões políticas, Durkheim retira um postulado básico: “O suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade religiosa, doméstica e política”. Sua conclusão geral é a seguinte: “O suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais dos quais o indivíduo faz parte” (DURKHEIM, 1869, livro II, p. 69 – tradução minha). Temos então que os membros de um grupo deficientemente integrado escapam à sua influência e passam a guiar-se por seus interesses particulares. Temos então o oposto de um “indivíduo moral”.

Se nas sociedades “simples” as ações eram orientadas por valores transcendentais ao indivíduo, apreendidos através de um processo de socialização que fomentava uma vida social mais ou menos harmônica, nas sociedades “complexas” há um modelo de controle com um caráter mais racional, que sujeita os indivíduos a sanções legais aplicadas por um conjunto de instituições formais. O formato das sociedades “simples” permitia que os indivíduos representassem o mundo social de uma maneira mais ou menos homogênea; entretanto, nas sociedades “complexas”, a diversidade social exigiu novas configurações mediadoras das relações sociais. É nesse ponto que o Estado configura-se como a instância mediadora legítima e exclusiva de garantia da ordem social.

É assim que ou o Estado empreende uma forma de controle social que combina políticas sociais e econômicas que combatam a desigualdade social, promovendo o bem-

estar social, ou, e é esse segundo modelo que percebemos a prevalência, *o Estado assenta-se em discursos e práticas policial-penalizadoras*. No segundo caso, há uma tentativa de manter a ordem pública intensificando a vigilância e a policialização preferencialmente sobre certos grupos sociais que contemplam estereótipos eleitos como criminosos em potencial.

I.2.3 Bem-estar Coletivo e Controle Social

A noção de controle social inspirada no pensamento de Émile Durkheim e seus derivados, como Robert Castel, o entendem como processos de manutenção de certos ordenamentos sociais que levariam ao bem estar social/coletivo em oposição ao caos social, à anomia, à desintegração social. Assim, um indivíduo integrado estaria na intersecção das muitas instituições, família, escola, vizinhança, trabalho etc. Aquele que está fora desta intersecção é um “desfiliado” (cf. CASTEL, 2004). Em sociedades onde há um número muito grande de “desfiliados”, em sociedades muito desintegradas há aquele que não está nas contas do governo (que não é “objeto” de política social), o que Castel chama de “sobrantes” (1998). Até recentemente, por exemplo, acreditava-se que o problema da pobreza urbana seria solucionado pelo trabalho assalariado crescente. No entanto, atualmente “uma *significante fração da classe trabalhadora* foi convertida em supérfluo e compõe um ‘excedente populacional perfeito’ que provavelmente nunca encontrará trabalho de novo” (WACQUANT, 2001b, p. 215). O resultado, neste caso, é a desintegração social.

O trabalho é um grande elemento de integração social, mas o trabalho como emprego, como proteção social. Não nos referimos àquelas formas de trabalho que não geram ganhos extra-trabalho, aqueles que, segundo Castel, afastam o indivíduo de outras partes do sistema, como da família, por exemplo, e assim impedem a integração. Esses trabalhos não representam previdência, esta qualidade de prever minimamente o futuro, planejar o futuro. O trabalho deve, portanto, gerar segurança e não precariedade, pois

assim ele tem aquela qualidade fundamental para o bem estar social que é a possibilidade de gerar identidade (enquanto processo de construção da subjetividade).

A sensação ou não da segurança que possibilita a construção de identidade, a capacidade de planejar o futuro, trazendo integração social, se relaciona com a sensação de insegurança causada pela desintegração social. Um dos produtos perversos desta marcha da desintegração social é o medo e, neste registro, saímos da possibilidade de se utilizar a razão. O que queremos dizer é que se produz um ambiente social onde há uma confusão entre o medo de perder o emprego, por exemplo, e o medo da violência. Diante deste panorama, há uma grande demanda social por segurança, mas a pergunta é se o que está produzindo a insegurança é, de fato, o crime.

CAPÍTULO II: A VILA DAS TORRES: SUA INSERÇÃO FÍSICA E SIMBÓLICA NA CIDADE

[...] eles não entendem que a pessoa mora na favela, mas que a favela não mora dentro dele! (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2007, p. 565).

[...] uma das três cidades do mundo de melhor qualidade de vida depois ou antes de Roma? Segundo uma comissão da ONU, ora o que significa uma comissão da ONU, não me façam rir curitibocas, nem sejamos a esse ponto desfrutáveis por uma comissão de vereadores da ONU [...] a melhor de todas as cidades possíveis, [...] Curitiba européia do primeiro mundo, cinqüenta buracos por pessoa em toda calçada, Curitiba alegre do povo feliz, essa é a cidade irreal da propaganda, ninguém viu não sabe onde fica, falso produto de marketing político, ópera bufa de nuvem fraude arame, cidade alegríssima de mentirinha, povo felicíssimo sem rosto sem direito sem pão, dessa Curitiba não me ufano, não Curitiba não é uma festa, os dias da ira nas ruas vêm aí [...] Nada com a tua Curitiba oficial e enjoadinha narcisista toda de acrílico azul para turista ver (TREVISAN, 1994).

O objetivo deste capítulo é compreender por que os moradores da Vila das Torres são comumente considerados um grupo diferente e inferior aos seus concidadãos mais bem posicionados no jogo de forças econômico, social e cultural na cidade. Para tanto, irei verificar como se dá a formação do imaginário social curitibano em torno de sua cidade e de seus habitantes. Isso nos permitirá perceber duas coisas: a “sociodinâmica da estigmatização”, nos termos de Elias, ou seja, “as condições em que um grupo consegue lançar um estigma sobre outro” (ELIAS, 2000, p. 23); e como funcionam as manobras, sejam elas intencionais ou não, que excluem territorialmente e simbolicamente um conjunto de indivíduos.

O conceito de estigma foi desenvolvido por Goffman que o define assim: o estigma é

[...] um atributo que o torna (o estranho) diferente dos demais [...] e o converte em alguém menos apetecível, em casos extremos, em uma pessoa quase inteiramente malvada, perigosa ou débil. Desse modo, deixamos de vê-lo como uma pessoa completa para reduzi-lo a um ser inferiorizado e menosprezado. Um atributo dessa natureza é um estigma especial quando ela produz nos demais [...] amplo descrédito [...] (GOFFMAN, 1970, p. 12).

Por estigma entendo, portanto, um processo onde um grupo social confere a outro um rótulo de inferioridade humana. Por influência de Elias preferi a noção de “estigma” ao de “preconceito social” visto que não se trata de demonstrações individuais de

desapreço por outras pessoas como indivíduos. O tipo de rotulagem aqui descrito não pode ser entendido se não o fizermos no nível do grupo. Trata-se de um fenômeno coletivo, não individual; de um fenômeno social. O que se vê em relação à Vila das Torres é que seus moradores não são rotulados “por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo” que tem o poder de rotular (ELIAS, 2000, p. 23).

Relaciono o conceito de “exclusão territorial” com o de exclusão social, e não com pobreza, pois considero que ele representa melhor a dinâmica da denegação (ou do desrespeito) dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida, assim como a participação em redes de instituições sociais e profissionais (CASTEL, 1995, *apud* ROLNIK, 1999). A noção de *exclusão* leva em conta tanto os direitos sociais quanto aspectos materiais e, portanto, não se refere apenas à falta de acesso a bens e serviços — que significam a satisfação de necessidades básicas —, mas também à ausência de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política (RODGERS, 1995, *apud* ROLNIK, 1999). Ainda, o termo “exclusão territorial” designa o tipo de cobertura de infra-estrutura e os indicadores gerais da natureza dos domicílios que, neste caso, revelam uma imagem das “diferenças de condições urbanas no interior de um município” (ROLNIK, 1999, p. 101). No caso da Vila das Torres, o cruzamento destes indicadores mostra uma urbanização incompleta, o que torna a vila um “enclave social em meio a bairros tradicionais” (LAZAROTO, 2004, p. 17), como se poderá ver na seqüência.

O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira delas vemos como o estigma fabricado sobre o cortiço é transferido para a favela, que a princípio é considerada como lugar anti-sanitário e, nas últimas décadas, é lembrada principalmente como lugar perigoso. Entretanto, seja como lugar anti-sanitário ou como lugar perigoso, as favelas são vistas como locais a serem administrados e controlados pelo poder público.

Na segunda parte faço uma descrição da Vila das Torres. O leitor não deve esperar por indicadores sociográficos precisos. A intenção é apenas indicar que se trata de uma Vila originária de uma ocupação irregular ocorrida na década de 1950 onde a população padece graves problemas socioeconômicos e ambientais, e enfrenta o estigma usualmente

depositado sobre esta forma geográfica e social conhecida como “favela”, ou no caso de Curitiba, diferentemente do Rio de Janeiro, como “vila”.

Na terceira parte comento de maneira breve o pensamento que inspira o planejamento urbano da capital paranaense implementado a partir da década de 1960, bem como os efeitos do discurso e da prática deste urbanismo curitibano sobre a identidade de seus habitantes. Entendo por “planejamento urbano” um conjunto de mecanismos de intervenção na cidade que tem como um de seus subprodutos a manutenção da ordem social. A racionalização dos espaços da cidade é um exemplo paradigmático dessa prática social disciplinadora dos agentes. A simbologia em torno de uma categoria específica --- o “cidadão curitibano” --- também é um mecanismo de ordem social como prática disciplinadora. Por isso, na quarta parte do capítulo procuro recuperar a trajetória da invenção, pela elite intelectual e política do estado, de uma identidade social e cultural diferente do “resto do Brasil”. Esta identidade forjada nos ajudará a compreender melhor a forma de exclusão dos moradores da Vila. Estes dois âmbitos, o urbanístico e o simbólico, estão emaranhados. Sua separação aqui é uma opção metodológica apenas para fins analíticos.

II.1 FAVELA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O Estado, como instituição detentora do monopólio da *violência física e simbólica* legítima, ao atribuir significados aos agentes sociais e aos espaços que estes ocupam, validam, reproduzem e reforçam estes significados, sejam eles positivos ou negativos.

Sabe-se que desde o século XIX a medicina sanitarista condena a casa do pobre, principalmente do pobre urbano, por ser considerada um ambiente prejudicial à saúde, à produção e à moral de seus moradores. A moradia do pobre urbano é vista como um espaço que precisa ser penetrada por normas sanitárias. Nesse sentido, a vida doméstica necessita sofrer intervenções de instrumentos de regulação que até recentemente eram do âmbito da higiene, mas já há algum tempo, como atestam as freqüentes operações policiais

voltadas para este tipo de local e sua população, tem sido especialmente do âmbito policaresco.

Não é nova a representação das favelas como uma “subcultura”, inclusive para a ciência social, conforme afirmou Valladares (2005). Se antes a interpretação tradicional estava baseada na desorganização social, no atraso cultural, representado, por exemplo, pela falta de hábitos considerados higiênicos dessas comunidades, agora a favela está mais fortemente associada ao crime violento. Esta associação entre favela e crime legitima ações de ordem policial, geralmente muito repressoras, nos espaços pauperizados da cidade.

Entretanto, visto que no início do século XX as favelas ainda não eram numerosas, foi o cortiço, e não a favela, o primeiro foco de filantropos, médicos sanitaristas, jornalistas etc. O cortiço era visto como local da pobreza, moradia de trabalhadores e vagabundos, ambas as categorias pertencentes à chamada “classe perigosa”, “antro da vagabundagem e do crime” (VALLADARES, 2005, p. 24). À ameaça contra a ordem social e moral se junta a ameaça contra a saúde pública ressaltada pelo discurso médico-higienista, levando a assunção de medidas administrativas pelos governos das cidades. Neste sentido, a pobreza é tomada como objeto da administração e os corpos dos pobres são corpos a serem moldados segundo normas objetivadas em regulamentos administrativos, ou seja, são objetos de ação racional. Um exemplo claro desta postura poderá ser vista na seção I.3, mais adiante, no caso do plano de desfavelamento de Curitiba.

Valladares defende que a forma como a favela é representada nos nossos dias é tributária daquelas concepções desenvolvidas durante o início do século XIX, quando a ciência social ainda não tinha abordado o tema. Ela ressalta um grande consenso acerca das características da favela nas múltiplas pesquisas sobre esse objeto de estudo, o que, segundo a autora, constituem verdadeiros “dogmas”. O primeiro destes, compartilhado por geógrafos, arquitetos e urbanistas, organismos oficiais, juristas, sociólogos ou antropólogos, trata da “especificidade da favela”.

Por sua história particular e seu modo de crescimento diferente dos demais bairros, a favela tem sido considerada, desde sempre, um espaço absolutamente específico e

singular. [...]. Assim, a favela condicionaria o comportamento de seus habitantes, em uma reativação do postulado higienista ou ecologista da determinação do comportamento humano pelo meio (VALLADARES, 2005, p. 149-150).

Dois outros dogmas são apontados pela autora: de que a favela é o *locus* da pobreza, idéia reforçada por chaves de leitura como “exclusão”, “marginalidade”, “segregação”, e, “enquanto território da pobreza” a favela tornou-se o símbolo do lugar dos “problemas sociais”, como a violência, por exemplo, “numa associação do *espaço físico* ao *tecido social*” (Valladares, 2005, p. 151 - grifos meus).

Durante o ano de 2006, pude freqüentar encontros do então chamado Instituto Vida Nova, que reunia líderes de diversas entidades da Vila das Torres para troca de experiências, para discutir problemas vivenciados quotidianamente e para provocar maior integração comunitária e promover solidariedade. Percebi durante essas reuniões a concretização daqueles dogmas nas constantes visitas de estudantes, principalmente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de alunos dos cursos de jornalismo, serviço social, informática, arquitetura, ou de áreas da saúde para realizarem trabalhos acadêmicos e ao mesmo tempo “prestarem serviços à comunidade”, conforme o jargão do bom-mocismo assistencialista.

Um exemplo de proposta oferecida pelos estudantes foi a de fazer uma parceria entre os cursos de enfermagem e biologia para discutir um projeto de controle de zoonoses na Vila, pois há ali muitos cães, cavalos a serviço dos catadores e acúmulo de lixo que provoca a proliferação de ratos. Segundo os alunos que estavam presentes, a idéia era também pensar, juntamente com os moradores, o que seria uma “extensão universitária” a partir das atividades desenvolvidas por eles (os alunos) na Vila.

Em outro caso, alguns alunos de jornalismo apresentaram um projeto onde se pretendia captar o cotidiano dos moradores locais para produzir um programa que seria veiculado na rádio Paraná AM 1060, de Curitiba, com intenções de divulgar as “singularidades locais” para “a sociedade” (“sociedade” aqui parece ser entendida como todo mundo exceto eles, os moradores da Vila).

Esta abordagem da Vila das Torres como um “laboratório” para pesquisas, trabalhos acadêmicos, pilotos de políticas sociais claramente incomoda uma boa parte de seus moradores que se sentem, conforme revelou um informante, como “ratinhos de laboratório”. Mas, segundo esse mesmo morador, o pior é que após a conclusão de seus trabalhos os estudantes somem, e muitas vezes nem se fica sabendo do resultado final da pesquisa.

Em período eleitoral os exemplos se multiplicam. Em uma das reuniões a que assisti, um funcionário da Secretaria Municipal do Trabalho foi recebido para contar experiências de constituição de cooperativas em outras comunidades. Ressaltando varias vezes o nome do secretário, o benemérito da iniciativa e, também, candidato a deputado estadual, o funcionário relatou experiências de algumas cooperativas fundadas com o apoio do político. Ao final ele pediu votos para o candidato deixando ver uma clara relação de troca de favor de tipo clientelista.

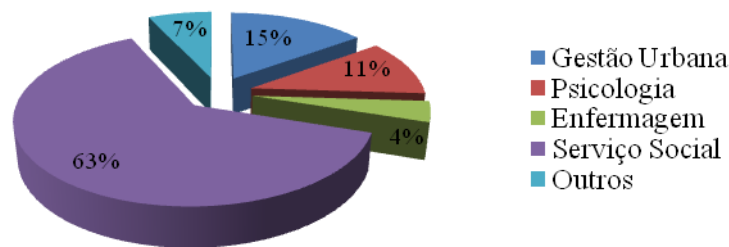
Pude também perceber a permanência desses dogmas em publicações sobre a Vila das Torres. Destaco um trecho, que é interessante por trazer uma avaliação sobre a Operação Alvo 1-Vila das Torres e que vem inserido em uma seção intitulada “Vila das Torres: um enclave social em bairro histórico”, no qual Lazaroto (2004) faz um apanhado da história oficial da Vila na apresentação de seu livro que reúne depoimentos. A odisséia dos moradores da Vila parece terminar num final feliz, quando a ação policial, uma iniciativa “das autoridades”, possibilitou que a “sociedade” percebesse a existência daquele espaço agora, enfim, reconhecido:

Os “becos” serviram de estímulo a pessoas que queriam se esconder da polícia e ali se estabelecer. Dificuldades financeiras fizeram com que muitos moradores escolhessem essa opção, evidentemente trazendo sérios problemas à Vila. Foi assim que, de 28 de fevereiro a 4 de março de 2005, uma mega-operação policial foi notícia, ao ocupar a Vila das Torres para apreender no período 30 pessoas sem porte de armas, animais silvestres e objetos roubados. Não só: a operação serviu ainda para que empresas como a Copel (de energia elétrica), a SANEPAR (de saneamento) e a própria Prefeitura, por intermédio de secretarias como Ação Social, Saúde, Urbanismo, Abastecimento e outras, cadastrassem a população com direito a programas de melhoria e infra-estrutura. Assim, programas como Luz Fraterna, da Copel; a regularização de áreas, pelo Urbanismo; e políticas afins, resultaram de uma iniciativa conjunta *que teve não apenas a função repressora, mas também de ordenamento de uma região até ali parcialmente esquecida pela população e as próprias autoridades* (LAZAROTO, 2004, p. 23-24; grifos meus).

A citação é exemplar de dois dos dogmas apresentados por Valladares, acima referidos: o da favela como lugar da pobreza; e o da favela como lugar dos problemas sociais.

O gráfico abaixo representa a distribuição de uma amostragem de trabalhos acadêmicos realizados sobre a Vila das Torres até o ano de 2006. Não foram encontrados trabalhos sociológicos; de 28 trabalhos levantados, 20 foram produzidos por alunos do curso de Serviço Social da PUC-Paraná, o que expõe bem a representação da Vila como espaço de pobreza.

Gráfico 1. Pesquisas acadêmicas realizadas na Vila das Torres



Fonte: IPPUC, 2006

Há um último dogma a ser referido. É a idéia de que a favela, e no caso de Curitiba, também a vila, representa uma “unidade”, uma coisa única, homogênea, idêntica a si mesma: “a representação social dominante só reconhece ou trata a favela como um tipo no singular e não na sua diversidade” (VALLADARES, 2005, p. 151-152)¹³.

Esse conjunto de “dogmas” reforça uma visão dualista da cidade: cidade legal *versus* cidade ilegal; favela *versus* a cidade; no caso do Rio, a favela *versus* o asfalto; no caso de

¹³ Estas três representações, identificadas por Valladares como “dogmas”, foram encontrados na bibliografia sobre a Vila das Torres. Ver, entre outros: MENDONÇA, 2005; RAMOS, 1985; GODOY, 2005 e BRITO, 2005.

Curitiba, favela *versus* bairro ou a vila *versus* a cidade, no nordeste, o litoral *versus* o sertão etc. Tal dualismo dá mais intensidade aos estigmas que marcam tanto o espaço quanto os moradores de favela. A proposta de Valladares é de que as favelas deixem de ser o campo sistematicamente utilizado para estudar as mais variadas questões ligadas à pobreza, ou seja, que “deixemos de confundir favela com pobreza”.

Logicamente não é possível estudar a favela como um lugar onde não há pobreza, no sentido de pauperização¹⁴. O que não é lógico é a obrigatoriedade da associação da pobreza com um “vazio”, com uma “falta de tudo”, uma carência absoluta, o que a remete à fama de endereço por excelência dos problemas sociais, reforçando estigmas (A idéia parece ser: na favela falta pão, falta luz etc., portanto falta também higiene, moral, paz etc.). A própria geografia da favela mostra que, como em qualquer lugar, há uma estratificação social, há uma riqueza de diversidade, como a diferença entre residências, entre modos e expectativas de vida. Se pobreza for igual a carência de tudo e a favela for o lugar da pobreza, então justifica-se este espaço ser o campo de experiência, um “laboratório” do governo da cidade, da Universidade, das ONGs, justifica-se a favela ser tomada como problema a ser administrado, e seus moradores serem percebidos como passíveis de regulação forçada.

É exatamente esse tipo de concepção que inspira e legitima as “intervenções” administrativas no espaço segregado da favela. Entre as intervenções “administrativas” estão também as policiais que, progressivamente, tornam-se *exclusivamente policiais*. O “Alvo 1” do título da “operação” (o eufemismo da polícia, dos políticos e da opinião pública --- isto é --- dos jornais para designar a *invasão*) é um símbolo, na linguagem, dessa duvidosa prioridade da favela diante da cidade.

¹⁴ *Pauperização* significa aqui a deterioração da qualidade de vida da classe operária, o que remete a precariedade econômica.

II.2 CARACTERIZAÇÃO DA VILA DAS TORRES

No que diz respeito à população, a ocupação da Vila das Torres foi feita por ex-agricultores ou moradores de cidades interioranas, principalmente da região Norte do Paraná. Os motivos da migração são diversos e um deles é a expulsão proporcionada pela mecanização da agricultura.

Os locais de origem citados nos relatos dos moradores cujas famílias vieram há mais tempo para a Vila foram: Wenceslau Braz, Paraíso do Sul, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Ibaiti e Assaí. Muitos desses moradores já haviam emigrado de outros estados, como Minas e São Paulo para outras localidades do Paraná, mas ao se mudarem para a Vila, propiciaram também o estabelecimento de um fluxo direto entre sua terra natal e a mesma (DAVANSO, 1999, p. 134).

A busca por tratamento médico especializado foi também um motivo e, na impossibilidade de pagar aluguel, a alternativa mais viável foi a ocupação.

A Kombi da prefeitura despejava pessoas vindas do Norte aqui na Vila e mandavam elas se virarem. Eles armavam a barraquinha de plástico (lona preta) e ficavam pedindo. Quando eu tinha alguma coisa, dividia uma gordurinha com eles (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 39).

A Vila representou uma oportunidade de vida melhor para uns, porém, falta de alternativa para outros:

Eu vim do Ceará, vim com meu marido e meus filhos. Só vim com a roupa do corpo, meu filho não tinha nem chinelo. [...]. Eu entrei com o pé direito em Curitiba. Aqui tem muita gente boa e nunca encontrei gente ruim (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 52).

... quando era pra vim morar aqui eu chorei muito... mas depois pensei, se tem tanta gente que mora lá e consegue, porque que eu não vou conseguir? Eu pedi proteção pra deus e vim... agora eu acostumei e não tenho vontade de sair daqui (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 134 – grifo no original).

Há relatos que apontam a origem da Vila nos finais da década de 1940 e de 1950, mas, se não há consenso sobre o período exato de seu surgimento, todos concordam com o fato de ela ser uma das ocupações mais antigas da cidade. Sua denominação variou durante o trajeto histórico da comunidade. Até meados da década de 1970,

aproximadamente, ela era conhecida no município como “Favela do Capanema”¹⁵, denominação que permanece entre uma parcela da população, em especial, por jovens pertencentes ao movimento Rap local, como vemos na letra abaixo:

Pra quem achava que em Curitiba não tem favela... só tem boy, e burguez, tae o nosso trampo, contrareando o sistema e as estatísticas. Capanema, a favela central, uma ferida no coração de Curitiba!!! Temos orgulho de ser favelados na capital ecológica e social... (Branco Favela)¹⁶.

Em seguida, a Vila passou a ser conhecida como Vila Pinto:

Sempre escuto falar Vila Pinto, mas só quem não mora aqui que gosta de falar esse nome. Todo mundo sempre detestou esse nome de Vila Pinto que apareceu por causa de um time de futebol e de seu campo chamado de Campo dos Pintos (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2004, p. 50).

Durante o período em que Rafael Greca foi prefeito de Curitiba, entre 1993 e 1996, ela passou a ter outro nome, Vila Torres, mas o nome que se fixou popularmente foi o de “Vila das Torres”. É assim que a chamarei neste trabalho.

¹⁵ A região reconhecida pelo nome Capanema tem seu nome relacionado a uma história que se inicia ainda no século XIX. “Quando Curitiba era uma cidade provinciana cercada de sítios e chácaras por todos os lados, o engenheiro brasileiro Guilherme Schüch, filho de austríacos, que recebeu do imperador D. Pedro II o título de barão de Capanema, adquiriu uma gleba de terra onde hoje se situam não só o Jardim Botânico, o Velódromo, como também o Mercado Municipal e a Estação Rodoferroviária. Tratava-se de uma área estrategicamente localizada junto aos trilhos do trem que movimentava a economia regional, e que trouxe o imperador e comitiva a Curitiba, em 13 de maio de 1880, quando todos foram recepcionados pelo barão também fundador e primeiro diretor do Telégrafo Nacional. [...] em 1916, um mapa do arrabalde que mostra a região do Capanema revela que as terras então perdidas pelo barão, inabitadas começavam a ser loteadas. [...] No raiar da década de 1930, novos moradores chegam ao bairro. O desembargador Antônio Martins Franco se torna o dono da maior parte da área, ao instalar a chácara Santa Bárbara onde hoje está o Jardim Botânico [...]. Nos anos 70 [...] a Vila Capanema é alcançável apenas por uma trilha precária [...] um problema só contornado na gestão do prefeito e engenheiro Saul Raiz, por volta de 1978, quando da criação do chamado Eixo das Torres (LAZAROTO, 2004, p. 19-22). Ver no anexo 1 fotografias da Vila, a partir da Rua Guabirota, provavelmente na década de 1980.

¹⁶ Letra de Branco Favela, *rapper* da Vila das Torres, reconhecida por ele como Favela do Capanema. Há vários vídeos postados no site youtube relacionados a uma espécie de produtora caseira chamada de *Capanema Filmes* e inclusive um vídeo de 36 segundos com imagens da Rua Guabirota sob a Operação Alvo ver: <http://www.youtube.com/watch?v=1M4-0PnxSck&feature=related>.

Outros vídeos de *rap* da Vila das Torres ver <http://www.youtube.com/watch?v=GIPL8NüiMFU>; <http://www.youtube.com/watch?v=og7QvHY-vew>; http://www.youtube.com/watch?v=9I8ocf_SeFg; <http://www.youtube.com/watch?v=0we-E8meAao>; http://www.youtube.com/watch?v=wtI_3WWSXxA.

Há também um blog do Branco Favela. Disponível em: <<http://brancofavela.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

A Vila das Torres se originou de uma ocupação irregular em uma grande extensão de terras e hoje possui aproximadamente 200 mil metros quadrados¹⁷. Pertencente à região administrativa Matriz do município de Curitiba, está situada a dois quilômetros do centro da cidade, com o Rio Belém, a Rua Embaixador Hipólito de Araújo e a Rua Felipe Camarão, no Bairro Prado Velho, à Oeste, a Rua Comendador Franco (“Avenida das Torres”) no bairro Jardim Botânico, ao Leste, a Rua Aquilino Orestes Baglioli, ao Sul¹⁸. A Vila faz divisa com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, fica próxima ao campus Jardim Botânico, da Universidade Federal do Paraná, dos colégios particulares Esperança e Medianeira, e do Centro Integrado de Empresários e Trabalhadores do Paraná – FIEP/SESI/SENAI/CIEP/IEL. Seu território fica também próximo a dois pontos turísticos importantes da cidade e reconhecidos nacionalmente: o Jardim Botânico, símbolo da chamada “Capital Ecológica”, e o Teatro Paiol, que pertence ao circuito de eventos culturais do município¹⁹.

No total, eram 27 os proprietários do território ocupado pela Vila, entre eles os irmãos Mauad, Moinho Graciosa, Empresa Princesa do Norte, uma parte da Marinha, que passou para as mãos da Prefeitura, e outra parte ao antigo INAMPS. Seu terreno não possui áreas verdes, encontra-se em um fundo de vale, nas margens do rio Belém. A vegetação ali era arbustiva e o solo era um banhado

Era tudo bequinho. Saía da porta da minha casa e já entrava na porta da casa da outra pessoa, e às vezes eles botava tábua ou então papelão [no chão] pra gente sair de dentro da Vila porque era tudo lama... Nós não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto, não tinha nada (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 123-124).

Essa Avenida das Torres nem existia, quando chovia era uma enxurrada que descia do morro da formiga (era assim que chamávamos o morrão por causa das valas em forma de sulcos no formigueiro) [...]. Colocávamos duas sacolas de plástico nos pés e tínhamos que dar a volta na Vila, porque para atravessar o rio Belém só tinha uma pinguela [...] que rodava quando chovia; e assim que chegávamos a Taborda (mercearia) que era onde iniciava o asfalto, tirávamos as sacolas e íamos para o centro com os sapatos bem

¹⁷ Ver fotografia por satélite no anexo 2.

¹⁸ Ver anexo 3. Nele apresento a localização das ruas limítrofes citadas, da Rua Guabirota que corta a Vila, do Rio Belém e da Rua Chile. Essa última passa por obras para fazer parte de um novo Binário. 26 famílias devem ser indenizadas pela necessidade de demolição de suas residências.

¹⁹ Ver imagem no anexo 4 com as referências de proximidade.

limpinhos, ninguém dizia que nós morávamos na favela (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 31).

Antigamente podia jogar um caminhão de terra aqui na Vila que sumia, porque era tudo alagado. Era a mesma coisa que jogar uma colher de farinha em um copo com água. Tivemos que colocar mil e seiscentos caminhões de terra pra o canal Belém ser aterrado (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2004, p. 34).

Nas declarações abaixo temos algumas descrições das condições das habitações nas primeiras décadas da Vila das Torres:

... a gente viu que era muito desespero, os barracos aqui eram de papelão, outra hora de lona preta ou de plástico mesmo. Foi muito difícil (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 124).

As casas eram todas uns barraquinhos. Era mato crescido debaixo da minha cama, às vezes eu tinha que levantar e cortar o mato pra poder dormir (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2004, p. 34).

... a nossa primeira casa na Vila era tão pequena que tinha que colocar a máquina no quintal para poder costurar (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 126).

Comprei um barraco, era tudo lama. Tinha valeta em volta da casa. Arrumava latas de leite com minha patroa para eu, meus filhos e meu ex-marido fazer as necessidades. Fazia um buraco e enterrava as latas. [...] Meus filhos queriam ver TV, e como não tinha, eles colocavam um lençol no varal e pela luz da lua viam as pessoas passarem. Parecia uma TV (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 36).

Os mutirões foram essenciais na organização espacial e melhorias das habitações:

[...] quando deus mandava chuva, aquilo era um desespero. Os moradores abriram um valetão pra quando chovesse não alagar mais. [...] aquela Avenida das Torres não era bonita como é hoje... a Rua Guabirota não atravessa a Vila... a nossa rua fomos nós que abrimos... [...] No começo não tinha rua pra chegar no barraco, pra entrar a nossa mudança tivemos que passar pela casa do vizinho. [...] Naquela época meu vizinho ganhou um caminhão de madeira da empresa onde trabalhava, mas não tinha tempo nem para fazer o barraco. Ele pediu pra nós fazer a casa dele e em troca, com a madeira que sobrou fizemos a nossa. Algumas pessoas também roubavam para fazer as casas. [...] A Vila está muito melhor com a boa vontade do povo. Coitado do povo. Todo mundo arrumou a Vila e trabalhou pra isso. Até hoje, aquele que pode vai arrumando... (depoimento de moradores *apud* DAVANSO, 1999, p. 124; 127).

Havia também sérios problemas sanitários e inexistência de saneamento básico:

Meus filhos dormiam no chão, teve um dia que um rato mordeu a orelha de um deles. Como fui enchendo a casa de filhos, os bichos sumiram. Antes só tinha três torneiras de água para toda a Vila (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 39 e 59).

... Andava bebendo água da valeta e fervendo aquela água... depois a gente passou a pegar água numa torneira, lá onde é o Colégio Manoel Ribas. Carregava várias latas de água até mesmo pra esquentar no gás e tomar banho... (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 127 – grifo no original).

A inadequação na organização espacial dos lotes, a falta de condições sanitárias e a improvisação nas habitações se alongaram por décadas. A ocupação ilegal do terreno colocava a população num impasse: o poder público, além de deixá-los à sua própria sorte, quando não tentava expulsá-los do local, coibia iniciativas da população por melhorias.

Houve uma época em que foi eleito um certo senhor para prefeito e que queria tirar os moradores de todo jeito da Vila, não podíamos nem fazer nada. Os empregados da prefeitura vinham e derrubavam os barracos [...] tocavam os cachorros em cima de nós, foi um período muito sufocante para todos. Eles conseguiram tirar o povo do morrão, mas nós... Não conseguiram não (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 31)²⁰.

Esta pressão para que a Vila fosse desocupada despertou o ânimo para que a população se organizasse em uma associação de moradores. Segundo Ramos (1985, *apud* DAVANSO, 1999, p. 128), além do poder público também a vizinhança pressionava para que os habitantes da Vila saíssem do local, pois viam neles motivos de insegurança e de desvalorização de suas propriedades.

Eles [o poder público local] falaram que se a gente quisesse medir os terrenos tinha que pagar... daí junto com a Associação Comunitária a gente decidiu pagar para medir (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 128).

Depois de o terreno da Vila ter sido dividido em lotes de tamanho regular, foi necessário rearranjar a localização de vários barracos que estavam fora do local apropriado:

Na medição, quando a casa estava fora de lugar, a pessoa fazia o novo pilar e carregava a casa. Meia água carregava inteira. *Trinta, quarenta homens carregando uma casa. Punha no lugar.* Veio até a televisão pra filmar a turma mudando as casas de lugar... arrumando pra deixar lugar para as ruas (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 128 – grifo nosso).

O rearranjo dos terrenos, com medições mais padronizadas e uma distribuição mais regular dos barracos além de trazer melhorias na própria organização espacial, foi reconhecido também como um paliativo na diminuição da violência:

Mas fizemos rua também porque todos os malandros corriam, passavam por dentro do quintal da gente, outra hora pulavam por cima dos barraco, correndo da polícia e caíam dentro da casa das pessoas. Aquele desespero todo... (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 129 – grifo no original).

²⁰ Falarei mais dessa tentativa de remanejamento (expulsão) na seção seguinte.

Atualmente a Vila das Torres tem quatro associações de moradores: Associação de Moradores Vila das Torres; Associação de Moradores Vila das Torres II, Associação Vila dos Ofícios e a Associação Iniciativa Cultural²¹ (IPPUC, 2005, p. 32), cada uma com uma articulação política, o que torna a Vila bastante fragmentada do ponto de vista da organização comunitária. Durante o processo de estabelecimento da Vila as associações tiveram papel fundamental na organização dos habitantes na busca por melhorias. A água estava distante e era necessário buscá-la diariamente e trazê-la em baldes e latas, a iluminação era feita com lampiões, com querosene e após a construção da Avenida das Torres, com a instalação das torres de transmissão de energia, foi a vez dos “gatos”, “rabichos”. A situação toda ganhou contornos políticos e muitos políticos fizeram fama ao assistir a Vila:

Candidatos a vereador rapidamente fizeram da Vila um endereço freqüente de visitas, com promessas como luz elétrica, esgoto e água encanada, implantadas à medida que se elegeram, facilitando ainda a chegada da infra-estrutura na Vila (LAZAROTO, 2004, p. 23).

[...] veio a ponte de cimento que o Requião mandou construir, e assim que ele ganhou a prefeitura, assegurou o nosso direito de moradia. A partir disso, ninguém podia mais tirar nós daqui (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 32).

O Roberto Requião trouxe os postes de luz para eu vender para as pessoas da Vila. O pessoal pagou tudo (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2004, p. 34).

Antes de fundarmos a Associação, o Roberto Requião era advogado e ajudava o Antonio Gordo (presidente de uma associação), que só fazia coisas em benefício próprio. Então eu discuti com o Requião, porque ele não conhecia a Vila e ajudava quem não merecia. Só quando fundamos a associação é que o Requião ajudou, ele já era prefeito (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 38).

Só depois, foi colocada uma manilha pelo doutor Celso Rossi em uma valeta (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p.55 – grifo no original).

O Requião (*atual governador do Paraná*) que estudava na PUC e freqüentava a Vila, pediu para os moradores continuarem indo às reuniões, pois assim podiam pressionar e ficar aqui (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 61).

²¹ Durante o ano de 2006 as associações de moradores, entidades religiosas, de assistência, fundações, cooperativas, pastoral operária, representantes locais de conselhos municipais etc., reuniram-se uma vez por semana nas segundas-feiras à noite para trocar experiências, problemas, pensar projetos, enfim, manterem uma integração na rede social local. Entretanto, a iniciativa durou apenas cerca de um ano e meio. Atualmente (isto é, no segundo semestre de 2008) esta rede social está completamente desestruturada.

Sem problematizarmos a relação de clientelismo estabelecida entre associações e partidos políticos, acrescentamos que para além dos ganhos materiais, a organização proporcionou um aglutinamento dos moradores em torno de interesses comuns, ofereceu motivo de orgulho para a comunidade devido às conquistas (certa vaidade de líderes locais em alguns casos), e contribuiu para a construção de uma identidade comunitária, o que é resgatado pela memória:

Era o tempo da associação de catadores, tudo era melhor, o pessoal podia opinar. Então, um dia dei a idéia de asfaltar a descida para o rio, porque quebrava muito carrinho. Algum tempo depois asfaltaram. Fiquei feliz porque a minha idéia deu certo (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2004, p. 66).

O que mais sinto orgulho, foi quando pedi o semáforo para a Rua Guabirota. Tenho registro de que ajudei a conseguir. Foi um pensamento meu (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2004, p. 70).

Este tipo de ação e de organização parece ter deixado saudades:

[...] há uns vinte anos atrás, quando nós chegamos aqui, tinha uma torneira para toda a Vila. A conquista da água é uma história bonita (depoimento de morador *apud* DAVANSO, 1999, p. 137).

Nos últimos tempos, a Vila não melhorou muito. Tem uma rua que escorre um lodo. Tem um esgoto entupido e ninguém faz nada. Falta uma conscientização pra continuar o trabalho da associação (depoimento de moradora *apud* DAVANSO, 1999, p. 137).

[...] a gente era mais organizado... hoje as lideranças se afastaram... as lideranças pensaram no arroz com feijão e esqueceram da mistura... a juventude ta largada... (depoimento de moradora *apud* DAVANSO p. 138).

[...] as lideranças foram compradas por vereadores... Os vereadores abafaram a consciência da população (depoimento de morador *apud* DAVANSO, 1999, p. 138).

A partir de 1996, a maior parte da área foi regularizada pela COHAB-CT e então houve ali um grande aumento demográfico e investimentos por parte da população no que passou a ser de sua propriedade.

No ano de 2005, o IPPUC contou a existência de 10 igrejas no local e a predominância de católicos (IPPUC, 2005, p. 42)²². O IPPUC levantou também um indicador do número de comércios no local. Há, segundo esses dados, setenta depósitos

²² Há duas igrejas Assembléia de Deus e as demais somam uma igreja cada uma: Igreja Católica, Deus é Amor, Universal do Reino de Deus, Presbiteriana, Visão Missionária, Congregação Cristã do Brasil, Pentecostal vem Senhor Jesus e Fonte é Vida.

de material para reciclagem; dois mercados; um açougue; três panificadoras; 103 pequenos comércios (bares e lojas) e duas locadoras (IPPUC, 2005, p. 37).

No quadro abaixo vemos um levantamento feito pelo Instituto de Planejamento de Curitiba do crescimento do número de domicílios a partir de 1985 até 2000. Em 2004, os dados do Posto de Saúde Capanema, localizado na Vila, contavam uma população de aproximadamente 8.955 habitantes e 2.480 famílias.

Tabela 1: Números de domicílios na Vila das Torres (1985-2000)

Ano	Nº de Domicílios
1985	1.006
1987	1.037
1989	1.035
1990	1.156
1992	1.286
1994	1.280
2000	2000

Fonte: IPPUC – Banco de Dados

Existem ainda 200 famílias em situação de regularização do lado direito das margens do rio Belém em condições muito precárias, com residências ameaçadas pelo avanço do rio e pela enchente em dias muito chuvosos. Segundo informações da Cohab-CT, 110 famílias ficarão no local mediante financiamento de moradia subsidiada e outros 90 serão deslocados para a periferia da cidade em projeto que será realizado, segundo a promessa, em 2009. Esse trecho do lado direito da margem do Rio Belém compreende uma das subdivisões comunitárias da Vila²³, que comporta rixas muito sérias, principalmente entre os adolescentes, o que resulta num completo rompimento no relacionamento entre as comunidades e até em mútua execução. O trecho é conhecido por

²³ O anexo 5 localiza geograficamente essas subdivisões.

“Toca do Índio”, nome dado devido a um antigo bar de propriedade de um índio, ex-morador da aldeia Manguape, na Paraíba.

A Rua Guabirota divide a Vila das Torres ao meio, fisicamente e simbolicamente,

Para as adolescentes, a Vila é dividida em duas (a parte de cima e a parte de baixo), o que parece influenciar na formação do círculo de amizades. Ao falar sobre a idéia de criar um grupo de adolescentes para desenvolver um projeto de trabalho comunitário, uma adolescente comentou sobre a desunião dos jovens da vila e alegou dificuldades de entrosamento com as adolescentes da parte de baixo: “... *elas falam que a gente é muito metida...*” (moradora de 15 anos *apud* DAVANSO, 1999, p. 120).

Com a previsão da prefeitura municipal de que a Rua Chile passe a atravessar a Vila a partir de 2009, moradores locais alertam para a ampliação da demarcação do território entre as galeras, conforme diz o informante abaixo:

Agora eles estão abrindo a Rua Chile aqui na Vila. A Vila tá dividida em duas, pra lá e pra cá da Guabirota. A gente tem certeza que com a Chile a Vila vai ficar dividida em três. Vai demarcar o território da Turma da Chicarada daí vai piorar a situação (Informante 3).

O rompimento comunitário marcado geograficamente pela Rua Guabirota é assinalado também pela atuação de representantes do poder público:

Do ponto de vista do Centro de Saúde do Capanema, que operacionaliza o Programa de Saúde da Família, há uma divisão do território em duas partes, cada uma vinculada a um médico e a um grupo de agentes comunitários (DAVANSO, 1999, p. 120).

A Rua Guabirota permite a circulação entre o Jardim Botânico e Prado Velho e é também um dos principais acessos à Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O ingresso à Rua Guabirota no seu extremo leste se faz pela Rua Comendador Franco (Avenida das Torres), onde há bastante trânsito de veículos inclusive por ligar Curitiba ao Aeroporto Internacional Affonso Pena. O Cruzamento da Rua Guabirota com a Avenida das Torres, também seu trecho que cruza a Vila, a Rua Imaculada Conceição no trajeto que passa em frente à Pontifícia Universidade Católica do Paraná constituem-se num dos pontos nevrálgicos na representação social negativa sobre Vila devido aos assaltos, roubos e furtos aos veículos que param nos sinaleiros. O conflito se agrava ainda pelo fato de sua distância permitir um acesso ao centro da cidade em 15 minutos a pé, ou seja, a Vila está muito próxima e isso em uma cidade que historicamente empurrou a

pobreza para a sua periferia mais distante e principalmente para sua região metropolitana²⁴.

Hoje, as casas da Vila das Torres têm as características prediais da autoconstrução, sendo elas de alvenaria ou de madeira²⁵. A grande maioria não tem acabamento, com junção de cômodos feitos na medida do possível, com partes em alvenaria e partes em madeira, e muitas são construídas com materiais reaproveitados e em péssimo estado de conservação. As habitações com um padrão mais aproximado ao que coletivamente se considera uma boa residência encontram-se nas ruas principais da Vila, onde há o comércio local, principalmente na Rua Guabirotuba. Na *parte de cima* da vila as casas têm um padrão melhor, porém é onde encontramos uma disparidade maior entre o nível socioeconômico da população; as moradias com características mais em desacordo com as normas urbanas (construídas com madeiras podres e outros materiais, sem ventilação adequada, pequenas demais, muito adensadas etc.) encontram-se mais nas ruas secundárias e principalmente da *parte de baixo* da Vila, sendo que a região ainda não regularizada é bastante precária e homogênea. Há ainda um trecho onde se localiza o projeto Vila de Ofícios, do qual falaremos ainda neste capítulo.

Quanto mais se segue para o interior da Vila, mais precários são os espaços e o agravante é o acúmulo de lixo e materiais recicláveis que chegam a formar montanhas que extravasam dos terrenos para a rua no final do dia. Há uma grande infestação de ratos e insetos devido a este complicador ambiental, o que atinge principalmente as famílias que moram nos depósitos²⁶. O lixo é recolhido predominantemente no centro da cidade todos os dias por trabalhadores conhecidos como “catadores” ou “carrinheiros”²⁷, ocupação predominante na comunidade.

²⁴ A localização da Vila diante de outras ocupações existentes na cidade de Curitiba poder ser vista no anexo 6.

²⁵ No anexo 7 é possível perceber esse aspecto das residências locais.

²⁶ Ver no anexo 8 imagem de um depósito.

²⁷ Carrinheiros é a denominação pela qual são reconhecidos os coletores de lixo reciclável em Curitiba.

Sua população pode ser caracterizada economicamente como uma parcela refratária do sub-proletariado e, portanto, é ínfimo o número daqueles que estiveram ou estão sob a proteção trabalhista do Estado. De acordo com o IBGE (dados de 2000), o analfabetismo na região chega a 23%. Um levantamento preliminar realizado pelo IPPUC na década de 2000 (sem data especificada) aponta que aproximadamente 70% da população economicamente ativa está desempregada e tem sua renda ligada à reciclagem do lixo. A maioria daqueles que trabalham o fazem sem registro na carteira de trabalho. As ocupações não formais variam entre empregadas domésticas, pedreiros, jardineiros, com predominância de catadores de materiais recicláveis, muitos destes em condições que, em vista da legislação trabalhista atual, pode ser caracterizada como trabalho escravo²⁸. Resumindo: se pensarmos no modo de vida comumente considerado adequado às normas típicas de uma grande cidade, onde o *status* se constitui pelo tipo de ocupação espacial ou pelo nível de consumo, eles estão instalados na precariedade.

Sabe-se que o trabalho desempenha um papel central na integração social e na formação de identidade nas sociedades ocidentais. Conforme Alvin:

A forma na qual as sociedades capitalistas modernas [o que Durkheim chamou de sociedades com solidariedade orgânica] baseiam a integração social é dada pela inserção no mercado de trabalho. Essa inserção, responsável pelo reconhecimento social, é a forma central de dignidade social, de organização do tempo social, etc. A precarização da relação de trabalho se faz presente nessas sociedades capitalistas por meio de vários níveis, nos quais o direito é “docilmente” chamado a exercer um papel significativo: reestruturação do contrato de trabalho, flexibilização dos horários, questionamento de direitos sociais na condição de trabalhador, etc. O fenômeno que vem sendo contemporaneamente designado de “exclusão social” tem repercussões em termos de fragilização da cidadania nacional (ALVIN, 1999 p. 67-68).

Segundo Davanso (2004), de 1996 a 2000 houve um aumento de aproximadamente três vezes no número de carrinheiros no município de Curitiba, sendo que a atividade chegou a corresponder, naquele período, a 80% da coleta total de papel, papelão, plástico,

²⁸ Apesar de essa classificação ser utilizada de forma impressionista, ela é feita por inspiração nos relatos de alguns moradores que assim se referiram ao regime de trabalho, e assim descreveram a situação: Um carrinho e um quarto do depósito são “alugados” pela família que fica encarregada de buscar materiais reciclados, principalmente papel, para pagar o aluguel. O que sobra mal dá para comer. O que ocorre é que as despesas com estes aluguéis tornam-se demasiadamente onerosas e as “obrigatoriedades contratuais” acabam por fixá-las num nível de dependência imenso. Isso não significa que a família tem sua liberdade de ir e vir cerceada, elas inclusive trocam de depósito frequentemente, mas a situação sempre se repete.

vidros, alumínio e outros materiais recicláveis da cidade, montante que chegava a 445 toneladas diárias. Os 20% restantes eram coletados pelos caminhões da prefeitura através do programa “Lixo que não é lixo”. Segundo um levantamento já antigo do Diretran, de 2003, Curitiba teria quatro mil carrinheiros, sendo que dois mil moravam na Vila das Torres. Conforme um levantamento feito em 2005 pela Unidade de Saúde Capanema, havia 70 depósitos de material reciclado na Vila das Torres.

Há ali vários “atravessadores” ou donos de depósitos²⁹ com os quais muitos carrinheiros estão ligados por um regime de trabalho muito precário, de quem alugam os carrinhos e quartos para dormir com a família nos próprios depósitos de lixo. Davanso (2004) relata que cerca de 60% dos carrinheiros vieram de municípios do interior do Paraná e 40% já residiam em Curitiba e região metropolitana. Habitualmente, a família inteira se envolve com o trabalho de coleta de lixo, desde crianças, mulheres e idosos³⁰.

Os estudos que se concentram na análise da constituição da identidade social dessa categoria de trabalhadores, os catadores de lixo, apontam que, para além dessa ser uma atividade considerada socialmente menor, até repudiada, seus trabalhadores passam a ser confundidos com a matéria prima de seu trabalho e, considerados descartáveis, sendo estigmatizados como refugo humano (cf. ALVIN, 1999).

²⁹ Os donos de depósitos são também proprietários de barracos e carrinhos. Fornecem água, energia elétrica e aluguel de carrinhos aos catadores. Geralmente estabelecem cotas diárias de produtividade que gira em torno de 150 a 200 kg e, se caso não forem cumpridas, implicam na obrigatoriedade da saída do carrinheiro do local (cf. DAVANSO, 2001, p. 50).

³⁰ Dados de 1984, levantados pelo Serviço Social da Regional Matriz, fazem uma estimativa sobre a distribuição do trabalho de carrinheiro por faixa etária. Não nos foi possível encontrar uma estimativa mais atualizada, porém, esses dados nos mostram como há um círculo vicioso do sub-emprego que castiga o favelado, pobre, sem qualificação, sem profissão, sem carteira, sem assistência social. Em 1984, os carrinheiros da Regional Matriz dividiam-se em 15,72% abaixo dos 13 anos; 20,52% entre os 14 e os 18 anos; 22,70% entre os 19 e os 30 anos; 13,54% entre os 31 e 40 anos e 27,52% acima dos 40 anos (IPPUC, 1984).

II.3 O PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

Nessa seção irei recuperar brevemente o pensamento que inspira o planejamento urbano de Curitiba com a intenção de fazer compreender como o discurso e a prática deste urbanismo se constitui numa forma de classificação e de circunscrição dos moradores da cidade. O elemento a ser observado não é apenas o olhar, adotado pela política de planejamento da capital paranaense, sobre *o espaço*, mas principalmente sobre *a população que o ocupa*. Esse olhar crê na capacidade de modelar os comportamentos a partir de intervenções no espaço, o que acaba por reforçar estigmas sobre os locais que não condizem com os padrões de racionalidade arquitetônica, que estão fora da regularidade e das normas; essa disposição acaba por reforçar também os estigmas sobre os moradores que não “conseguiram” se adaptar ao tipo de comportamento esperado numa “cidade moderna” e que possuem uma maneira peculiar (“errada”) de ocupação do espaço urbano.

A capital paranaense goza da fama de ser uma cidade com planejamento urbano antigo, amplo e eficiente, fruto de um conhecimento técnico concentrado e mobilizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – o IPPUC –, autarquia municipal criada em 1965 e destinada a desenhar e gerir a política urbana da cidade. A planificação de Curitiba é, desde o seu princípio, inspirada no urbanismo modernista, pensamento que preponderou durante o século XX e marcou o projeto, no Brasil, não só de Curitiba, mas também de cidades como Brasília e Belo Horizonte.

O crescimento populacional de Curitiba, reconhecido como uma das maiores taxas das capitais brasileiras entre as décadas de 1950 e 1980³¹ tornou-se alvo de preocupações durante o processo de planejamento urbano posto em prática a partir da década de 1970, período em que também se deu início à sua industrialização. Além de relatórios sobre práticas realizadas por esta autarquia, o site do IPPUC nos fornece elementos discursivos que possibilitam fazer uma breve análise do pensamento urbano da cidade. O trecho abaixo, por exemplo, explicita algumas de suas diretrizes:

³¹ Em 1950 contabilizavam-se 180.575 moradores, em 1960 a soma estava em 361.309, em 1970 já chegavam a 609.026 pessoas e em 1980 perfaziam 1.024.975 moradores.

[...] entre suas diretrizes básicas estão a hierarquização do sistema viário, o zoneamento de uso do solo, a regulamentação dos loteamentos, a renovação urbana, a preservação e revitalização dos setores históricos tradicionais e a oferta de serviços públicos e equipamentos comunitários. O IPPUC detalha os projetos que provocarão, na década de [19]70, quatro revoluções: física, econômica, *cultural e social* ³².

Destaco a idéia, localizada na cabeça dos urbanistas, de que uma planificação possibilitaria uma “revolução” não apenas física, mas “cultural e social” na medida em que exerceria uma pedagogia³³ sobre os comportamentos dos cidadãos. Esse tipo de pensamento retira a discussão do âmbito político e social na medida em que remete os problemas ao comportamento dos indivíduos em relação à ocupação dos espaços da cidade. Com uma regulação racional dos espaços, os técnicos esperavam que os habitantes da cidade evoluíssem socialmente, culturalmente e economicamente, integrando-se ao que o pensamento modernista e os próprios urbanistas curitibanos chamavam de “cidade saudável” (IPPUC, 1978).

O plano diretor executado na capital paranaense a partir da década de 1970, e que ainda continua sendo o mote político local, tem como principal símbolo o sistema viário. Sua marca característica são os eixos-estruturais que delimitaram o uso dos espaços da cidade³⁴. Esses grandes eixos que cortam o tecido urbano de Curitiba presumiam a classificação da população em grupos de acordo com suas possibilidades econômicas e de participação no desenvolvimento dos espaços. Eles também determinaram o tratamento e os equipamentos concernentes a cada um desses grupos. Um dos resultados desse processo foi o encerramento da pobreza na periferia e principalmente na região metropolitana da cidade, tornando-a invisível aos desavisados.

³² Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_hist_planej.htm>. Acesso em: 12 mai. 2008 – grifo meu.

³³ Conforme o dicionário Houaiss, *pedagogia* pode ter o sentido figurativo de um “conjunto de métodos que asseguram a adaptação recíproca do conteúdo informativo aos indivíduos que se deseja formar”.

³⁴ As vias estruturais (é possível vê-las no anexo 6) hierarquizaram não apenas o sistema viário da cidade, mas também o seu próprio crescimento, que as margeou. Estas vias também são a ossatura do transporte de massa urbano, que opera em canaletas exclusivas. Sob a inspiração modernista combinou-se sistema viário, transporte de massa e uso do solo para provocar um crescimento linear da cidade. Há ainda a crença de que estas ações contribuiriam para a constituição de um sujeito urbano acostumado com o ritmo e a disciplina da produção e do consumo massificados. A execução deste plano tornou Curitiba conhecida internacionalmente e se mantém, até hoje, como uma marca da cidade.

O processo de urbanização do Brasil na segunda metade do século XX, a expulsão de grandes contingentes populacionais do meio rural para as cidades, a industrialização da capital paranaense, os efeitos de seu planejamento e da grande publicidade que o acompanhou e acompanha geraram uma proliferação de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares na cidade. A partir de então “o problema da população” entrou na pauta da governança municipal e foi também a partir dos anos setenta que se intensificaram as políticas de desfavelamento. O enraizamento dos princípios normativos que foram desenvolvidos desde o fim dos anos 1960³⁵ pela prática de desfavelamento foi ritualizado pela edição de um documento, a *Carta das favelas*³⁶, em 31 de março de 1980, por Jaime Lerner, prefeito na ocasião. É neste documento que se reconhece não a população como problema, mas “o problema da população”. O olhar sobre os habitantes é então somado às prerrogativas do planejamento urbano e sua tipicidade é a aposta na possibilidade de moldar os comportamentos a partir de novas configurações espaciais³⁷.

A política de desfavelamento foi o ícone do pensamento reformador local. Durante a década de 1970, um grande projeto chamado “Política Habitacional de Interesse Social”

³⁵ O primeiro conjunto habitacional de Curitiba chama-se Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e foi inaugurado em 1966. Características como sua grande dimensão; seu isolamento do adensamento urbano e o conseqüente acréscimo de encargos com o transporte para a família bem como o afastamento do mercado de trabalho, foram, segundo os agentes públicos, os empecilhos para a integração de seus habitantes na cidade. Ainda segundo estes agentes, a não correspondência do comportamento daqueles moradores com hábitos urbanos civilizados por não portarem uma habilidade aceitável com os equipamentos domésticos modernos, como o banheiro dentro da casa, o vaso sanitário, azulejos e torneiras; todas essas características e fatores foram considerados como elementos que contribuíram para a marginalização e degeneração progressiva dos espaços e da população ali localizada.

³⁶ A Carta das Favelas (ver na íntegra anexo 9) propõe estratégias de regularização que levariam em conta o tipo de espaço ocupado e o perfil da população ocupante. Inspirada nas premissas desenvolvidas n^o *A Carta de Atenas*, manifesto urbanístico produto do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas, em 1933. A Carta, a original, fala sobre um espaço urbano ideal: a Cidade Funcional; e prega a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho. Este espaço novo é baseado num modelo urbano alternativo às cidades tradicionais, muito densas: o modelo é a cidade-jardim, onde os edifícios se localizam em áreas verdes e nada compactas. Estes preceitos foram aplicados na criação do plano-piloto de Brasília, por Lúcio Costa. Também Curitiba, através de Jaime Lerner, teve influência de tal documento em seu planejamento urbano.

³⁷ A arquitetura modernista, além de pensar um novo planejamento espacial, pressupõe também novas formas de experiência social. O desenho dos espaços públicos e privados tornar-se-ia um mecanismo através do qual é possível criar novas práticas sociais, e, portanto, constitui-se em instrumento útil na busca pelo progresso econômico. Holston (1993) sustenta que o planejamento urbano não se restringe a uma técnica de (re)organização do espaço, mas é concebido “para transformar a sociedade, forjando novas formas de associação coletiva e de hábitos individuais, além de impossibilitar aqueles considerados indesejáveis”, ou incivilizadas (HOLSTON, 1993, p. 59).

envolveu quase que totalmente a população que ocupava a região³⁸ na época conhecida como Capanema, onde se encontra a Vila das Torres³⁹.

A pretensão era a de que o modelo da política deveria ser exportado para o restante do País como um exemplo inovador. “Inovador”, segundo seus idealizadores, porque envolvia fatores de “comportamento humano e social” (IPPUC, 1978, p. 62). Isto significa que havia uma crença que os comportamentos, os hábitos, a cultura dos cidadãos envolvidos no projeto poderiam ser modificados, melhorados a partir da nova relação com o novo espaço. No trecho que expomos abaixo, é clara a idéia de que cada tipo de população tem o seu lugar adequado na cidade e a classificação se deu, nesse exemplo, pelo padrão sócio-econômico. Nesse registro, a integração social só é possível entre padrões iguais, pobre com pobre, rico com rico.

Num estágio inicial, [há] a necessidade de localizá-las [as populações faveladas] em áreas mais adequadas ao seu padrão sócio-econômico para que *gradativa e realisticamente ocorra sua integração*; [há] a necessidade de evitar seu crescimento espontâneo [da população] para possibilitar um *trabalho social mais atuante e controlado* (IPPUC, 1978, p. 19 – sem grifo no original).

O que estava impedindo a integração dos “clientes” dessa política pública (os favelados) era o fato de eles se localizarem em um espaço inadequado ao seu padrão-socioeconômico, assim, mudando-os de lugar, tal problema seria resolvido, pois, aos poucos, eles mudariam seus comportamentos e integrar-se-iam gradativamente ao seu entorno, mais parecido com o seu padrão estético, ocupacional etc. Nesse novo espaço, e em pequenos grupos (o maior conjunto habitacional do projeto tinha aproximadamente 100 famílias) era mais fácil controlar seus comportamentos pelo “trabalho social”, isto é, regular o modo de uso dos espaços.

³⁸ Foram removidas famílias das favelas do Capanema (122 barracos), Afonsinhos (216 barracos), Britânia (36 barracos) (IPUUC, 1978).

³⁹ Para uma análise mais detalhada do desenvolvimento e implantação deste plano piloto, chamado “Embrião Habitacional”, desenvolvido em Curitiba em meados da década de 1970 ver BERLATTO, Fábila. Plano habitacional e reforma do comportamento da Curitiba de 1970. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências. Defendida em julho de 2004 no Departamento de Ciências Sociais/UFPR.

A partir da suposição de que mudar o espaço interfere no comportamento dos indivíduos, pode-se entender que intervenções espaciais trazem consequências políticas e sociais, já que agregam em si normatizações que estipulam *novas formas de interação social*. Explico. Espera-se que a modernização dos espaços urbanos (re)construa e/ou reforce os hábitos urbanos, provoque novos comportamentos e orientações culturais que seriam ao mesmo tempo pré-condições e decorrências do desenvolvimento econômico, do capitalismo moderno etc.

Entretanto, esta normatização não fica restrita apenas aos espaços públicos. A política habitacional empregada em Curitiba procurou levar este pensamento pedagógico para o ambiente privado⁴⁰. Vejamos um exemplo disso neste trecho referente ao plano habitacional que envolveu a população vizinha à Vila das Torres:

[...] A unidade habitacional [popular] básica é [um] embrião: banheiro, cozinha, sala e/ou quarto. Corresponde aproximadamente em área ao barraco da própria favela. É entregue em condições de habitabilidade [*sic*], para que haja uma relocação imediata, porém sem determinados acabamentos como forro, assoalho, pintura ou até mesmo esquadrias, *procurando com isso criar “ligações” do favelado à nova moradia: por seu próprio esforço [ele] irá completá-la, ao invés de receber tudo pronto* (IPPUC, 1978, p. 19 e 22 – grifei em *italico*).

Buscando o envolvimento do morador e de toda sua família na ampliação da casa, acreditava-se que o reconhecimento do empenho empregado no acabamento faria com que eles se apegassem à moradia e mudassem seus comportamentos, perdessem todos os maus hábitos da vida na favela e se integrassem ao padrão de ‘normalidade’ da sociedade⁴¹.

⁴⁰ O reordenamento dos espaços domésticos é “coerente com a produtividade do trabalhador moderno por encurtar o uso do tempo ao facilitar a realização das tarefas e favorecer a saúde e o repouso, ainda, e por isso mesmo, com a liberação da mulher para o trabalho externo”. [...] “A reorganização e a mecanização dos ambientes domésticos, principalmente da cozinha, fizeram parte de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos na primeira década do século XX e estavam amplamente influenciados pelas experiências de Taylor de gerenciamento científico da produção industrial e buscavam o aumento da eficiência dos operários via análise de cada movimento realizado dentro de sua casa” (Correa, 1999, p. 10).

⁴¹ Este processo disciplinar prescinde de estratégias que busquem o fortalecimento dos vínculos familiares e a fixação dos indivíduos na casa através de um ambiente compatível com o desenvolvimento do gosto pelo lar. A referência espacial fixa da família na casa é uma noção remota, mas fortaleceu-se com a ascensão da família nuclear do século XIX. Como ressalta Correia (1999), os dispositivos disciplinares daquele século, na busca da organização e do controle social, fomentavam o fortalecimento do espírito de família a partir de elementos como a propriedade da casa e a normalização de seu uso através da medicina sanitária. Estas intervenções técnicas sobre a casa, regulando o modo de morar, desenham uma lógica que aponta para o significado social da moradia. A ela são atribuídas as funções de reformar o comportamento de seus habitantes, além de ser um elemento de organização da sociedade.

A ampliação da residência teria o papel de um ritual de passagem para um *modo de vida civilizado, urbano, ordenado*.

O quadro abaixo, cópia literal retirada de um relatório do IPPUC, foi formulado a partir do que os agentes municipais leram como o resultado esperado da ação do plano habitacional sobre o comportamento e hábitos dos seus usuários. É interessante notar a mudança de ênfase sobre os que ainda vivem nas favelas, exemplares da ausência e do conformismo, e sobre os que passaram a morar na COHAB, que passaram a ter uma espécie de atrevimento reivindicatório:

QUADRO 1: Avaliação oficial do impacto no comportamento dos usuários do plano Embrião Habitacional

NA FAVELA	NO NÚCLEO HABITACIONAL
Moravam com total ausência de condições sanitárias.	Não toleram o cheiro das valetas abertas, e reclamam quando as indústrias jogam lixo nos terrenos baldios próximos do Núcleo Habitacional.
Chovia por todo barraco.	Reclamam das goteiras.
Tinham rádio.	Têm e querem televisão.
Não tinham preocupação constante com emprego fixo.	Têm preocupação, por um melhor salário e emprego fixo.
Eram conformados com a situação de favelado.	Têm preocupação por melhor renda e status social.
Não tinham lazer nem preocupações culturais.	Participação de programações de recreação como 'Ruas de recreio', querem praças esportivas, jornal e biblioteca.
Geralmente um dos membros do casal trabalhava.	O casal que trabalha para manter a renda familiar estável.

Fonte: IPPUC, 1978, p. 8.

O quadro pode ser pensado a partir das sugestões de Foucault (2007) sobre o poder disciplinador e normalizador. A política voltada para uma população considerada como pertencente a uma “subcultura” se constitui num “laboratório de poder”, ou seja, um local onde não se aplica apenas um poder repressivo e excludente, mas sim um poder

que produz novos tipos de comportamentos e, mais ainda, um novo tipo de individualidade treinada e dócil.

Conforme contam os moradores, a população da Vila das Torres não foi realocada (ou expulsa) pela sua recusa (“teimosia”) em deixar o local por já terem criado laços de solidariedade e de comunidade e pela preferência à localização próxima ao centro. No trecho abaixo, retirado da tese de doutorado de Davanso, inclui-se memórias dos moradores de quando, em meados da década de 1970, a prefeitura tentou retirá-los do local:

Alguns moradores relataram que a polícia chegou a invadir a Vila para forçar a desocupação. O fato foi muito traumatizante para eles “...*eu ainda era novo, mas me lembro direitinho do dia que nós acordamos com os tratores e a polícia entrando nos barracos...*” (morador, 28 anos). Algumas casas foram invadidas mesmo na ausência de moradores e seus bens levados à revelia: “... *meu pai era músico. Ele estava viajando e a gente não sabia onde ele tinha guardado as notas dos instrumentos musicais, então como não mostramos comprovante de pagamento, a polícia levou os instrumentos, dizendo que era roubado...*” (moradora, 33 anos). Esse episódio foi tão marcante que chegou até a ser tema de música: “... *Sen prefeito se o senhor pudesse atender meu pedido. Porque só me resta esse barraquinho aqui na favela...*” (Trecho da música do compositor Zé Castelo) (DAVANSO, 1999, p. 128).

Além da resistência dos moradores, suponho que há outros motivos para sua permanência no local, como a própria idade da ocupação, o que significava para os técnicos municipais que essa população seria mais arredia às tentativas de recondicionamento dos comportamentos pela ação social pedagógica tentada através dos planos habitacionais. Também o fato de esse trecho de terreno ocupado não ser “necessário para projetos prioritários” como o era o pedaço mais distante (mais acima) do Rio Belém, onde construíram o Jardim Botânico e um Campus da Universidade Federal do Paraná. Pelo menos é isso que o texto abaixo deixa transparecer ao se referir às áreas que foram realocadas como preferenciais para reintegração de posse. Segundo o IPPUC, as famílias selecionadas e realocadas para o projeto da COHAB (que ficavam mais acima da Vila, no “morrão”, como se referiu uma moradora) estavam em

formações relativamente pequenas e recentes, que, aliadas à própria origem da população – eminentemente rural – *não tem características culturais marcantes para a cidade*; As áreas ocupadas são necessárias para projetos prioritários [fala-se aqui do Campus Jardim Botânico da Universidade Federal do Paraná e do parque de mesmo nome que foram instalados no local] (IPPUC, 1978, p. 19 – grifos nossos). Quanto à população favelada, há uma relativa *homogeneidade nas suas condições precárias* de vida, entretanto, dever-se-á encontrar

peças nos *níveis extremos*. Algumas em condições de facilmente assumir as alternativas da proposta habitacional, enquanto outras não poderão fazê-lo imediatamente. Para esse segundo grupo de pessoas, mediante o conhecimento de cada caso (corresponde a uma parte do trabalho em área), dever-se-á equacionar medidas, envolvendo instituições que possuam programas afins aos seus problemas, buscando solucioná-los (IPPUC, 1978, p. 31; grifos meus).

O trecho destacado, além de ressaltar o interesse prévio do município sobre o espaço, fala da classificação das famílias em busca de usuários ideais para o plano. Esses clientes preferenciais seriam famílias que viviam em “níveis extremos”, o que significa, neste contexto, que elas habitavam a favela há pouco tempo e o faziam devido a uma situação circunstancial. Elas seriam mais adequadas por sua facilidade de readaptação a uma nova vida, a novos comportamentos, o que possibilitaria o êxito da experiência.

A percepção do “problema” da favela exclusivamente da perspectiva habitacional correspondia às medidas de planejamento urbano tomado pelo regime autoritário brasileiro que procurava destruir os bairros ilegais, pois “atribuíam ao meio a responsabilidade pelos males econômicos e sociais” (VALLADARES, 2005, p. 130).

A Vila de Ofícios é outro projeto que vale a pena ser explorado. Em 1994, o então prefeito de Curitiba, Rafael Greca, lançou um programa desenvolvido basicamente por dois órgãos: A Fundação de Ação Social e a Companhia de Habitação Popular de Curitiba. Focado em áreas de grande concentração de moradias, em sua maioria nos bairros periféricos da cidade, o programa consiste na construção de sobrados geminados de dois pavimentos, contemplando no mesmo espaço físico moradia (pavimento superior) e prestação de serviços ou comércio (pavimento térreo).

Por ser uma das ocupações mais antigas da cidade e por estar muito próxima ao centro a então Vila Pinto foi selecionada pela prefeitura como local de implementação do plano piloto. A Vila das Torres possui 56 dessas unidades que variam de 43m² a 137m², incluindo os dois andares, implantadas às margens do Rio Belém, nas quais se utilizou na pintura exterior as “cores vivas do imaginário popular” (cf. IPPUC, 1995)⁴². Num modelo típico da cidade medieval, o programa Vila de Ofícios acreditou na possibilidade de

⁴² O anexo 10 mostra imagens dos sobrados pertencentes ao programa Vila de Ofícios na Vila das Torres.

melhorar “a qualidade de vida da população de baixa renda”, permitindo sua inserção na rede de produção de bens e serviços facilitada pela capacitação das famílias pelo Programa Liceu de Ofícios. Os moradores seriam treinados para exercer atividades como sapateiro, chaveiro, cabeleireiro etc.

Como no caso do plano Embrião Habitacional, implantado vinte anos antes, encontrei uma seção em que se avalia os benefícios propiciados:

Antes da aplicação do programa piloto – *Vila Pinto*, a maioria das pessoas habitavam em barracos sem água, esgoto ou luz; em suma, habitações precárias e sem qualquer infraestrutura. As famílias conviviam com lixo, jogados no rio pelos próprios moradores, assim como os detritos de esgoto, que degradavam o meio ambiente e a qualidade de vida na região (IPPUC, 1995).

Menos de um ano após sua implantação, mesmo sem o acompanhamento progressivo do projeto, se festeja a conquista:

a urbanização deu ao local uma nova paisagem, até então desconhecida para os seus usuários. [...] o local está completamente transformado e o problema do emprego [está] amenizado. [...] o Programa propiciou, *além da nova leitura da paisagem urbana*, a oportunidade [do exercício] de uma profissão e o direito à moradia digna. Esses elementos vão possibilitar um relacionamento positivo da população com a cidade, resgatando sua própria identidade e o seu direito ao exercício da cidadania. [...] Os antigos barracos foram substituídos por *sobrados que hoje se confundem com o bairro de classe média ali existente*. Atualmente os sobrados são a *antítese* dos barracos que ali existiram. (IPPUC, 1995; grifos meus).

Das palavras reproduzidas na passagem acima, à primeira vista as mais bem intencionadas, são, sem dúvida, “identidade” e “cidadania”. Tratava-se de *resgatar a identidade* e *garantir a cidadania*, desde que se pudesse impor uma nova identidade – limpa, ordenada e colorida –, sendo esse o pré-requisito para *habitar a cidade* (o sentido original de ‘cidadania’ que o uso puramente retórico da palavra pelos planejadores traiu). Na realidade, o asseio urbano, em nome da *estética urbana*, não conseguiu sequer impor-se. O corpo de especialistas escolheu uma rua desabitada, diante de um rio inviável para ser um anteparo à paisagem intolerável (para quem passa, não para quem mora, bem entendido) das centenas de barracos que continuaram existindo próximos desses pitorescos sobrados “de classe média”. O abandono do projeto frustrou assim “a nova leitura da paisagem urbana”.

Ocorre que a rua de implantação do plano está voltada para o Rio Belém, que *já chega ali completamente poluído*, e para a Vila das Torres em uma via (Avenida Canal Belém) sem trânsito de veículos e com baixo movimento de pedestres, inviabilizando qualquer negócio. Além de tudo, o espaço útil do sobrado é inadequado tanto para a moradia quanto para o exercício das atividades profissionais. Para piorar, o regulamento do projeto não permite ampliações de qualquer espécie.

As condições econômicas precárias de seus ocupantes/compradores significaram falta de capital de giro e de melhor qualificação. Em levantamento feito pela COHAB-CT em 2008, das 56 unidades existentes na Vila das Torres, apenas seis ainda abrigam alguma atividade profissional: uma serralharia, duas costureiras e três espaços de comércio de lixo reciclado (cf. VILA DE OFÍCIOS, 2005). Alguns relatos explicitam melhor os problemas do projeto:

As reclamações dos moradores dessa área [Vila de Ofícios] é que o comércio não deu certo, muitas famílias estão desempregadas e por isso não estão conseguindo pagar suas prestações. Alguns moradores chegaram mesmo a afirmar que viviam melhor antes, quando suas casas eram velhas e de madeira, mas não tinham que pagar prestações mensais para a COHAB (DAVASNO, 1999, p. 146).

Não gosto de morar desse lado dos predinhos [Vila de Ofícios]. O nosso lado é ruim porque depois que fizeram a ponte, misturou todas as pessoas. Eu e metade dos moradores dos predinhos não aceitamos a Vila de Ofícios. Nós não ganhamos nem escritura. Pagamos por quatro anos uma prestação pelo predinho, mas deixaram de cobrar e até hoje não falaram mais nada (depoimento de morador da Vila das Torres *apud* LAZAROTO, 2004, p. 49).

Para finalizar esta seção, ressalto que todo o discurso e toda prática operada pelos agentes da prefeitura evidenciam o emprego de uma linguagem que examina, separa, classifica uma parcela da população, e, por um efeito da prática, acabam por determinar a posição social e espacial estigmatizada desses agentes sociais na cidade tecnicamente ordenada, podendo também complicar as relações da comunidade, gerando conflitos internos – o que piora suas condições de vida.

II.4 CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA: O MITO DA “CIDADE DAS ETNIAS [BRANCAS]”

Curitiba é objeto de *marketing* urbano de forma sistemática e explícita tanto para formular internamente uma idéia de si, quanto, e *principalmente*, para posicionar a cidade perante um mercado globalizado de pessoas e fluxos de investimentos. Para este fim lhe foram atribuídos a partir da década de 1990 vários nomes que funcionam como ícones de identificação simbólica. Destaco os de “cidade de Primeiro Mundo”, “capital européia do Brasil”, “cidade modelo”, “cidade das etnias”, “capital ecológica”, “melhor capital para se fazer negócios”, e, no período de eleições municipais de 2008, “cidade democrática” (o nome “Cidade Sorriso”, da década de 1960 ficou completamente ultrapassado). Um dos efeitos objetivos e subjetivos do *marketing* urbano é o reforço da estigmatização e a discriminação daqueles que não entraram no processo de planejamento físico e simbólico.

No entanto, para entender o processo de inferiorização simbólica de parte dos moradores da cidade é necessário retornar no tempo e buscar a construção da identidade social e cultural paranaense que, conforme a bibliografia consultada, começou a ser produzida através de discursos, textos literários e estudos históricos, imagens e metáforas por escritores “simbolistas” e membros da elite intelectual e política do estado já a partir do final do século XIX.

O trabalho primordial de invenção da identidade paranaense é o de Romário Martins, de 1899: *História do Paraná*. Romário Martins fundamentou a “diferença” paranaense em relação ao Brasil nas particularidades de clima e relevo, e na etnia, firmada na figuração do branco “imigrante não-português de origem européia” (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

A distinção paranaense em relação às demais regiões do País, segundo Oliveira, está na visão positiva sobre os imigrantes europeus e relaciona-se também à idéia, divulgada durante o governo imperial, de que o “progresso e o bem-estar” de nossas províncias teriam a contribuição dos bons costumes e dos valores e da capacidade de trabalho desses imigrantes. Logo após a abolição da escravidão, a imigração recebeu ainda uma missão de

limpeza étnica importantíssima. Ela seria responsável por eliminar os “vícios de origem” que contaminaram nosso organismo social pelo contato com a escravidão (OLIVEIRA, 2007, p. 5).

No lastro deste primeiro trabalho, o *Paranismo*, um movimento intelectual e político do começo do século XX, mantém a construção de uma história e de uma sociedade local baseada em uma visão “branca” da sociedade e do próprio estado do Paraná. Conforme Oliveira,

A publicação do livro *Um Brasil diferente*, [de Wilson Martins], onde se afirma que a imigração de origem européia constitui o principal lastro da formação social e cultural do estado, tornando o Paraná “diferente”, pode ser considerada tanto como o ápice desta trajetória de invenção de uma identidade não-portuguesa, como também de consagração dos grupos que a produziram. [...] Notamos, contudo, que essas imagens, (re)produzidas e difundidas por membros da elite política e intelectual paranaense durante toda primeira metade do século XX, são mais que parte de um processo de produção de crenças, mas funcionam como uma espécie de mito que (re)cria um certo “imaginário do sul”. Segundo este, a parcela sul do território brasileiro seria uma região social e culturalmente diferente das outras regiões do país. Numa palavra, se aquelas imagens não são o atestado de um “Brasil diferente”, talvez tenham produzido o “mito de um Brasil diferente”, com forte impacto sobre textos acadêmicos e escolares, mas também sobre o imaginário local (OLIVEIRA, 2007, p. 3).

O “homem paranaense” seria, assim, uma espécie de mestiço “euro-brasileiro” que teria contribuído não apenas para nossa cultura diferenciada, mas também para nosso maior progresso econômico em relação à média nacional. A hipótese de Oliveira é a de que “a crença na existência de um ‘Brasil diferente’ vem funcionando como um ‘mito de um Brasil diferente’, ou seja, como uma espécie de narrativa sobre as origens que centraliza suas atenções nos aspectos supostamente diferenciadores da cultura local” (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Este “mito” étnico, histórico e social foi aproveitado a partir da década de 1990 pela publicidade voltada tanto para os moradores de Curitiba quanto para o que conhecemos por *city marketing* (cf. GARCIA, 1997). Segundo Garcia, o processo de *city marketing* representa

[...] a instalação de um campo articulado de práticas e interesses – econômicos e políticos – que mediante a apropriação e difusão da positividade da imagem construída, reordena os circuitos de investimento e consumo objetivando atingir, sobretudo, as faixas de renda correspondentes ao topo do mercado e camadas médias [...], [o que se percebe em slogans

como] “Curitiba sempre na frente; mais um serviço de Primeiro Mundo para a capital de Primeiro Mundo” (GARCIA, 1997, p. 107 e 113).

A construção do mito de Curitiba como “capital européia”, do mito do Paraná como um estado “diferente” por não ter tido a mesma configuração racial que a do restante do País (“Brasil diferente” foi o título de uma coleção de livros lançada pela prefeitura durante a administração Greca) baseia-se, segundo Moraes e Souza (1999), em um pressuposto equivocado, o de que aqui não houve escravidão nem população negra significativa. Assim, estou de acordo com a idéia de que

estas conclusões são incorretas e que tanto no passado quanto hoje há um contingente populacional de negros que são *tornados invisíveis*, com consequências negativas para este grupo, na assim chamada ‘capital das etnias’” (MORAES; SOUZA, 1999, p. 7 – grifos meus).

A idéia de “capital das etnias” pretende sustentar que há em Curitiba uma “harmonia interétnica” ou uma “democracia racial” que se materializa na própria arquitetura da cidade: na existência, dimensão, localização e valorização de monumentos e praças em homenagem às etnias; no discurso dos intelectuais e pesquisadores locais, históricos⁴³ e contemporâneos⁴⁴; e, ainda, na identidade do projeto político-governamental, construída e consolidada sobre a vinculação da essência curitibana com uma “maneira européia de ser”. Os mitos da “Capital do Primeiro Mundo”, da “Capital Européia” acabam por articular um processo de “invisibilização” da parcela da população que não se encaixa no modelo e que não está nele representado (cf. MORAES; SOUZA, 1999, p. 8).

⁴³ MARTINS, Romário. 1995 [1899]. História do Paraná. Curitiba: Travessa dos Editores. Este jornalista por profissão e socialista, inseria-se em um contexto intelectual onde as teorias raciais baseavam-se em teses supostamente científicas que defendiam, com base no darwinismo social, a inferioridade de uns e a superioridade de outros. Este pensamento deu suporte no Brasil à ideologia do branqueamento. O Paraná representaria “um Brasil diferente”, nas palavras de Romário Martins, por possuir uma pequena população negra e uma ininterrupta corrente imigratória de europeus, o que favoreceria o branqueamento de nossa população, processo por ele considerado positivo.

⁴⁴ MARTINS, Wilson. 1989 [1955]. Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T. A. Queiroz, 2ª ed. WACHOWICZ, R. 1977. História do Paraná. Curitiba: Gráfica Editora Paraná LTDA, 4ª. Ed. Estes dois autores seguem o exemplo de Romário Martins e “tributam ao Paraná uma característica singular e positiva, parece-nos que menos pela forte presença de imigrantes europeus na sua formação, mas em função da não presença, principalmente, do elemento negro” (Moraes e Souza, 1999, p. 10). A argumentação destes três intelectuais paranaenses dá legitimidade aos discursos contemporâneos sobre a configuração racial de Curitiba.

Para complementar o significado desta construção histórica sobre a cidade, vale a pena observar a representação oficial dos dois bairros vizinhos à Vila. O Jardim Botânico e o Prado velho são locais antigos e tradicionais de classe média e que possuem uma estrutura de áreas comerciais, educacionais e bancárias com aspectos e características bem diferentes aos da Vila das Torres, o que cria um forte contraste entre essas duas realidades próximas e distantes ao mesmo tempo. Apresento abaixo dois comentários oficiais retirados do banco de dados sobre bairros da Prefeitura da cidade onde se recupera a “história” de cada um.

Sobre o Jardim Botânico:

O antigo bairro do Capanema que, na língua Tupi, significa mato ruim, a partir de 1992 passou a se chamar Jardim Botânico. A mudança de nome, decidida em plebiscito popular, é referência a uma das paisagens mais bonitas da cidade, o Jardim Botânico Francisca Maria Garfunkel Rischbieter. No entanto, as ligações de seu nome anterior e do atual nome com o bairro já são antigas. Ainda no século XIX, grande parte das terras da região pertencia ao Conselheiro Guilherme S. de Capanema, conhecido como o Barão de Capanema. Respeitado cientista e amante da natureza, o barão cultivava em sua chácara um belíssimo “jardim botânico” com pomares maravilhosos e plantas exóticas, que levaram jornalistas, na época da visita do Imperador D. Pedro II a Curitiba (1880), a descrevê-lo como um “Jardim Botânico de primeira grandeza, digno de menção entre os melhores que possui o império”⁴⁵.

E sobre o Prado Velho:

A palavra prado vem do latim *pratum* e significa lugar plano, campina ou planície. É daí que vem o nome do bairro. Ele está ligado ao antigo hipódromo de Curitiba que, na época, era conhecido como Prado Curitibano, já que os antigos e alguns, ainda hoje, utilizam tal palavra para designar o local onde ocorrem as corridas de cavalos. Um dos lugares mais chiques da cidade, o Prado Curitibano localizava-se na região onde hoje está a Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Como em 10 de dezembro de 1955 foi inaugurado o Hipódromo do Tarumã e as atividades turísticas da cidade se mudaram para outro bairro, a região antes denominada “Prado” acabou se transformando no “Prado Velho” já que o “Prado Novo” estava no Tarumã. Da força da lingüística e do hábito popular, acabou surgindo o termo que atualmente qualifica o bairro, oficializado no Decreto 774/75 que traz a atual divisão administrativa da cidade de Curitiba⁴⁶.

⁴⁵ Prefeitura de Curitiba. Informações. Bairro em Números. Disponível em:

http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp Acesso em: 21 de jul. 2008.

⁴⁶ Prefeitura de Curitiba. Informações. Bairro em Números. Disponível em:

http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp. Acesso em: 21 de jul. 2008.

Estes bairros se destacam na cidade por participarem do circuito turístico, já que possuem alguns dos pontos mais famosos da cidade, o Parque Jardim Botânico, um jardim ao estilo francês, construído para ser um cartão postal e o Teatro Paiol, uma das referências dos acontecimentos artísticos e culturais do estado.

O trajeto percorrido pelo ônibus turístico na cidade fornece ainda mais elementos para compreender a eficiência simbólica do marketing urbano. Tanto o Jardim Botânico quanto o Prado Velho pertencem ao roteiro desse passeio e, assim sendo, a Rua Guabirota seria uma via de acesso lógico entre os dois bairros, caso ela não cortasse a Vila das Torres, o que, por hipótese nossa, justifica um desvio de percurso. Fatores adversos poderiam justificar tal desvio, mas neste caso somos forçados a concordar com Bianchini quando diz que, “para uma cidade como Curitiba conhecida nacionalmente como a ‘Capital Ecológica’ e a ‘Capital Social’, seria, pois, uma contradição mostrar uma realidade diferente daquela divulgada pela propaganda” (BIANCHINI, 2006, p. 90). O desvio de percurso serve para evitar que o turista se depare com uma visão incoerente com o discurso de capital modelo, o que reforça a “invisibilidade” desta parcela da população.

A descrição até aqui feita do processo de construção do imaginário coletivo do “homem paranaense”, do “curitibano” teve a intenção de indicar que a Vila das Torres constitui um enclave social, étnico em meio ao tipo de paranaense inventado e oficializado. Nesse registro, a Vila seria o oposto do mito que fortalece o “imaginário do Sul”, a “capital das etnias [brancas]” e outras mistificações do gênero, sendo que “branco” nesse contexto não representa apenas a cor da pele, mas uma parte da sociedade “moderna”, “avançada”, “trabalhadora”, “européia”, enfim, dona de uma cultura civilizada e “diferenciada”.

Esse ritual de degradação social do Outro é um indício do que Bourdieu chama de “violência simbólica”, mecanismos e processos sociais que funcionam como dispositivos de controle social perverso.

Todo esse conjunto de valores e idéias produzidas e impostas pela imprensa local, por uma parcela dos intelectuais, dos trabalhadores de profissões intelectuais (arquitetos, planejadores, paisagistas, assistentes sociais, operadores do Direito, “sociólogos”) e pelos veículos oficiais de comunicação oficial torna consensual a valorização de um padrão de comportamento social e de espaço físico e, ao mesmo tempo, o seu contrário, a desvalorização extrema daquilo o que se desvia dele.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço [físico] é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, [...], são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...] simbólica, do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico (BOURDIEU, 1996, p. 163).

Segundo Bourdieu, o espaço físico é uma representação física do espaço social (um espaço dividido, hierarquizado, com posições valorizadas e desvalorizadas). O espaço físico não existe somente como espaço físico (o perfil dos prédios, o traçado das ruas, as engrenagens da “máquina de morar”), mas como espaço simbólico. Assim, a organização do espaço físico dividido em áreas “nobres” (para falar na linguagem dos corretores de imóveis) e áreas degradadas (conforme o vocabulário dos sociógrafos), isto é, sua valorização/desvalorização, é incorporada pelos agentes sociais e vivida como símbolo de distinção e de estigmatização.

São esses critérios que, de maneira invisível, exercem um poder simbólico que, somado a outros dispositivos, como a construção que se fez em Curitiba das suas etnias, garantem a sujeição mais eficaz que o poder de polícia. O poder de polícia só vem a reforçar o controle social que se torna, graças à intermediação da violência extrema, *perverso*.



Me propus no início deste capítulo entender a “sociodinâmica da estigmatização” que recai sobre a Vila das Torres. Para tanto, acompanhei de forma abreviada o processo que envolve a representação sobre seu espaço, através do planejamento urbano, e a representação de seus ocupantes, pela ênfase numa formação étnica diferenciada. Fiz uma descrição da Vila das Torres, de seus moradores e de seus espaços; depois, do discurso e da prática do pensamento urbanista curitibano indicando alguns de seus resultados sobre a população migrante e pobre que vive em espaços em desconformidade com o padrão dominante; e por último, o processo de “invisibilização” deste perfil de moradores por não pertencerem ao mito étnico característico do estado. Quando esses indivíduos são reconhecidos como moradores de favela, eles mobilizam um conjunto especial de idéias classificadas como degradantes, por isso, estigmatizantes. Todo processo indica que o favelado pertence a uma espécie de humano de segunda categoria e, no discurso oficial, ele se constitui numa ameaça à ordem social e moral da cidade.

No segundo capítulo, irei ver como o Estado, sendo a instituição detentora do *monopólio legítimo da violência física e simbólica* reforça estas atribuições estigmatizantes através do discurso da “segurança pública” difundido pelo estado. Busco, a partir daqui, o sentido do discurso oficial (e abstrato) sobre segurança pública no Paraná.

CAPÍTULO III. A POLÍTICA DO DISCURSO POLÍTICO: A RETÓRICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO NO PARANÁ

Na edição do jornal *Folha de São Paulo* de 25 de maio de 2006 o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando Delazari, publicou um artigo na seção *Tendências e Debates* intitulado “Do caos urbano ao caos social”. O contexto era excepcional. Uma série de confrontos envolvendo policiais *versus* organização de presidiários e seu aparato externo em diversas cidades do estado de São Paulo chocara o País, assim como o espetáculo produzido a partir dos conflitos ocorridos na periferia de Paris, no outono de 2005, chocara o mundo com as imagens de veículos incendiados. A mensagem do Secretário é que estamos, no nível nacional, seguindo um caminho equivocado no combate ao que ele chama de “caos urbano”, opção que nos conduziria a uma “guerra sangrenta”. O que o estado do Paraná teria então para ensinar sobre segurança pública ao Brasil?

A política econômica adotada em nosso País há mais de dez anos, gera altíssimo nível de desemprego, produz a fome e o desespero e transborda em um caos social quase incontrolável. Essa situação, aliada ao despreparo das polícias estaduais e federais e a nítida sensação de impunidade dos criminosos, fez eclodir um quadro de violência e insegurança que assola quase todas as regiões do PAÍS [sic]. [...] O apelo da população caminha no sentido de um endurecimento de políticas repressivas de segurança pública, *como se essa violência pudesse ser combatida com a violência*. Esse apelo, para ser atendido, passa necessariamente pelo *desrespeito aos* mais elementares *direitos humanos*. [...] Mas as estatísticas demonstram que os alvos mais freqüentes do combate policial continuam a ser, sobretudo, pessoas de camadas pobres e marginalizadas. Ao contrário de resolver o problema, acabam por gerar outros tantos. [...] A maioria dos mortos é pobre, morador das periferias e favelas dos grandes centros urbanos, vítima de um processo que os obriga ao enfrentamento armado das instituições públicas ou criminosas, gerando uma via de mão dupla de violência e insegurança. [...] Assim é que se abastece o mercado de criminosos. Assim é que a tensão derivada da miséria e a luta pela sobrevivência nas periferias sociais brasileiras se transforma inevitavelmente em uma guerra sangrenta⁴⁷ (grifos meus).

⁴⁷ Luiz Fernando Delazari, Secretário da Segurança Pública e à época vice-presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública. A íntegra do artigo publicado na edição do Jornal Folha de São Paulo do dia 25 de maio de 2006 está disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=20978>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

No artigo, o Secretário demonstra seu conhecimento das injustiças sociais e sua indignação com o desrespeito sistemático aos direitos humanos, principalmente os das “camadas pobres e marginalizadas”. Todavia, essa reflexão postula uma relação de causa e efeito tão geral e tão ampla que, no cálculo final, tudo explica tudo. Ou melhor, a relação de causa e efeito é tão simples que a primeira coisa que devemos fazer é desconfiar de sua lógica. Por exemplo, a “tensão derivada da miséria e a luta pela sobrevivência” causa uma “guerra sangrenta”, ou, como o próprio título diz, “o caos urbano” leva ao “caos social”, e ainda, “a política econômica” provoca “desemprego, fome, desespero e caos social incontrolável”. Edmundo Campos Coelho, já no final da década de 1970, chamava a atenção para o defeito de uma sociologia que “explica” a criminalidade como decorrência da pobreza e desemprego (cf. COELHO, 1978). Segundo ele, esse tipo de análise serve para alimentar a crença de que a grande maioria dos criminosos é oriunda da categoria social dos pobres, o que os torna responsável pelo clima generalizado de medo e insegurança que envolve o cidadão dos grandes centros urbanos. É esse tipo de “pensamento” que informa o conteúdo de políticas de segurança pública.

Mas não é como pensador social que o Secretário de Segurança do Paraná interessa a esta dissertação. Seu discurso é representativo de um tipo de leitura do mundo social. Ele funciona como uma espécie de *controle social perverso* na medida em que reproduz e difunde estigmas, preconceitos, pré-noções. Trata-se de um controle social que funciona mantendo e/ou ampliando uma visão de mundo e uma divisão de mundo que considera a criminalidade uma “conseqüência da marginalidade” (COELHO, 1978, p. 28). O resultado desse discurso e das práticas que se legitimam através dele são as “cruzadas morais contra certos tipos de crime [o que Delazari chama de violência das ruas: assalto a mão armada, furto, a ponta inferior do tráfico, etc.], pressões políticas ou da opinião pública, todas sempre circunstanciais e efêmeras, [que provocam] maior atividade policial repressiva e eleva[m] periodicamente as taxas oficiais de criminalidade” entre os pobres (COELHO, 1978, p. 43). Isso faz, sintomaticamente, com que a “distribuição espacial da pobreza dentro das cidades coincid[a] sistematicamente com a [distribuição social] da criminalidade” (COELHO, 1978, p. 37).

O trecho do artigo escrito pelo Secretário de Segurança Pública do Paraná contém, de maneira exemplar, os dois problemas que irei tratar nessa parte do trabalho.

Um deles, *o problema teórico*, envolve o argumento de Weber em relação à noção de Estado. Por Estado “deve entender-se um instituto político de atividade contínua, quando e na medida em que seu quadro administrativo mantenha com êxito o monopólio legítimo da coação física para a manutenção da ordem vigente” (WEBER, 1974, p. 43-44). Portanto, o monopólio da violência física não está garantido pelo Estado; ele deve ser reivindicado continuamente por um processo de conquista que, na sociedade moderna, só será possível na medida em que repouse sobre os ditames legais. Dito isso, a arenga do Secretário é uma espécie de indício do processo de disputa do monopólio da violência física e simbólica pelo Estado – disputa essa que se dá também (e aqui, no caso que nos interessa, *principalmente*) no nível simbólico. Uma vez que este monopólio depende da aptidão que a instituição estatal detém em fazer reconhecer a legitimidade de sua utilização exclusiva, o discurso do Secretário, enquanto discurso oficial, é aqui reconhecido como uma violência simbólica de Estado. Ele se constitui como um ritual de degradação social no sentido sugerido por Edmundo Campos Coelho mais acima. Tal violência simbólica almeja legitimar/garantir o monopólio da violência física.

O *problema empírico* neste capítulo é verificar como se dá a luta pelo monopólio da violência física no domínio simbólico, através dos discursos da segurança pública da SESP a partir de 2003.

As fontes analisadas são documentos, artigos, entrevistas— isto é, a voz institucional do Estado – retirados tanto da imprensa quanto dos sites oficiais da Agencia Estadual de Notícias (PR) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP-PR). O material foi separado (e interpretado) de acordo com três eixos principais: 1) a “filosofia” de segurança pública, 2) a crença nos instrumentos técnicos de repressão à violência, e 3) a visão operacional que a SESP ao mesmo tempo postula e produz. Essa separação é analítica; de fato, há, como se pode imaginar, uma integração entre estes três níveis.

Na primeira seção resgato de forma muito simplificada uma discussão sobre o

período histórico contemporâneo e a forma cultural que corresponde a ele, o pós-modernismo, e seu correspondente econômico, que chamaremos aqui de *capitalismo flexível*. Farei isso com a finalidade de mostrar que, se há implicações graves na integração social (geradoras, segundo o Secretário, de “caos social”) trazidas pelo capitalismo flexível, ela não se dá numa relação de causa e efeito tão simples.

Na segunda seção, apresento uma interpretação sobre a concepção dominante de segurança pública. No nível mais específico, o Paraná tem implementado a seu modo algumas propriedades do modelo global que, segundo Wacquant (2001a), enfatiza a *dimensão penal* em detrimento da social, processo que esse autor identifica como correspondendo à emergência de um “Estado-Penal-Policial” (em substituição ao Estado de Bem Estar Social). É importante ressaltar que Wacquant refere-se nesses seus estudos à sociedades que alcançaram um nível mais elevado de proteção social, à sociedades com menores índices de desemprego, menores índices de trabalho informal, e maior cobertura estatal para a saúde e outras formas de seguridade social. No nível mais geral, a “questão social” no Brasil foi sempre um caso para a polícia resolver, fato esse que ilustra como a “violência simbólica” de Estado está atrelada à sua maneira de interpretar a questão da desigualdade social.

Na terceira seção reproduzo alguns pronunciamentos dos agentes estatais responsáveis pela pasta da segurança pública no Paraná. Esses pronunciamentos seguem a mesma linha e complementam o artigo escrito pelo Secretário apresentado no início do capítulo. Tentarei entender qual o sentido dessa retórica para a política de segurança pública paranaense. Aproveito também para apresentar algumas declarações dos moradores da Vila das Torres que informam sua visão sobre o que pode ser chamado de uma “natureza” (isto é, uma característica intrínseca) da polícia dada a partir de sua experiência cotidiana com esse braço do Estado. Essa intercalação das percepções dos agentes sociais em meio às declarações oficiais permite avaliar a distância entre a realidade e sua versão governamental.

O discurso institucional é interpretado a partir da idéia de *doxa*, de Pierre Bourdieu. A *doxa* consiste num consenso profundamente arraigado, num senso comum,

num sistema simbólico que corresponde à estrutura social. Nas palavras de Bourdieu a *doxa* é, além disso,

um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam ao dominar o Estado e que constituíram seu ponto de vista como ponto de vista universal fazendo o Estado (BOURDIEU, 1994, p. 129).

O que pretendo é demonstrar, em primeiro lugar, que a retórica utilizada pela Secretaria e/ou pelo Secretário tem um verniz “humanista” e isso é assim porque faz parte, no contexto local, do processo de conquista da legitimidade do monopólio sobre o uso da força física e simbólica por parte do Estado. Em segundo lugar, mostrarei como o Estado procura, através dessa retórica, se apropriar do direito de dizer o que a segurança pública deve ser e o que ela é – por isso ela constitui uma *doxa*.

III.1 O CONTEXTO DA ECONOMIA GLOBAL

O pós-modernismo se caracteriza pela negação das normas do Iluminismo, pois questiona “as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação” (EAGLETON, 1998, p.7). O mundo seria então contingente, instável, imprevisível. Isso exige que o comportamento humano seja adaptável a circunstâncias variáveis, o que pesa na configuração das múltiplas identidades sociais.

Esta é a base teórica para uma nova força econômica que, segundo Eagleton, é efêmera, descentralizada, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional (EAGLETON, 1998, p. 7).

O pós-modernismo sustenta teoricamente “uma tendência para o contrato temporário em todas as áreas da existência humana: a ocupacional, a emocional, a sexual, a política” (ANDERSON, 1999, p. 33), processo segundo o qual um dos resultados é a desregulamentação da vida social.

Machado da Silva explica assim este fenômeno:

A mudança de patamar de acumulação ligada à financeirização e ao capitalismo flexível em boa medida desmanchou as dimensões ‘estatutárias’ do Estado Social que definiam com certa clareza os contornos das diferentes categorias de trabalhadores e seus horizontes coletivos, fornecendo, assim, parâmetros objetivados, nítidos e fixos capazes de organizar a formação consistente das identidades profissionais e pessoais. Este colossal movimento de desregulamentação dos quadros de vida social parece vir acompanhado, como seria de esperar, por uma intensa subjetivação dos controles sociais. [...] Do ponto de vista das estruturas de exploração e dominação o quadro é complicado, pois a tendência à ‘subjetivação dos controles sociais’ parece criar tanta ambigüidade que, para manter-se atuante como controle, na prática precisa limitar-se a grupos sociais cada vez mais restritos (MACHADO, 1999, p. 21-22).

Robert Castel pensa o capitalismo flexível a partir da análise de situações de *dissociação* engendradas por ele. O autor diz que tanto a vulnerabilidade social quanto a desvantagem na divisão social do trabalho refletem as condições da coesão social do grupo em foco e sua complicada inscrição na estrutura social. Para ele há uma “forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência” (CASTEL, 1998, p. 24). Portanto, a partir da análise da associação entre um trabalho estável e a inserção relacional sólida pode-se caracterizar uma área de integração, ou a construção metafórica de uma “zona” de coesão social (cf. CASTEL, 1998, p. 24). Inversamente, a não participação em uma atividade produtiva e o isolamento relacional geram efeitos negativos e produzem exclusão, ou, como ele prefere nomear, produzem “desfiliação”. A conjugação da precariedade do trabalho com a fragilidade dos suportes de proximidade gera uma zona intermediária identificada por Castel como de *vulnerabilidade social* (CASTEL, 1998, p. 24). A composição e o equilíbrio entre essas “zonas” podem servir como indicativo privilegiado para avaliar a coesão de um conjunto social num dado momento. Entretanto, *não* é a dimensão econômica o diferenciador essencial, mas a situação de instabilidade e desproteção contra os riscos sociais, ainda que a desestabilização recaia mais sobre os desprovidos de reserva econômica.

Loïc Wacquant, ao comparar “áreas de marginalidade avançada” da França e dos Estados Unidos, defende que, diante deste modelo econômico pós-fordista a que me referi, não faz mais sentido atribuir ao mercado a solução para os problemas sociais.

Segundo ele, “A institucionalização dos direitos de cidadania à subsistência e ao bem-estar social fora da tutela do mercado pode ser a bastilha do novo milênio” (WACQUANT, 2001b, p. 199).

Garland denomina essa época de “modernidade tardia” referindo-se às mudanças que levaram a uma sociedade globalizada, marcada pela insegurança, pelos riscos e pelos desafios do controle social. As origens das transformações que fundaram essa modernidade tardia “podem ser encontradas no processo de acumulação do capital e de constante mobilização em busca de novos mercados, maiores lucros e vantagens competitivas” (GARLAND, 2001, *apud*, SOUZA, 2003, p. 78).

As nuances do pós-modernismo e do seu correspondente econômico constituem um imenso debate e a explicação para suas implicações sobre a integração social é altamente complexa. Essa nota introdutória ao problema é, todavia, necessária para situar a questão do controle social em perspectiva histórica. Assim, a “grande transformação” (cf. POLANY, 2000) que afeta a sociedade ocidental a partir dos últimos 30 anos, é chamada por Castel de “*uma crise da modernidade organizada*” (CASTEL, 2005, p. 41) e representa o rompimento de um modelo de sociedade que se apresenta

como um conjunto de grupos profissionais homogêneos cuja dinâmica é regida no quadro do Estado-nação. São esses dois pilares sobre os quais forma edificados os sistemas de proteções coletivas – o Estado e as categorias socioprofissionais homogêneas – que se pulverizaram a partir dos anos 1970” (CASTEL, 2005, p. 42).

Esse enfraquecimento do “*Estado nacional-social*”⁴⁸ (causado pela intenção de aumentar a rentabilidade do capital baixando o peso dos salários e encargos sociais e reduzindo o impacto das regulamentações sobre a estruturação do trabalho) aniquila progressivamente um conjunto coerente de proteções sociais. No caso da Europa, segundo Castel, essas proteções sociais eram responsáveis por certo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social que poderiam manter a coesão social e favorecer um controle social mais “natural”, no sentido de menos forçado.

⁴⁸ Castel ressalta que essa expressão em nada tem de comum com o nacional-socialismo fascista, sendo adequada para qualificar a política dos principais Estados da Europa ocidental depois da Segunda Guerra Mundial (cf. nota 28 CASTEL, 2005, p. 43).

Concomitantemente a esse enfraquecimento, esfacela-se o “segundo baluarte” responsável, até certo ponto, por domesticar o mercado, a saber, a organização dos trabalhadores que tinham “*a responsabilidade da defesa dos interesses dos assalariados através de grandes formas de organizações coletivas*” (CASTEL, 2005, p. 44). Assim, uma gestão fluída e individualista do mundo do trabalho substitui sua gestão coletiva, instaurando uma “*concorrência entre iguais*”. Essa dinâmica gera descoletivização, reindividualização e insegurização e não permite que se controle minimamente as incertezas do futuro.

III.2 UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE A CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PREDOMINANTE NO OCIDENTE

A forma de gerência da segurança pública que atualmente predomina no Ocidente é uma problemática que tem sido pensada por uma parte da Sociologia como um recrudescimento de ações policiais e penais em detrimento de ações sociais.

A interpretação proposta por Loïc Wacquant para a questão é feita a partir da noção de Estado Policial Penal. Seu ponto de vista está bem sintetizado na nota apresentada aos leitores brasileiros de *As Prisões da Miséria* (2001a), onde a explicação é, basicamente, a seguinte: a segurança pública está sendo relegada à sua dimensão puramente criminal pelas elites estatais que se converteram à “ideologia neoliberal de penalidade” que os Estados Unidos oferecem como padrão para o mundo. Tal penalidade, segundo Wacquant, pretende atenuar com um Estado Penal as conseqüências da supressão do controle social e econômico pelo próprio Estado, processo este que é a “própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto no Primeiro como no Segundo Mundo” (WACQUANT, 2001a, p. 7). Com a destruição do “Estado-providência”, o nome francês para Welfare State, o controle social, que deveria ser resultado da justiça social geradora de bem estar, passa a ser buscado por políticas policialescas e meramente repressivas. Nesse jogo, complementa o autor, o sistema carcerário assume um papel de “governo da miséria” na medida em que há uma

“ascensão das forças da ordem à linha de frente da luta contra a pobreza” (WACQUANT, 2001a, p. 128).

A questão aqui, como se percebe, é a opção por um tratamento penal da miséria em detrimento dos valores de justiça social e de solidariedade. Os pobres, principalmente os “maus pobres”, passaram a ser superentendidos pelo Estado a partir do final do século XIX para ter seus comportamentos corrigidos por *coerções administrativas*; mas agora, e essa é a novidade fundamental, a coerção se dá principalmente por *sanções penais* (cf. WACQUANT, 2001a, p. 40). Um dos efeitos dessa virada da política estatal é que a redefinição dos objetivos e dos dispositivos da ajuda social através da lógica punitiva própria do campo penal exacerba o caráter discriminatório das práticas policiais (cf. WACQUANT, 2001a, p. 99); outro efeito é a responsabilização dos pobres por “incompetência moral” e “imperícia moral” (cf. WACQUANT, 2001, p. 45), pressupostos que corroboram na estigmatização dessas populações “desassistidas”. O resultado líquido desse tipo de política de segurança pública é “o superpovoamento das prisões, [que] pesa enormemente no funcionamento dos serviços correcionais e tende a relegar a prisão a sua função de depósito dos indesejáveis” (WACQUANT, 2001a, p. 115).

A ênfase nas políticas de segurança em detrimento das políticas sociais pode também ser vista como uma estratégia de recuperar a suposta perda de autoridade do Estado pelo abandono da maior parte de suas funções econômicas e sociais. Há então, como sugeriu Bauman, uma tentativa de restaurar sua importância como “protetor aos olhos dos cidadãos”, o que acaba por culpar aquela entidade responsável pelo “caos urbano” (para recordar a sociologia espontânea do Secretário Delazari) pelo aumento da inquietação causada, na verdade, pela precariedade do mercado de trabalho (BAUMAN, 2005, p. 105).

O debate sobre a perda do monopólio da violência sustenta o argumento de que há forças externas e internas comprometendo a legitimidade do Estado-nação contemporâneo. Externamente, o processo de globalização econômica e social estaria minando sua soberania. Internamente, sua legitimidade viria perdendo força diante das políticas neoliberais e das severas restrições ao Estado Social, cujo principal efeito consiste

em reduzir ao mínimo o provimento de serviços sociais significativos e necessários, com repercussões inclusive no domínio da lei e da ordem (ADORNO, 2005, p. 11). Wacquant acredita que “[...] a polícia deve daqui em diante fazer a tarefa que o trabalho social não faz ou já não faz mais desde que se admite que não há trabalho para todos” (WACQUANT, 2001a, p. 129).

Se nos países ditos “de Primeiro Mundo” (isto é, nos países capitalistas centrais) isso é grave, certamente no Brasil o quadro é pior já que aqui a população usufruiu de um Estado social muito precário. Para além do fatídico triângulo formado pela desregulamentação da economia, pela divisão racial e pela reestruturação (ou melhor, redução da ação) estatal, temos ainda a deficiência crônica ou inexistência pura e simples de serviços públicos. No Brasil, como se recorda, não só “a *questão social* sempre foi um *caso de polícia*”, como foi um caso “*para a polícia* resolver” (MORAES, 2006, p. 83 – grifos no original).

Assim, no Brasil há uma tradição de o Estado controlar a pobreza pela força. Esta tradição foi herdada da escravidão colonial, dos conflitos agrários e reforçada por duas décadas de ditadura militar. Tais heranças permanecem orientando as ações das instituições estatais e conformam uma mentalidade coletiva, ou uma representação de mundo sobre a qual somos formados e ao mesmo tempo formadores e que incorporou como aceitável o controle da pobreza pela força. Esse processo pode ser interpretado como de violência simbólica. Bem a propósito, Bourdieu explica que a violência simbólica é

esta violência que extorpe submissões que não são percebidas como tais ao se apoiar sobre as expectativas coletivas, sobre crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica repousa sobre uma teoria da crença ou, melhor, sobre uma teoria da produção da crença, sobre o trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de apreciação que lhes permitem perceber as injunções inscritas em uma situação ou em um discurso e obedecer (BOURDIEU, 1994, p. 188 – tradução minha).

Essa violência de Estado, na medida em que produz uma mentalidade social que aceita, concorda e até mesmo espera que os pobres sejam tratados com violência, válida, perpetua e intensifica intervenções que Wacquant chama de “ditadura sobre os pobres” (2001a, p. 10).

III.3 O DISCURSO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DO PARANÁ

Nesta seção apresento o discurso da segurança pública formulado e difundido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP). Quero evidenciar que essa *prática discursiva*, diferentemente do que se poderia concluir de antemão, não está separada da *prática repressiva* da segurança pública por parte do governo estadual, ainda que mobilize uma a retórica “dos direitos humanos”. Ou seja, não se trata de afirmar aqui que se “diz uma coisa e se faz outra”, mas de entender a que regras implícitas e impensadas essa narrativa que enfatiza o respeito aos direitos humanos obedece.

A seleção das passagens mais significativas do discurso oficial da segurança se deu em meio a todos os artigos publicados no site da Agência Estadual de Notícias que contivessem a palavra-chave “segurança pública” e do próprio site da SESP.

III.3.1 A Lei e a Ordem

O âmbito da lei e da ordem manifesta de forma acentuada os embates entre a direita e a esquerda brasileiras. Isso ocorre porque esse tema

agrupa o conjunto de representações em dois pólos opostos: as representações populares que reputam ao crescimento da violência e dos crimes origens religiosas ou morais [a direita]; e as que atribuem uma causalidade sócio-econômica ao crescimento dos crimes e da violência em geral [a esquerda] (SOARES, 2000, 45 *apud* ADORNO, 2005, p 21).

A classificação feita por Soares é interessante para organizar a apresentação das narrativas da segurança pública no Paraná a partir de uma divisão binária, tendo

previamente a consciência de que governo estadual pertence, para os problemas que se quer analisar aqui, à ala centro-esquerda. A idéia não é encontrar contradições ideológicas e nem agrupar opiniões políticas em pólos opostos. Pretendo, antes disso, verificar como essa narrativa compatibiliza o respeito aos direitos humanos e as demandas por maior eficiência policial; em segundo lugar, pretende-se entender qual a lógica seguida nesse processo.

O chavão peculiar da esquerda é o de que a violência não é um problema que cabe só à polícia resolver. O Secretário da segurança pública do Paraná define como “simplista” o pensamento que prega o “reprimir, prender e atacar como se segurança pública fosse uma guerra”. Segundo Delazari, este tipo de visão, localizado à direita, é um “contra-senso” por “querer transformar uma sociedade violenta com uma repressão violenta”.

Faz-se necessária aqui a inserção de algumas narrativas de moradores da Vila para evidenciar como eles vivenciam ações que, não obstante estejam em completa desconformidade com o que diz o Secretário, são cotidianas:

Teve um dia que estava indo para o centro e do outro lado da rua estava um menino correndo e o policial vinha atrás dele. O policial deu um tiro que matou o menino. Eu vi tudo. Essa foi a morte que mais me chocou (depoimento de moradora; há 34 anos na Vila *apud* LAZAROTO, 2004, p. 69).

Aparentemente a crença é que se matar os adolescentes tudo se resolve. Será? Quem permitiu que a arma fosse parar nas mãos destas crianças? Até onde sabemos este tipo de munição pertence ao exército⁴⁹.

A violência tem em todo lugar, mas a convivência da polícia com o pessoal daqui é diferente (depoimento de moradora; há 25 anos na Vila *apud* LAZAROTO, 2004, p. 95).

O Secretário da SESP exalta que o caso do Paraná é exemplar por sua consciência social por investir em outros âmbitos crendo investir em segurança pública. Vejamos como ele se expressa no trecho abaixo:

Delazari mostrou que a realidade criminal do Paraná está diretamente ligada às ações em setores como a educação e emprego. “Hoje o Governo do Paraná investe mais de 30% em educação, facilita o acesso à energia elétrica com o [programa] Luz Fraterna, a criação do projeto Leite das Crianças, entre outras ações. Isso é investir em segurança também. O

⁴⁹ Carta chamada “Comunidade arruinada”, de moradora da Vila das Torres publicada na *Gazeta do Povo*. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=822208&tit>>. Acesso em: 28 out. 2008.

Estado deve acatar a origem do problema como a falta de emprego, a falta de oportunidades, que são as geradoras da criminalidade”⁵⁰.

Estes programas sociais são muito importantes para a recuperação de um tecido social desgastado por más administrações governamentais anteriores⁵¹.

A fala oficial procura demonstrar algo como uma “consciência de esquerda” diante do problema da segurança pública. Isso é visível tanto na relação direta entre pobreza e criminalidade que postula, quanto na priorização de temas relacionados aos direitos humanos que enfatiza, como os abusos de poder no exercício de contenção do crime e da violência. Evidencia-se também o jogo político explícito que busca contrapor o atual governo ao anterior, contraposição que também é evidente na fala seguinte contra a Prefeitura municipal comandada por Beto Richa, que não está ligado politicamente à administração Requião:

A Vila Torres e o Parolin são das aglomerações populacionais mais antigas da cidade e que continuam desorganizadas *por conta da falta de ações eficazes de um grupo político que está há 20 anos no poder* sem se preocupar em realizar melhorias definitivas nestas e em outras regiões. Obviamente que se isso acontecesse, se a área fosse trabalhada com seriedade pela prefeitura, *o efeito seria sentido primeiro pelos locais vizinhos a estas regiões e com certeza por toda cidade*, já que estas regiões muitas vezes são locais que servem de esconderijo para grandes bandidos. [...] Com certeza *o criminoso jovem de hoje* não foi apenas órfão de mãe ou de pai, mas *foi órfão do poder público que não fez sua lição de casa social* [sic]⁵².

Repare aqui o lapso do Secretário: se houvesse “melhorias” na Vila quem ganharia seria não a própria Vila das Torres, mas “os locais vizinhos”, isto é, os bairros tradicionais de classe média que a circundam.

A próxima declaração é exemplar da consciência, entre uma parte dos moradores da Vila das Torres, da sua importância política, ou melhor, do papel que sua “situação social” tem para o uso político. A preocupação com a “situação social” (ou todos os jogos de palavras da mesma família) faz todo sentido no campo político:

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=33459>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=34024>>. Acesso em 12 jun. 2008.

⁵² Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=828765&tit=Pelo-fim-do-estigma>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

Eu acho que o Estado não tem interesse em mudar nada aqui. É falta de interesse. Pra eles é melhor que fique assim, porque a Vila tem um valor político (Informante 3).

À falta de sensibilidade das gestões estaduais anteriores e do governo atual do município, o Secretário contrapõe as palavras abaixo:

Não é difícil trazer a ordem [para a Vila das Torres]. O que parece difícil é levar a urbanização para lá, devolver a dignidade de vida para aquelas pessoas, recuperar o local através de fortes ações do poder público municipal. *Não há no mundo polícia que resolva o problema da criminalidade que nasce do ódio, da falta de dignidade, da falta de emprego, da fome, da miséria.* No caso da Vila Torres, a solução está efetivamente no empenho do poder público municipal em tirar aquela população da miséria para que não sejam reféns da criminalidade⁵³ (grifo meu).

Uma característica desse tipo de visão é reforçar a representação, bastante difundida *na* e também bastante criticada *pela* Sociologia, das “populações carentes” como potencialmente perigosas – uma ameaça ao bem-estar, uma categoria social vulnerável às tentações da carreira criminal: a do emigrante, de baixa instrução escolar, pobre, portador de hábitos não urbanos, com uma moral gasta pela miséria. Enfim, ela arremata a construção de uma “*subcultura* marginal” (cf. COELHO, 1978), onde a criminalidade seria uma consequência direta e incontestável da pobreza.

É possível validar ainda mais minha interpretação ao expor o texto que descreve um programa social chamado *Blitz da Cidadania* [sic]. Essa *blitz* seria uma solução do problema da falta de condições que os moradores enfrentam para o gozo de seus direitos como membros de um Estado e traria, enfim, “dignidade de vida para aquelas pessoas” (isto é, os pobres).

O programa

promove a cidadania através da aproximação efetiva dos policiais civis e militares com os moradores das comunidades mais carentes de todo o Paraná. *A Blitz é uma espécie de feira de serviços da segurança pública* que leva gratuitamente até essas regiões escolhidas [onde moram os pobres] confecção de carteiras de identidade, cursos de primeiros-socorros, dicas de segurança, palestras de prevenção sobre violência doméstica e violência contra crianças, adolescentes e mulheres e diversos outros programas de auxílio à população. A Coordenadoria de Ações Comunitárias [da SESP] [tem] o objetivo de incluir projetos

⁵³ Disponível em:

<<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=828765&tit=Pelo-fim-do-estigma>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

sociais de inclusão e promoção da cidadania como mais uma política pública de combate à criminalidade⁵⁴ (grifo meu).

Como se lê, trata-se de um jogo de palavras que prima, no exemplo acima, por um controle social via políticas assistencialistas (ou facilidades burocráticas), confundidas com políticas de integração social.

Vejamos uma fala, que não é do Secretário, mas foi retirada do site da SESP e se refere às ações sociais voltadas para “as camadas marginalizadas”. Ela diz que as ações “sociais” do governo do estado trarão “reflexos ainda mais positivos na área de segurança pública e nos quadros assustadores que hoje são apresentados de crimes, homicídios, prostituição e trabalho infantil”. E ainda, que “Quando as pessoas começam a melhorar seus padrões de vida, [elas] deixam de enveredar para ações desesperadas em busca da sobrevivência”⁵⁵.

Esse tipo de interpretação estatal e de imprensa torna-se ainda mais alarmante ao dar-mo-nos conta de que, além de serem elas que informam as categorias média e alta da população, também são elas que representam a visão de mundo dessas últimas. Ampliam-se e se legitimam assim as demandas dessas categorias por ações públicas de cunho policial na ânsia por sua segurança individual.

Além da ação policial, enfocada nessa dissertação, temos o exemplo de como a SESP tem enfrentado o problema da “delinquência juvenil” com um tipo de patrulha (polícia) voltada especificamente para jovens. Ao analisar políticas públicas focadas na juventude em Curitiba, Moraes (2005) fala em “policialização” dos jovens, um mecanismo de controle social baseado exclusivamente em práticas policiais no tratamento dos moradores, principalmente jovens, das favelas.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/programas_blitz_cidadania.php>. Acesso em: 12 jun. 2008. E por falar em “contra-senso”, a palavra blitz, que vem do alemão Blitzkrieg, é uma expressão militar para designar uma “ofensiva poderosa realizada de surpresa”; “uma guerra-relâmpago [historicamente, na Segunda Guerra Mundial foi usada com fins expansionistas, pelos alemães, contra países da Europa]”. É também uma expressão policial, para se referir à batida, “especialmente de caráter inesperado e que mobiliza grande aparato”. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

⁵⁵ A consideração é do Secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social, padre Roque Zimmermann. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=16757>>. Acesso em: 12 de jun. 2008.

A SESP colocou em prática um programa chamado de Patrulha Escolar, que tem como justificativa “a união da comunidade escolar com a polícia para reduzir a violência e a criminalidade nas escolas e nas suas proximidades”⁵⁶. Assim, os órgãos repressores – em especial a polícia – tornaram-se os principais parceiros do Estado na promoção da pacificação social, inclusive no âmbito escolar⁵⁷.

Outro fator recorrente nas narrativas da SESP é o seu acompanhamento da evolução do debate e das experiências internacionais das últimas décadas para a redução do crime e da violência. É perceptível a busca incessante em afirmar o compromisso do atual governo com a segurança de forma “inovadora”, “revolucionária”, “moderna”, tentando sempre romper com o modelo tradicional de policiamento. Assim, tudo o que se faz no estado é novidade.

No entanto, se por um lado o modelo tradicional de policiamento requer que não se pense em problemas persistentes ou padrões fixos de ocorrências policiais (muito menos que se elabore a respeito das virtuais causas que levariam ao delito, fazendo com que a responsabilidade do oficial acabe quando se responde à reclamação do cidadão sobre um incidente único (cf. BAYLEY, 2001)), por outro lado, devemos desconfiar da promessa de uma diminuição da criminalidade baseada na gestão administrativa da segurança pública cujo *modus operandi* está baseado em ações rápidas em nome de respostas rápidas. E devemos fazê-lo principalmente porque o que está em jogo aqui é o monopólio dos bens lingüísticos como um tipo de poder simbólico, como a palavra “eficiência” representa.

Mais uma evidência desse concurso pela novidade promovido pela SESP é a constante ostentação do fato de as polícias do Paraná terem aderido à filosofia “revolucionária” da Polícia Comunitária. Vejamos exemplos: segundo Delazari, aqui o

⁵⁶ Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/programas_patrulha_escolar.php>. Acesso em: 12 jun. 2008.

⁵⁷ Moraes afirma que a Patrulha Escolar, “baseada na cultura do medo e na criminalização da juventude [...] foi e tem sido utilizada para resolver conflitos e problemas que deveriam ser objeto de tratamento pela escola e pelos professores, uma vez que costumam ocorrer problemas de indisciplina e conflitos absolutamente comuns ao universo escolar, o que é muito claramente percebido pelos próprios policiais” (2008, p. 12). A respeito, ver também SALLAS, 1999.

“serviço de policiamento comunitário é modelo para o Brasil”, ou “o atual governo realiza a maior modificação estrutural da segurança pública no Paraná”⁵⁸.

O trecho abaixo da agência oficial de notícias oficiais, onde está incluída uma fala do governador Roberto Requião, define bem como esse modelo de polícia comunitária foi adaptado no Paraná:

Eles [os policiais] se apresentarão aos moradores, identificando-se e entregando um cartão com nome e fotografia, além de cartilhas com dicas de segurança. “A polícia conhecida é mais responsável pelos seus atos, porque será identificada em tudo aquilo que fizer e, em compensação, terá mais segurança para agir na comunidade, porque é bem-vinda, é amiga da comunidade e é conhecida e reconhecida por todos”, comentou o governador Requião⁵⁹.

Esta estratégia de aproximação da comunidade é também uma tentativa de fomentar/recuperar a legitimidade da polícia:

A polícia tem trabalhado *para mudar sua imagem*, para se aproximar da sociedade, para se transformar numa polícia solidária, numa polícia fraterna, uma polícia que inclusive compartilha os problemas de segurança, pois nós precisamos de parceria com a sociedade⁶⁰ (grifos meus).

Apesar de o problema estar colocado aqui em termos de “imagem”, toda ação está dedicada a recuperar a legitimidade do monopólio da violência prática e principalmente simbólica pelo Estado (através do aparelho policial).

Mas vejamos como a relação policial-comunidade se dá na Vila:

Esses dias os policiais passaram, eu ouvi, e disseram pra uma turma [de jovens] que tava ali: ‘Nós que estamos deixando vocês folgarem aí, mas na hora que a gente quiser a gente acaba com vocês’ (Informante 4).

Agora nem PM e Civil vem aqui mais, só vem a Rotam e a Rotam só vem pra matar. Se você ver a Rotam circulando aí pode saber que vão matar (Informante 2).

Mas ainda poderia ser melhor se o governo desse um pouco mais de atenção aos moradores e pedisse para a polícia respeitar um pouco mais os moradores, ao invés de

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=2226>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=22768>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

mandar fechar a Vila e tratar todos como vagabundos (declaração de pessoa que mora há 45 anos na Vila *apud* LAZAROTO, 2004, p. 33).

A nova “imagem” é imediatamente desacreditada pela prática policial efetiva. A propósito, os moradores, especialistas em segurança pública na prática, identificam mais e melhor que o governo do estado uma das principais fontes do problema da legitimidade policial. A questão seria então a seguinte: é permitido confiar e admirar uma “polícia fraterna” [sic] onde os agentes policiais estão eles próprios doentes?

Quanto aos “excessos” de violência cometidos por alguns policiais, pergunta-se: é possível que um tenente ou um coronel não percebam quando um subordinado está quimicamente dependente ou emocionalmente abalado? Quem está doente emocionalmente ou dependente quimicamente precisa de um médico, não pode assumir um trabalho de base como o de policial⁶¹.

Apesar de um artigo ufanista no site da SESP ter afirmado a autoria do governador Requião na invenção da participação da comunidade no trabalho da polícia, sabe-se que esta é uma ação que teve origem no Japão após a Segunda Guerra, mas que ganhou ênfase nos anos de 1970 e 1980 na América do Norte e Europa Ocidental, tornando-se conhecida internacionalmente.

Mesmo antes de ser vista por especialistas de todo o mundo como *uma idéia inovadora e revolucionária para a segurança pública*, a participação da comunidade no trabalho da polícia *já havia sido aplicada pelo governador Roberto Requião em seu mandato anterior* [1991-1994]. É uma *percepção visionária* de que a parceria da população, prestando informações à polícia, reduziria os índices de violência, já que possibilitaria um trabalho mais pontual e certo contra a ação de criminosos. Infelizmente, esta filosofia foi abandonada por outros governos, que não perceberam, na comunidade, uma aliada essencial para as instituições policiais⁶² (grifo meu).

Em que pese a imaginação social do governador, os culpados pelo fracasso são os outros políticos, insensíveis ao problema, sem essa “percepção visionária”, sem essa intuição sobre a maneira de reduzir “os índices de violência”.

Em busca de maior eficiência recorre-se à colaboração da comunidade, que se converte em “parceira” na prestação de serviços de segurança. Segundo Mesquita (2004),

⁶¹ Depoimento “Comunidade Arruinada”. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=822208&tit=>

Acesso em: 28 out. 2008.

⁶² Grifo meu. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/programas_consegs.php>. Acesso em: 12 jun. 2008.

algumas análises sugerem que o maior envolvimento de policiais com problemas locais e maior participação dos cidadãos nas atividades policiais enfraquecem as responsabilidades tradicionais do poder público em suas atribuições exclusivas de executar policiamento preventivo e repressivo, bem como investigar crimes e apontar seus possíveis autores. A crítica desse modelo de policiamento também parte de moradores da Vila:

Quem deve encontrar os “bandidos” é a comunidade? Será que assim não inverteremos os papéis? Será que essa postura não é perigosa? Seria o aluno que ensina o conteúdo programático ao professor? É o paciente que medica o doutor? É a assembleia que prega o sermão ao pastor? A impressão aparente é de que a estrutura reguladora da segurança nas cidades está à espera de um novo regulador⁶³.

Se para a esquerda não há muito que fazer no que concerne à violência enquanto não ocorrer uma mudança estrutural que afete radicalmente a distribuição da riqueza, para a direita a resposta ao problema estaria em um endurecimento na aplicação da lei e da ordem, proposta que assimila velhas fórmulas que incluem contratação de novos policiais e modernização de equipamentos, mediante compra de armas estrangeiras, por exemplo. (SOARES, 2000, 45 *apud* ADORNO, 2005, p. 22).

A modernização das polícias paranaenses e da gestão da segurança pública é outro lugar-comum nas narrativas da SESP. Há relatos de encontros, congressos, debates internacionais, no Brasil e no exterior, freqüentados pelo Secretário em busca de tecnologia, modernidade, “produção científica” tanto de idéias quanto de equipamentos para a segurança pública.

Os mais modernos conceitos sobre segurança pública apontam que *somente o investimento em tecnologia e a profissionalização da gestão em segurança é que garantem bons resultados no combate à criminalidade*. No Paraná, a era do “amadorismo” ficou para trás através da concretização de grandes projetos tecnológicos de combate à violência. Entre eles estão o Mapa do Crime, o Boletim de Ocorrência Unificado, a Modernização do Instituto de Identificação, a ampliação do Departamento de Inteligência, entre outras ações ⁶⁴ (grifo meu).

⁶³ Depoimento “Comunidade Arruinada”. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=822208&tit>>. Acesso em: 28 out. 2008.

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=22019>>. Acesso em: 12 jun. 2008. Grifo no original.

A parceria com instituições internacionais⁶⁵, o investimento financeiro, a compra de equipamentos, o treinamento dos policiais também são enfatizados.

Em 2005, foram contratados 1.033 policiais militares, 205 atendentes civis para o Ciosp (190) e 316 bombeiros. Mais de 9 mil alunos passaram por cursos de reciclagem. Também 5.762 armas e 992 viaturas foram compradas para as polícias. Apenas em reformas de delegacias, foram investidos cerca de R\$ 2,8 milhões, no ano passado⁶⁶.

O orçamento da Secretaria da Segurança Pública do Paraná, que será executado em 2008, será o dobro do valor gasto, na área, em 2003 (definido pelo governo estadual anterior)⁶⁷.

No entanto, a percepção dos moradores da Vila das Torres sobre a melhoria material da polícia toca em conflitos muito maiores e expõem dilemas profundos que se opõem às expectativas apresentadas pelas narrativas da SESP:

A polícia está doente. O que você acha de abrir a porta da sua casa e dar de cara com policiais se drogando e agindo como se nada estivesse acontecendo? Eu acho que deve haver uma renovação da polícia. Essa situação toda só vai mudar se 60% da polícia for renovada. Estou dizendo que 60% da polícia deve ser demitida e que novos policiais isentos de vício em drogas, corrupção, bem preparados devem ser contratados (Informante 1).

Acrescentam-se ainda a essa avaliação bem mais realista casos de corrupção:

Eles vêm aqui [os policiais] só para fazer negócio. É o seguinte: você tem uma arma ou drogas, eles dizem que se certa quantia não for paga eles irão prender. Se não tem dinheiro pra pagar na hora, eles parcelam: ‘tal hora eu passo aqui para pegar R\$ 500, tal hora eu volto pra pegar mais R\$ 500, se você não tiver, eu te prendo’. Daí o que acontece é que muita gente vai roubar no semáforo para pagar essa dívida com a polícia”. É assim. Outras vão roubar no semáforo para comprar suas drogas (Informante 1).

É até certo ponto paradoxal que à melhoria da estrutura material da polícia corresponda uma deterioração moral dos policiais. A visão retrospectiva (com todas as cautelas que se deve tomar diante da necessidade psicológica de romancear o passado) do tempo em que na polícia “só havia pessoas de bem” dá a medida do que se quer dizer.

⁶⁵ Como por exemplo, com a Senlis Council, instituição inglesa com base em alguns países como França, Canadá, Afeganistão e Brasil, que promove políticas públicas para melhorar a gestão de ações de combate ao tráfico de drogas. Há um ano no Brasil, com um escritório permanente no Rio de Janeiro, a instituição tem o seu foco principal no combate ao narcotráfico. Segundo seu site, em breve a instituição irá estabelecer no Rio de Janeiro um centro internacional de excelência nas políticas de segurança pública.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/gestao_investimentos.php>. Acesso em: 12 jun. 2008.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=36845>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

Antigamente quando o Módulo da Polícia era onde é o Clube das Mães, era melhor. A polícia agia, pegava e levava, corrigia melhor. Ninguém comprava a polícia (depoimento de moradora da Vila *apud* LAZAROTO, 2004, p. 51).

Quando vim morar em definitivo no bairro, a polícia era totalmente diferente, só havia pessoas de bem (depoimento de moradora da Vila *apud* LAZAROTO, 2004, p. 72).

Contra as expectativas do “senso comum governamental” nem tudo se resolve comprando mais viaturas.

Andersen argumenta que nesse período histórico chamado de “pós-modernidade” a *eficiência* é a palavra-chave na legitimação da ciência a serviço do poder (cf. ANDERSEN, 1999). A retórica da eficiência fornecida por dispositivos científicos é continuamente acionada pelo discurso da segurança pública no Paraná e temos um bom exemplo disso na exposição sobre uma ferramenta moderna chamada de “Mapa do crime”, que, segundo consta, “transforma a gestão da Segurança Pública” com a ajuda de “especialistas”:

A partir dessa ferramenta o Paraná administra a segurança pública de forma profissional e científica”, afirmou o secretário. Ele lembrou que a informação é hoje o principal instrumento de trabalho da polícia, seja ela Civil, Militar ou Científica, e que com os dados gerados pelo sistema é possível orientar de forma dinâmica a atividade policial em qualquer nível. Delazari destacou que a Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico, criada para gerir o Mapa do Crime, trabalha a partir de equipe multidisciplinar composta por policiais, estatísticos, economistas, antropólogos, geógrafos, sociólogos, que fazem um estudo detalhado de todas as nuances da criminalidade⁶⁸ (grifo meu).

Acredito que esse tipo de narrativas oficial, para além de buscar angariar a simpatia da opinião pública “cult”, se torna uma importante fonte de um tipo de controle social que nomeio aqui de perverso. Perverso no sentido de não ser “natural”, ou seja, de ser forjado por processos de violência simbólica. A violência simbólica exercida na legitimação do “Mapa do crime”, por exemplo, cuja função é apontar o espaço do pobre como *locus* da criminalidade, é uma violência simbólica que informa e, ao mesmo tempo, representa a opinião pública. A opinião pública se constitui, então, numa força poderosa no jogo do tipo perverso de controle social.



⁶⁸ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=37558>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

Resumidamente, as narrativas oficiais da segurança pública no Paraná apontam para uma conformidade com as estratégias gerais de prevenção e controle da criminalidade de inúmeros países, como Inglaterra, França e Estados Unidos. Essas abordagens discursivas falam de uma política de segurança confiável, consistente, preventiva, baseada nas comunidades, cujo planejamento é balizado a partir de informações estatísticas. Uma política ao mesmo tempo “científica” e “humana”.

Este jogo de palavras chama a atenção para aptidão que têm os porta-vozes do saber técnico de esculpir a realidade arquitetando uma representação definida do mundo social a partir de esquemas conceituais abstratos (isto é, que fazem abstração da realidade social). Destaco nesse ponto a questão da eficácia social das palavras. Bourdieu afirma que quando se trata do mundo social, “as palavras criam as coisas”, pois elas criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, elas criam o senso comum, ou a *doxa* aceita por todos como dada (BOURDIEU, 1996, p. 127).

O que quero dizer é que o uso das narrativas oficiais sobre a segurança pública paranaense, tal como apresentadas nesse capítulo, ao se constituírem em fontes de esclarecimento da opinião pública, servem de mecanismos de execução de um tipo de controle social forjado e não baseado em formas de promoção universal de bem-estar social.

Como já foi dito anteriormente, apesar de ter ficado evidente um abismo entre a abstração discursiva oficial e as ações policiais conforme as narrativas de moradores da Vila Torres, a intenção que tive não foi separar o discurso da segurança pública de sua prática efetiva, mas evidenciar um ponto que parece ter escapado à maioria das análises: as *narrativas* da segurança fazem parte de uma esfera diferente da *prática* da segurança pública, a esfera do jogo político.

Essa separação não é tão óbvia como parece. A percepção comum assume como evidente que, em geral, a prática nega o discurso. A idéia aqui é que a prática complementa o discurso desde que se entenda que essas duas coisas referem-se a campos diferentes, tem objetivos diferentes e, principalmente, públicos diferentes.

A retórica da SESP-PR obedece às regras do campo político. Essa “política do discurso político” (ou o que os políticos dizem) busca legitimidade diante da opinião pública “cultura”. Eles falam aquilo que imaginam que uma parte da sociedade quer ouvir, essa parte constituída pelos formadores de opinião, jornalistas, professores, categorias de profissionais liberais, políticos etc.

Ao pronunciar o que agrada, ao aderir à *doxa* da opinião pública “cultura”, a SESP requisita para si um discurso legitimador de seu poder e de sua autoridade. Assim, ao fazer uma abstração da prática da segurança pública, a SESP busca legitimar o monopólio da violência física e simbólica, ou seja, esta é uma maneira simbólica de lutar pelo monopólio da violência física e simbólica. É um processo de reforço circular que permite que os dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominantes.

Os discursos da SESP obedecem à natureza particular do jogo, que é um jogo político. Um dos interesses do jogo político é a busca da superação do governo estadual anterior; no caso do Paraná ele é tido como um governo técnico, de retórica fria, que não continha “humanidade”, não continha “profundidade” (sensibilidade) em relação aos assuntos “humanos”. Nesse jogo, a adesão a essa *doxa* pede como retribuição a legitimidade, mas não só: pede também prestígio, notoriedade e distinção para quem formula e pronuncia o novo discurso da segurança.

Esse é o ponto, penso eu, mais interessante a ser destacado no discurso geral da segurança pública no Paraná. A exaltação da vocação humanista junto com a eficácia técnica não funciona meramente como uma “maquiagem” da prática da segurança pública. Esses âmbitos da retórica da SESP têm sua eficácia no fato de acertar o alvo ao qual se dirige. No caso da defesa dos direitos humanos, o alvo são os formadores de opinião. São discursos que pertencem ao campo político e, assim, reforçam a *doxa* da opinião pública “cultura” sobre a boa política de segurança. No caso da eficácia técnica, o alvo é a sociedade em geral, o cidadão médio.

Finalmente, ao perpetuar os rituais de degradação da categoria social dos pobres, tais narrativas funcionam como um tipo de *controle social* perverso.

CAPÍTULO IV. A PRÁTICA DA POLÍTICA DE ESTADO: AGENTES DA SEGURANÇA E JORNALISTAS DA ORDEM

No terceiro capítulo me detive nas narrativas gerais sobre a *política de segurança pública no Paraná* produzidas e difundidas pela SESP. Destaquei o sentido puramente abstrato e o teor humanista dessas narrativas e sustentei a idéia de que elas se dirigem a dois públicos: aos políticos de profissão (ou ao campo político em geral) e àqueles que comumente se reconhecem e se apresentam (ou são apresentados e reconhecidos) como os “formadores de opinião”, a “opinião pública”, “a sociedade culta” etc. Neste quarto capítulo trato dos enunciados sobre a *própria Operação Alvo 1-Vila das Torres*, fabricados pela imprensa local e pelo Estado, representado no caso pelos agentes da segurança pública.

O estudo das narrativas da imprensa é, aqui, estratégico. Contemporaneamente a imprensa dispõe de um poder real que é o de impor um modo de representação do mundo social. Isso se dá em grande medida porque ela é portadora de um discurso autorizado (e, portanto, *legítimo*) sobre a realidade social. Mais do que produzir e difundir “informação”, a imprensa contribui para que se desenvolva uma visão de mundo social que reflete a forma comum de apreender e representar esse mundo, reforçando assim a *doxa*. Apesar do discurso da neutralidade, da objetividade, da função apenas informativa ou por vezes “crítica”, os enunciados da imprensa devem ser tomados como uma versão negociada dos fatos (cf. SILVA, 2000). Isso significa dizer que, pelo menos no caso do Paraná, os discursos sobre operações policiais são (re)construídos de forma circular, num trabalho coletivo (mas não necessariamente intencional) entre imprensa e governo. A realidade social, é o que pretendo comprovar, forjada pelo noticiário, representa uma duplicação, um reforço, uma amplificação, uma explicação e, finalmente, uma confirmação não do “discurso do governo”, mas da legitimidade da Operação Alvo 1.

Não acompanhei a rotina da redação dos jornais focados (*Gazeta do Povo*, *Tribuna do Paraná* e *O Estado do Paraná*), nem o processo de seleção, hierarquização e apuração das notícias. Não levei em conta o espaço tanto material quanto simbólico em que tais artigos

noticiosos foram publicados nos referidos jornais. Não mapeei as posições ocupadas por cada jornal no jogo de forças dentro do campo, encontrei apenas indícios de sua posição (mais governista, menos governista, mais “crítico”, menos “crítico” etc.). Foquei apenas os textos em si, prontos e publicados. Esses textos contam a história da Operação Alvo-1, seus acontecimentos e seus desdobramentos, e assuntos demais afins relacionando a Vila das Torres (o espaço, a população) à violência urbana, em termos bem gerais¹.

Os enunciados oficiais sobre a Operação Alvo 1 trazem uma perspectiva diferente da encontrada no discurso geral sobre a segurança pública que, como se indicou, visa o campo político e os “formadores de opinião”. Já a exposição de uma prática de segurança pública volta-se para a sociedade como um todo, para o “cidadão comum”, o “cidadão médio”, o “pai de família” etc.. Nesse caso, calha usar uma linguagem apropriada. No meu entender essa linguagem exalta a solução dos problemas, a eficácia técnica da polícia, a eficiência repressora do Estado.

Essa *ideologia da prática* (isto é, esse discurso ideológico que explica e justifica a prática do Estado e dos seus agentes de segurança) está bem expressa na declaração do Secretário Luiz Fernando Delazari:

“A polícia está com rendimento muito alto, organizada, bem equipada e trabalhando com inteligência. Isso resulta em muitas prisões”, afirmou. Delazari destacou que, em média, mais de 100 pessoas são presas, por dia, no Paraná, ou 3 mil novos presos por mês. “Nós triplicamos praticamente o número de vagas existentes no sistema prisional. Mas a

¹ Como mencionado, os jornais pesquisados foram a *Gazeta do Povo* (site e jornal impresso), *Tribuna do Paraná* (impresso), (criada em 1956) e o portal de notícias *Paraná-Online* (criado em 1997), que reúne o conteúdo da *Tribuna do Paraná* e do *O Estado do Paraná* (criado em 1951), pertencentes ao mesmo grupo de comunicação (GPP-Grupo Paulo Pimentel) presidido por Paulo Pimentel. É imprescindível esclarecer que havia uma parceria política entre Paulo Pimentel e o Governador do estado do Paraná, Roberto Requião. É elementar afirmar que isso, mas é preciso ter presente que o fato influenciou a cobertura sobre a Operação, e sobre qualquer outro feito deste governo, apesar do discurso da neutralidade, objetividade etc. dos jornalistas. Não será possível, no entanto, aprofundarmos aqui o estudo dos mecanismos anônimos, invisíveis através dos quais esta influencia é exercida. Em 2007, o Grupo vendeu ao empresário Carlos Massa, o Ratinho, sua rede de TVs, afiliadas do SBT; porém, os jornais ainda são de sua propriedade. O intervalo de tempo da pesquisa nos jornais é de fevereiro de 2005 a outubro de 2008. O número de acessos ao portal *Paraná-Online* somam dois milhões por mês. A tiragem semanal da *Gazeta do Povo* é de 40 mil exemplares, passando a 60 mil nos domingos. A *Tribuna do Paraná* tem uma tiragem diária de 30.342 exemplares e o *Estado do Paraná*, 19.557 (seis dias, já que não circula nas segundas-feiras). Estes são os três maiores jornais do estado do Paraná, nesta ordem.

criminalidade tem sido combatida com muita eficiência e isso tem gerado superpopulação no sistema ou em delegacias”².

Essa concepção faz parte de outra *doxa*, a *doxa* da ação, da prática da segurança. Ela representa aquilo que a “boa sociedade” quer ouvir e quer que o governo faça. Esse é o discurso amplificado pela imprensa.

É sobre esse ponto que se concentra o argumento central do capítulo. Quando Robert Castel (2005; 2008) analisa os problemas causados pelo processo de esboroamento do Estado de Bem Estar na Europa, ele identifica algo que chama de “insegurança social”. Ocorre que “insegurança” é, nesse caso, um sentimento difuso, mas como há uma divulgação em massa sobre o que é denominado hoje “violência urbana”, é em relação a ela que esse sentimento é direcionado de maneira condensada. Ora, a insegurança social é justamente aquilo que dá ao crime uma relevância política e cultural estrondosa.

No caso do Brasil, como já foi dito, é e sempre foi ínfimo o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. Aqui, a violência urbana é protagonista na sensação de insegurança social desde o desenvolvimento dos grandes centros urbanos. Coelho, na década de 1970, já havia identificado esse processo:

Em conjunto, são elas as ocorrências [da violência urbana] responsáveis pelo clima generalizado de medo e de insegurança que envolve o cidadão dos grandes centros urbanos e as que estão normalmente associadas à marginalidade, tanto na concepção de vastas camadas da população urbana, quanto nas análises que, direta ou indiretamente, informam o conteúdo de políticas de segurança pública (COELHO, 1978, p. 28).

O resultado dessa “insegurança social” gera uma obsessão por segurança, mas por uma segurança diante da “violência de rua”, o que desloca o debate público de uma questão social maior que é, nos termos de Castel (cf. Castel, 2005), a “insegurança social” e a “insegurança civil”.

A generalização do sentimento de insegurança se situa na conjunção de dois fatores: uma escalada da insegurança social, devido à degradação das condições de existência, ou ao medo de tal degradação, em amplos setores da opinião pública (insegurança social), e um

² Agência Estadual de Notícias. Disponível em:

<<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=38524>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

crescimento do número de atentados à integridade dos bens e das pessoas (insegurança civil). O sentimento de insegurança alimenta-se destas duas fontes. Entretanto, ao mesmo tempo em que as preocupações de segurança se alastram na sociedade como um todo, o peso efetivo que elas carregam cristalizou-se de forma privilegiada nas periferias e sobre as populações que nela moram, especialmente nos “jovens da periferia” (CASTEL, 2008, p. 63-64).

Há de fato um *medo disseminado* (isto é, um sentimento público de medo) gerado pelas transformações históricas, econômicas e sociais que marcaram as últimas décadas do século XX, e que foram particularmente graves em países de Estado de Bem-Estar social menos desenvolvidos como o Brasil, que se transforma em um *medo específico* e, aí, a imprensa tem sua responsabilidade. Isso influencia no comportamento dos cidadãos e dita as políticas atuais de governo. Elas primam pelo reforço do controle social num viés policial, ou, usando um termo ainda mais adequado, promovem um controle social “perverso” (cf. MORAES, 2008).

A percepção dos cidadãos da crescente insegurança [civil e social] provocou, ao longo dos últimos anos, uma pressão social para que todas as autoridades tomassem medidas no campo da segurança pública, independentemente de suas competências oficiais (CASTEL, 2008, p. 12).

A Operação Alvo funcionaria, nesse contexto, como um substituto simbólico para aplacar a “insegurança social” e a “insegurança civil”. No Brasil, a pobreza e o desemprego têm dimensões alarmantes; no entanto, pesquisas têm demonstrado que a violência e o crime ocupam o primeiro lugar na preocupação da população³. Isso significa que estas variáveis têm eclipsado outros problemas do país. O controle social, que deveria vir a partir da *integração social*, é buscado através da *repressão social* (as muitas políticas públicas policiais).

O capítulo está dividido da seguinte forma. Na primeira seção abordo o evento que considero o estopim da Operação Alvo-1, o “ladão quebra-vidros”. O roubo aos veículos que param no semáforo do cruzamento da Av. Comendador Franco com a Rua Guabirotuba, que corta Vila das Torres, é tema constante no noticiário policial da cidade. Ao apresentar este fato, pretendo responder as seguintes questões: como este tipo de

³ Ver exemplos no anexo 11.

assalto, um crime comum de rua, motivou tamanha ação policial, afetando o cotidiano de uma vila inteira? Acredito que a justificativa deste feito se dá na medida em que ele atende a um anseio da sociedade provocado por uma insegurança social e civil.

Há ainda outra questão a ser respondida na primeira seção, a saber, como um grupo de jovens de periferia pôde transformar-se em suporte prioritário de ameaças difundidas no conjunto da sociedade? Responder a esta questão nos fornecerá um exemplo da dinâmica social do “deslocamento dos conflitos” do conjunto da sociedade para suas margens, isto é, para certos grupos sociais (CASTEL, 2008, p. 65).

Na segunda seção apresento as narrativas dos agentes de Estado sobre a Operação Alvo 1-Vila das Torres. As narrativas policiais consideram os jovens delinquentes da Vila das Torres como inimigos que devem ser aniquilados. Aniquilamento aqui significa que em momento algum das narrativas, sejam elas oficiais ou de imprensa, se considera a integração dos jovens de periferia. Tidos como não integráveis, pressupõe-se, devem ser banidos do seio da sociedade. O banimento (ou a interdição ou a rejeição ou a separação) é cumprido quando da sua passagem pelo sistema penitenciário, o que resulta, de fato, em um “aniquilamento” do indivíduo, no sentido de que lhe atribui um estigma irreversível, praticamente inviabilizando sua vida civil.

O modelo de segurança pública explicitado pela Operação Alvo é fortemente militarizado: as áreas pobres se assemelham, nessa concepção, a um território inimigo que precisa ser invadido, conquistado e submetido. Essa ação policial específica foi uma operação de guerra com o objetivo de promover e garantir o monopólio do uso da violência física e simbólica pelo Estado. Esse objetivo se confunde com o meio pelo qual ele é tentado: através do controle social pautado em ações policiais. Essa prática perpetua ainda mais os estigmas da categoria social à qual ela está prioritariamente dirigida.

Na terceira seção abordo as narrativas de imprensa sobre a Operação Alvo 1, onde destaco a circularidade entre o que dizem os diversos “veículos” e o que diz o Estado através dos agentes do Estado. Tal circularidade se deve, segundo Bourdieu, aos próprios mecanismos de funcionamento da profissão jornalística, cuja lógica de

concorrência restringe, entre outras coisas, as fontes de informação (BOURDIEU, 1997). Assim é que se constitui uma espécie de impregnação mútua de representações gerais sobre o mundo social que circulam, de forma viciada, entre o campo político/burocrático e o campo jornalístico na medida em que os operadores de um e de outro se constituem em fontes de consulta recíproca. Os jornalistas, que se imaginam observadores do campo político/burocrático, são, na realidade, agentes deste, tanto pelas questões que colocam, quanto pelas que deixam de colocar.

IV.1 O PESADELO CONCENTRA-SE NA VILA DAS TORRES: O LADRÃO “QUEBRA-VIDROS”

Conforme já destaquei no Capítulo II, o cruzamento da Avenida Comendador Franco com a Rua Guabirota é um ponto nevrálgico na representação negativa da Vila por concentrar grande número de assaltos a veículos particulares que param no semáforo. Um jovem informante da Vila das Torres lembra o período:

Na época [da Operação Alvo] tinha bastante assalto ali na [rua] Guabirota, agora diminuiu bastante. *Os piás faziam disputa pra ver quem roubava mais bolsas.* Eles diziam ‘Há hoje eu consegui um cartão de crédito tal!’. Pra ver quem conseguia o melhor cartão de crédito. Eles pegavam o dinheiro, e se a bolsa era bonita vendiam pra alguma menina da Vila (Informante 3).

“Quebra-vidros” é nome dado aos operadores desse delito e, segundo os jornais diziam na época, são “o mais novo pesadelo enfrentado pela polícia [e] está concentrado na Vila das Torres”⁴. Devido ao grande número de ocorrências e a correspondente cobertura da imprensa, considero esse tipo de delito o motivador da Operação Alvo 1 – Vila das Torres em 2005.

Nessa seção verifico como tal delito de rua, que poderia ser resolvido de forma mais eficaz e menos traumática com a presença freqüente de viatura policial em seus pontos recorrentes, pôde justificar uma ação policial tão espetacular. Veremos então

⁴ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/112922/>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

como se constituem as narrativas dos agentes do Estado e da imprensa em torno deste fato.

Os trechos abaixo fazem parte de uma mesma matéria de jornal, longa e detalhada, publicada três dias antes de a Operação Alvo-1 ser executada.

A constante atividade desses indivíduos [“quebra-vidros”] tem causado dor de cabeça nas polícias Civil e Militar há algum tempo. Mesmo com o trabalho de repressão desenvolvido naquela área, o índice de criminalidade não regride e tende a crescer [...]. No final do ano passado, após um período crítico alcançado em setembro de 2004, o número de ocorrências dessa modalidade de crime teve uma baixa considerável, mas desde a primeira semana de janeiro deste ano [2005], [eles] voltaram a atuar com força. Em fevereiro, somente nos primeiros 15 dias, foram registrados mais de 40 boletins de ocorrência na Delegacia de Furtos e Roubos (DRF). Dentre as vítimas estão uma delegada de polícia e uma deputada estadual.

Para piorar ainda a situação, a prática dos “quebra-vidros” começa a se organizar e isso significa indícios de crescimento de violência na região. Desde o declínio das principais gangues que disputavam o controle do tráfico de drogas na vila, as ações criminosas começaram a ser realizadas na área por indivíduos que agem sozinhos, no máximo em duplas, sem qualquer organização. Entretanto, com o crescimento da ação dos “quebra-vidros” e o conseqüente aumento da rentabilidade dos golpes, essa situação começou a mudar. A polícia já registrou desavenças resolvidas a bala entre ladrões pela divisão de produto roubado ⁵.

E a que apresento em seguida, retirada da Agência Estadual de Notícias, regozija-se do suposto resultado da ação policial:

O número de assaltos a carros na Vila das Torres caiu a zero desde que a Secretaria da Segurança Pública determinou a permanência de policiais na região, no dia 28 de fevereiro. Antes de a operação ser deflagrada, diariamente, de três a oito carros eram alvos de criminosos que atuavam principalmente na Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres). Para o delegado-titular da Delegacia de Furtos e Roubos, Rubens Recalcatti, a operação na Vila das Torres marcou o fim deste tipo de ocorrência. “Se sobrou algum ladrão de semáforo solto, ele já sabe que este tipo de crime não tem mais futuro”, disse Recalcatti⁶.

As narrativas em torno deste tipo de delito, o roubo no semáforo, remetem-no a uma “causa fundamental”, que ora é o negócio das drogas, ora é a pobreza.

⁵ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/112922/>>. Acesso em: 29 ago. 2008. A matéria possui quatro páginas virtuais. Na época, em fevereiro de 2005, ouviram-se muitos comentários sobre um suposto assalto também à esposa do governador do estado, Maristela Requião, o que foi confirmado, extra-oficialmente, por um coronel da PM. Acredita-se que esse fato desencadeou a ação policial que focamos.

⁶ Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=11417>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

Toda rentabilidade do golpe [roubo a veículos no semáforo] resume-se, basicamente, na troca de objetos roubados e furtados por entorpecentes dentro da própria Vila das Torres, um dos famosos pontos de venda de drogas em Curitiba⁷.

Vemos que há uma conexão quase natural, espontânea na relação entre consumo de drogas e crime, como esta feita pelo Coordenador do Núcleo de Repressão ao Tráfico de Drogas, delegado Sérgio Inácio Sirino, psicólogo amador. Ele enfatiza que

é muito difícil largar as drogas, principalmente o crack. A cada dia mais pessoas de menos idade entram no vício para buscar a fuga de problemas como falta de estrutura familiar, religião, escolaridade deficiente, falta de emprego. Ele busca a fuga, a partir disso vai roubar e quando percebe, já não tem mais volta⁸.

O negócio da droga, que recebe o título de maior promovedor de crimes e violência na atualidade, é considerado pela sociedade um problema moral. A impressão passada pela afirmação acima é de que há uma relação estreita e generalizada entre delinquência e as toxicomanias. Essa é uma relação forjada pela criminologia atual; no entanto, dizer que a droga leva ao crime é uma verdade parcial. Cusson, por exemplo, afirma que a maior parte dos narcômanos norte-americanos detidos pela polícia haviam iniciado sua atividade delinqüente antes de terem consumido droga (Departamento de Justiça dos EUA, 1988, p. 50, *apud* CUSSON, 1995, p. 423). Ele acredita, entretanto, que

é provável que a estreita ligação existente entre a toxicomania e o roubo não se deva unicamente ao fato de uma provocar o outro, mas também a fatores comuns que agem sobre ambos [isto é, a um terceiro fator]. Esta hipótese ganha credibilidade quando se sabe que os estudos comparativos entre grupos de delinqüentes toxicômanos e de delinqüentes não toxicômanos não permitem detectar diferenças significativas a nível da personalidade, das atitudes e da vida familiar (CUSSON, 1995, p. 423).

Para os moradores da Vila das Torres o tráfico de drogas constitui-se de fato num grande gerador de conflitos; porém os problemas cotidianos se dão também por outro motivo: “Também que o nosso governador olhasse para nós, que só cuida dos grandões” (depoimento de pessoa que mora há 30 anos na Vila *apud* LAZAROTO, 2003, p. 99). Temos então que, para além do problema do tráfico de drogas, reconhece-se uma atenção maior das políticas de governo para os ricos em detrimento dos pobres.

⁷ Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/112922/>. Acesso em: 29 ago. 2008.

⁸ Agência Estadual de Notícias. Disponível em:

<<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=36729>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

Segundo a Agência Estadual de Notícias, um veículo de divulgação governamental, o

Mapa do Crime mostra que em Curitiba cerca de 80% dos homicídios estão ligados diretamente ao tráfico de drogas, e outros 10% se referem a brigas familiares ou entre conhecidos. “É bandido matando bandido na luta para crescer no tráfico de drogas [...] Quando um traficante mata outro, ele fica mais forte, mais poderoso e não podemos permitir isso”⁹.

É interessante ainda notar na fala acima, do Secretário da SESP, uma grande preocupação com o fortalecimento do tráfico de drogas, mais até do que com os crimes de assassinato que o negócio envolve. É possível interpretar, a partir dessa frase, que a morte de um bandido é inaceitável, mas somente porque ela possibilita o fortalecimento/aparecimento de outro bandido.

Geralmente esse tipo de “estatística”, como exemplificado na citação acima, é utilizado para denunciar o número elevado de delinqüentes na periferia. Essa super-representação dificilmente é contestada pois se legitima em números cientificamente elaborados. Um dos resultados dessa criminalização que recai principalmente sobre os jovens de periferia, preferencialmente os pretos, é que eles, mesmo os que não têm nenhuma responsabilidade no negócio das drogas, serão submetidos cotidianamente à vigilância onipresente da polícia.

O atrito cotidiano com a polícia tem a ver com fatores de diferenciação de raça e classe. Eles são, essencialmente,

delitos de aparência por ocasião dos múltiplos controles de identidade, interpelações violentas obrigando as pessoas a se colocar em posição de sentido com comentários racistas, abusos policiais raramente punidos. As relações destes jovens com a polícia constituem o ponto de cristalização de uma “raiva” feita de frustrações acumuladas ao longo de numerosas experiências de humilhação sofrida, percebendo que neste espaço público existem dois pesos e duas medidas no tratamento dos indivíduos (CASTEL, 2008, p. 42).

Acreditava-se que a partir da Operação Alvo 1 fosse possível uma aproximação rentável com os moradores da Vila das Torres para o mapeamento da criminalidade da

⁹ Fala é de Luiz Fernando Delazari. Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=36726>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

região, (“É a comunidade que sabe tudo. Onde estão os traficantes e os bandidos, por isso contamos com seu apoio”¹⁰) e na neutralização dos jovens “quebra-vidros” e consumidores de drogas. Contudo, a própria polícia já reconhecia que a Ação não resolveria a questão do tráfico.

Segundo Azor [delegado-geral da Polícia Civil, Jorge Azor Pinto], a prisão de criminosos “maiores”, como traficantes de grande porte, não ocorre nesse tipo de operação. “Isso fica para uma segunda etapa, mais investigativa, onde apuraremos as informações recebidas [dos moradores] no primeiro momento”¹¹.

Isso reflete a tendência dos “poderes públicos” de formular respostas imediatas a episódios de crises na segurança pública, em vez de optar por uma abordagem planejada em função de indicadores e dados globais.

Os estudos sobre o sistema penitenciário brasileiro já demonstraram que é o encarceramento de pequenos delinquentes que sobrecarrega as prisões abarrotadas não de criminosos perigosos e violentos, mas de condenados por negócios com drogas (a ponta inferior do tráfico), por furto, roubo, em geral oriundos de parcelas da classe trabalhadora, das famílias do subproletariado. As idéias preconcebidas têm grande peso neste fato. Como afirma Coelho

o estereótipo [...] afeta de maneira significativa as decisões dos tribunais [...]; e, como o estereótipo combina atributos de raça e classe social, são maiores as probabilidades de que indivíduos de cor ou de *status* socioeconômico baixo sejam enquadrados e sofram tratamento discriminatório mais severo” (COELHO, 1978, p. 44).

Para o secretário de segurança, Luiz Fernando Delazari, os delitos ocorridos na Vila têm origem na pobreza, o que ele, politicamente correto, chama de “desigualdade social.”

Aqui não tem crime organizado que, para existir, necessita do envolvimento de alguma estrutura do Estado. Na Vila das Torres a violência existe por causa da desigualdade social¹².

¹⁰ Coronel Silvio Santos de Moraes Sarmiento, comandante do Comando de Policiamento da Capital e coordenador da ação policial pela Polícia Militar. Sobre a Operação Alvo 2-Parolim. *Gazeta do Povo*, 06 de maio 2005, p. 3.

¹¹ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/113457/>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

¹² Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/113744/>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

Os trechos de reportagem de jornal abaixo, que reproduzem o discurso da SESP, apontam que as soluções para as “causas fundamentais”, tráfico de drogas e pobreza, passam primeiro por ações policiais:

Para o delegado Rubens Recalcatti, seria importante também a implantação de câmeras nos pontos considerados críticos, apoio da Guarda Municipal e intensificar as operações dentro da favela¹³.

Mas também por ações sociais “educativas”:

A solução também passa por uma reeducação dos moradores daquele local, proporcionando-lhes melhores condições de vida. Criar projetos dirigidos principalmente aos jovens que não têm ocupação e durante a ociosidade entram no mundo do crime¹⁴.

O principal jornal do estado, a *Gazeta do Povo*, publicava os principais feitos policiais no decorrer da invasão:

Uma das ações consideradas de maior importância [no primeiro dia da operação] foi a detenção de Roseane de Souza Leal, 30 anos. Na casa dela, foram encontradas 25 bolsas e 15 carteiras com documentos. Segundo a polícia, ela recebia o material de ladrões que roubavam motoristas na Avenida das Torres (*Gazeta do Povo*, 1º de março de 2005, p. 3).

A detenção mais significativa registrada ontem [segundo dia da operação] foi de Wanderlei de Lima, que estava com 86 relógios supostamente roubados ou furtados de motoristas na Avenida das Torres. Assim como ocorreu no primeiro dia, nenhum chefe do tráfico na região foi capturado (*Gazeta do Povo*, 2 de março de 2008, p. 12).

Sessenta dias depois da Operação Alvo-1, os jornais festejavam:

“Na Vila das Torres, dois meses após a megaoperação, a polícia e a comunidade comemoram os resultados obtidos. Segundo o delegado titular da Delegacia de Furtos e Roubos, Rubens Recalcatti, nenhuma ocorrência de assaltos a sinaleiros foi registrada desde então”¹⁵.

Na cabeça dos operadores da segurança pública, o controle policial de bairros inteiros, por dias consecutivos, se justifica mesmo com a certeza de que ele resulte num período curto de redução dos delitos; ou seja, mesmo que ele esteja fadado ao fracasso. Mas, por quê? Procurei compreender e explicar esse fenômeno a seguir.

¹³ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/112922/>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/112922/>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

¹⁵ Jornal *O Estado do Paraná*, 6 maio de 2005, p. 10.

IV.1.1 Nova Estratégia Para Abordar Motoristas

A *Gazeta do Povo* deu em março de 2005 que “Pedras, tiros e, agora, carrinhos de recolher papel abastecidos com trilhos de trem. Os assaltantes que agem na Avenida das Torres criaram uma nova estratégia para abordar motoristas”¹⁶. O delegado Rubens Recalcati, da Delegacia de Furtos e Roubos, quando consultado pela reportagem afirmou, no entanto, que foi registrado *um único caso* em que o motorista teve seu veículo atingido por trilhos colocados transversalmente em um carrinho de catador. Porém, o título da matéria, “Até trilhos são usados no ataque a motoristas”, e o relato da motorista (“Se eu tivesse com um carro pequeno, ele teria matado nós duas. Nem olhei para trás”) dão a impressão de que esta é uma ocorrência comum. O pavor que ela implica marca o carrinheiro e o associa a um defeito indelével.

A sugestão de Castel é que esse tipo de “reportagem” não reporta nada do que acontece de fato. Ela marca um tipo social: na França, os jovens-pobres da periferia de Paris; no Brasil, os jovens-pobres de todas as cidades.

O que está sendo questionado não é nem a necessidade de lutar contra a delinquência nem que ali não haja delinquência, mas o fato de acusar estes jovens de serem responsáveis pela problemática da insegurança, de sorte que a erradicação da periculosidade que eles trazem estaria, em última instância, impondo uma vitória à insegurança generalizada (CASTEL, 2008, 65).

A sofisticada mecânica da “cultura do medo” (cf. GLASSNER, 2003) ajuda sobremaneira a entender como os jovens de periferia acabam concentrando em si toda a problemática da insegurança. De acordo com Glassner, a antropóloga Mary Douglas mostrou que “os perigos são selecionados por importância específica [...] ou porque ofendem os princípios morais básicos da sociedade, ou porque possibilitam críticas a grupos e instituições vistos com maus olhos” (GLASSNER, 2003, p. 37). Mendigos, carrinheiros, pretos, pobres representam inimigos para a ordem pública. Nesse registro,

¹⁶ *Gazeta do Povo*, 1º mar. de 2005, p. 3.

se entre os diferentes todos são criminosos em potencial, é certo que entre os iguais todos são vítimas em potencial.

As evidências até então expostas são representativas da maneira como a sociedade tem seus medos catalisados, ampliados e encarnados em alguém; mas, principalmente, são um exemplo da relação contraditória que a sociedade tem com a questão do controle social. Contraditória porque o modelo de política pública de segurança exaltado pelo governo do estado só faz intensificar a estigmatização, ou, como define Castel, a “discriminação negativa” sobre os pobres. Ele diz bem a propósito que

Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade constituída em fator de exclusão (CASTEL, 2008, p.14).

Ora, quando a alteridade torna-se um instrumento que justifica a exclusão, nada mais desmotivador para o bem estar social e nada mais impeditivo para a convivência pacífica. Ao focar a população da Vila das Torres como vulnerável ao crime, apoiando-se inclusive numa suposta cientificidade (estatísticas, mapas da violência etc.), a ação policial presta um desserviço, promovendo uma espécie de humilhação pública, ou, como define Oliveira (2005), coloca em andamento “insultos morais” que atingem o seu “alvo”, o que amplia os conflitos desintegradores na sociedade.

Em nossa época, lembra Delumeau, o medo diante do inimigo tornou-se a regra. Vimos no capítulo II as condições que tornam a população da Vila das Torres inferiorizada diante do restante da cidade pela mecânica de um sentimento e pela reposição de uma tradição: eles são “diferentes” (de nós). Historicamente, o diferente representa insegurança enquanto que “o companheiro, o anjo da guarda, o amigo, o ser benéfico é sempre aquele que difunde segurança” (DELUMEAU, 1989, p. 19). E, quando a sensação de medo predomina, quando não há reconhecimento da alteridade, quando há um isolamento entre “castas” sociais, a noção de realidade (social) fica distorcida. Assim, a Operação Alvo e todo o seu alvoroço se justificaram apenas e enquanto atenderam a um “anseio social” derivado do medo (ou provocado por ele). O

mais grave disso é que essa cultura do medo agrava a segregação porque impede as relações sociais entre setores sociais distintos: ela amplia a intolerância.

IV.1.2 E a Fumaça Supera o Fogo

O alarme exagerado de uma parcela da população, a parcela dominante, diante da ameaça da perturbação social que os “quebra-vidros” causaram, fez com que o espírito crítico fosse perdido, assim como o senso de responsabilidade. Nas cartas dos leitores aos jornais podemos ver o entusiasmo, a aclamação social diante da ação policial. Elas permitem estimar como tais práticas de Estado são lidas pelo público:

Quero parabenizar a Secretaria de Segurança e as Polícias Militar e Civil pela operação para conter a violência na Vila das Torres. Já é sabido que, há muitos meses, passar pela região tornou-se uma aventura face à violência corriqueira que por diversas vezes fui testemunha com assaltos a carros parados no semáforo. Também foi muito boa atitude de coibir o aumento do tráfico de drogas em nossa cidade. *A grande blitz realizada traz uma sensação indescritível de segurança. Meus filhos e eu, que diariamente passamos por essa região, gostaríamos que isso durasse bem mais do que três dias apenas. Mas, para um começo de repressão ao crime organizado, já está de bom tamanho* (*Gazeta do Povo*, quinta-feira, 3 de mar. 2005. Coluna do Leitor; grifos meus).

Destaque-se a perda de senso de proporção: o/a missivista associa assaltos a automóveis ao crime organizado; acha pouco três dias de invasão policial a residências particulares; ainda assim, o resultado é uma “sensação indescritível de segurança”.

Há por outro lado quem pondere a necessidade de complementar a ação repressiva pela ação preventiva através de “projetos sociais”:

Excelente atitude da nossa polícia com a operação na Vila das Torres. Contudo, é imprescindível que ocorram investimentos naquela área em projetos sociais para que o trabalho seja sólido. Se for cumprido o anunciado já é um grande passo. (*Gazeta do Povo*, quinta-feira, 3 de mar. 2005. Coluna do Leitor).

Porém, uma leitora escreve uma carta criticando o “abuso de autoridade” e adivinhando o tratamento conferido aos moradores da Vila das Torres:

Na segunda-feira de manhã, minha irmã e eu fomos surpreendidas pelo tumulto na Avenida das Torres. Diante da situação, nos obrigamos a fazer um desvio. Nas imediações da PUC, encontramos uma colega de minha irmã e fomos dar-lhe carona. Embora o trânsito estivesse congestionado, fui abordada por um policial o qual, verbalmente, me

agrediu e questionou a minha habilitação. Foi lamentável a sua atitude. Qualquer questionamento meu seria desacato à autoridade. E ele, que direito tinha de falar o que falou? Imagino como não trataram os residentes da vila já que estes são considerados, por muitos, pessoas de “segunda-classe”. Salvo exceções, os policiais abusam de sua autoridade e fazem as pessoas sentirem medo e não respeito por eles (*Gazeta do Povo*, 4 mar. 2005, p. 11).

O entusiasmo também está presente nas declarações de uma vizinha da favela do Parolim, onde houve uma ação policial nos mesmos moldes da Vila das Torres, dois meses depois. A matéria é da *Gazeta do Povo* e foi intitulada assim: “Moradora reclama de novos bandidos: segundo professora, após operação na Vila das Torres, violência aumentou no Parolim”. Citamos as falas da entrevistada pela sua peculiaridade. Ela especula que em função da ação no Capanema, os bandidos tenham migrado para a vizinhança:

Na manhã de ontem, a professora universitária [...] comemorou quando ouviu o barulho dos helicópteros da polícia logo cedo. “Abri as janelas e acordei a casa inteira para comemorar. A situação aqui estava insuportável. Não via a hora que a polícia fechasse o Parolim. Só assim teremos tranquilidade” [...] “Eles [os meliantes] agiam com uma petulância muito grande. Nunca vivi o que tinha vivido nos dois últimos meses”. *A professora diz não ter dúvidas de que os bandidos que estavam aterrorizando a vila não faziam parte do Parolim.* “Eu sei para quem dei banana, conheço a marginalidade do nosso pedaço [...]” (*Gazeta do Povo*, 6 de maio de 2005, p. 4; grifos meus).

Conforme Delumeau (1989), não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo. Assim, “No mundo Ocidental nascemos e crescemos numa cultura do medo. [...] O que preocupa é o quanto a disseminação desse medo específico influencia o comportamento dos cidadãos e dita as políticas de segurança” (GLASSNER, 2003, p. 11-13). A ação promovida na Vila das Torres foi discriminatória e, mesmo assim, foi aceita por um alto índice da população, tanto da Vila quanto da cidade em geral, como uma ação válida “na guerra contra a violência”.

O jornal *Gazeta do Povo* divulgou em 11 de março de 2005, na semana seguinte a ação, uma pesquisa de opinião realizada pela empresa *Paraná Pesquisas*¹⁷. Foram entrevistados 432 moradores de Curitiba maiores de 16 anos, dos quais 68,71%

¹⁷ Ver pesquisa completa no anexo 12.

responderam que tinham medo de passar perto da Vila das Torres. 71,53% souberam da operação realizada pela SESP na Vila das Torres, e 87,73% aprovaram a invasão da polícia na região. 264 moradores da Vila das Torres também foram entrevistados, dos quais 60,98% disseram que a falta de segurança/violência é o maior problema enfrentado pela Vila. 70,45% concordaram com a presença da polícia e 71,23% gostariam que este tipo de procedimento continuasse.

IV.1.3 Criminosos e Não Criminosos

Um delegado de polícia de Curitiba lembra à comunidade a utilidade da sua corporação:

“Estamos sempre em busca de uma segurança maior para a *população de bem*, por isso temos realizado este tipo de ação [como a Operação Alvo] com frequência [...]. Além disso, mais do que um grande número de prisões, estas ações têm como grande tarefa mostrar aos marginais que a polícia está na rua, impedindo que crimes aconteçam”¹⁸.

A repressão aos “trabalhadores sem trabalho” (CASTEL, 2008, p. 67) constituiu-se, e ainda se constitui, numa das respostas que os poderes políticos mais utilizam para neutralizá-los. “A criminalização dos vagabundos opera assim um deslocamento desta questão social fundamental que frustra as expectativas da sociedade” (CASTEL, 2008, p. 66-67). Esta fixação de conflituosidade social sobre uma classe perigosa se evidencia mais ainda sobre o subproletariado, pois, impossibilitados de fixar-se no mercado de trabalho, encarnam a insegurança através do aumento da pobreza. Eles seriam, portanto, uma ameaça para a ordem social.

Ele [o proletariado] é empurrado para os extremos da sociedade, “acampando na sociedade ocidental sem se arranjar nela”, como dirá Augusto Comte. Na maioria das vezes um imigrante do interior, desenraizado de seus vínculos campestres, importando das proximidades das cidades elementos desligados desta cultura rural que, aos olhos dos cidadãos e burgueses, é uma incultura. Miserável e submetido a condições de vida horrorosas, “ele inspira mais repugnância do que piedade”. Ele igualmente inspira medo.

¹⁸ Agência Estadual de Notícias. Fala do delegado de polícia Dirceu Schactae. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=33053>>. Acesso em: 29 de jul. 2008.

“Classes trabalhadoras, classes perigosas”, para retomar a tese central de Louis Chevalier sobre a Paris popular do século XIX (CASTEL, 2008, p. 68).

Essa categoria social estigmatizada, “ao mesmo tempo dentro e fora da nação” inspira uma mudança nas políticas sociais que passam a ser, na realidade, “estratégias de moralização que assumem múltiplas formas” (CASTEL, 2008, p. 69).

Para os proletários, como para os vagabundos, a estigmatização moral, que no limite culmina em repressão, desloca sobre essas populações qualificadas de “associais” o conjunto da questão social e a maneira de enfrentá-la. Reprimir eficazmente os vagabundos, moralizar os proletários ou, se continuam refratários, constrangê-los para acalmá-los, *permitiria restaurar a paz civil e a harmonia social sem precisar mexer nos desequilíbrios estruturais que produzem “trabalhadores sem trabalho”*, ou trabalhadores submetidos a condições tais que os degradam em vez de assegurar-lhes a independência econômica e social (CASTEL, 2008, p. 70; grifos meus).

Castel se refere à Europa. Mas isso se dá também no Brasil onde na última década do século XIX e nas duas primeiras do século XX há uma associação entre a imposição da ética do trabalho ao controle social, o que reforça uma divisão entre trabalhadores e vagabundos (CANCELLI, 2001, p. 23). Esses últimos são os ocupantes do lugar do ilícito, o que foi reforçado ainda mais pelo Código Penal de 1890¹⁹.

O Código Penal de 1890 era o símbolo da virada de uma visão sobre o delito, cultivada pela Escola Clássica, para uma visão sobre o criminoso, ponto de partida dos

¹⁹ Até o Código Penal de 1890, era a Escola Clássica de Direito que instruíra o olhar sobre o mundo criminal. A partir dele evidenciaram-se os contornos teóricos da Escola Positiva. Segundo Cancelli, “Os clássicos postulavam, em primeiro lugar, que as condições socialmente determinadas conduzem ao comportamento desviado, razão pela qual todo indivíduo podia apresentar um comportamento desviado. O objeto da reflexão teórica não seria o autor, o criminoso, mas o ato criminal em si. Assim, os olhos deveriam estar voltados para a relação da sociedade com o indivíduo por meio da ação, ou seja, procura-se o tratamento do crime (daí o surgimento da penologia). A saída da comunidade social para livrar-se do problema criminal seria, por isso, reativa, já que a ação se converteria em um delito ao romper o contrato social. Para efeitos de diagnóstico, os males que levariam ao ato criminal seriam sociais. A pena convertia-se em castigo pelo crime. Já a Escola Positiva viaja por outros caminhos. Impôs, cada vez mais, um rígido determinismo em que homens cunhados biológica e socialmente de determinada maneira seriam impulsionados sem resistência às suas ações. Criminosos e não criminosos se diferenciariam fundamentalmente por suas diferenças bioantropológicas. Dividindo os homens em vários tipos, dos quais cada um revelaria uma tendência inata, total, parcial ou mínima, o olhar da Escola voltava-se totalmente para o indivíduo do crime e para o seu comportamento. O exame criminal não seria mais sobre o ato, mas sobre o indivíduo. Um homem, ou um conjunto deles, era capaz agora de ser analisado por recursos e métodos das ciências naturais por meio de uma orientação empírica e positiva. Portanto, “mais verdadeira” e contrária à postura eminentemente “filosófica” da Escola Clássica, de tradição iluminista, que rechaçava a investigação das causas individuais na apreciação convencional do criminoso, de sua valorização negativa, já que, para efeito de diagnóstico, deveriam imperar as causas sociais. Para efeitos da pena, a Escola Positiva, em vez do castigo ao crime, propunha a defesa social preventiva ou repressiva ao criminoso” (CANCELLI, 2001, p. 32-33).

positivistas que agora o inspirava. A novidade também era o caráter “sociológico” do novo Código por introduzir o homem no complexo ambiente urbano. A nova leitura aponta para uma bipartidarização, isto é, a existência de uma organização social constituída de criminosos e não criminosos.

Esta breve volta ao passado serve aqui para contribuir na compreensão do presente. Mesmo que as situações não sejam exatamente as mesmas, há uma “*homologia de posições*” (CASTEL, 2008, p. 71; grifos meus) entre os vagabundos, os proletários e os jovens de periferia do passado e do presente no que tange à estigmatização e ao tratamento discriminatório que os empurra para a margem da ordem social. No caso dos jovens negros de periferia há ainda a sobreposição de outros elementos discriminatórios que os fazem clientes preferenciais do sistema de justiça criminal (cf. MORAES, 1999).

O tipo de evocação feita desses jovens de periferia os faz símbolos da inutilidade social e da periculosidade, incapazes de integrar-se à ordem produtiva. Eles são, conseqüentemente, os principais responsáveis pelo crescimento da insegurança social e civil, reduzida a um problema de delinquência. Eles representam a insociabilidade de indivíduos estranhos aos valores e às maneiras de ser da categoria média da população, e, sendo assim, estão desencaixados. Afastá-los ainda mais “da sociedade” (a “população de bem”, como queria nosso delegado), relegando-os a um caso de polícia, é a maneira como se vem lidando com tal questão. O tipo de abordagem estatal como a que focada nesta dissertação significa que os jovens de periferia, “inclusive os que não têm culpa no cartório” submetem-se com freqüência a onipresença da polícia, o que pode resultar em que “a relação destes jovens com a polícia e com a justiça é vivida sob o signo de uma ameaça perpétua” (CASTEL, 2008, p. 45).

Se existe em nossa sociedade alguém sobre a qual recaem todos os medos e rejeições é o jovem da periferia, preferencialmente o jovem negro. Junto a eles são acumuladas todos os fracassos ou, como diz Castel, as *contra-performances* sociais: o fracasso escolar, agressividade, desestruturação familiar, drogadição, ausência de perspectiva profissional, delinquência etc. Esse processo estabelece a imputação do

estigma de criminosos em potencial, considerando-os portadores de papéis sociais com *roteiros típicos* (COELHO, 1978, p. 49) que terão seu fim na criminalidade.

O perigo que paira sobre a juventude e as soluções simples propostas para eliminá-lo fomenta políticas públicas que relacionam pobreza e crime, desvirtuam a atenção e dissimulam a verdadeira natureza e extensão dos problemas.

A análise dos processos sociais e culturais que compõem os mecanismos de criminalização de setores específicos da população nos ajuda a entender as condições vigentes de um controle social “perverso” que tem marginalizado as categorias mais pobres da população. A vigência destas condições impede enormemente a compreensão e a expansão dos valores que possibilitariam o controle social produzido pelo bem-estar.

O evento policial em questão, o imenso aparato mobilizado, sugere que o problema da criminalidade o qual ele buscou enfrentar era algo quase que fora de controle, imenso. Ele sugeriu que há um número super elevado de delinquentes entre os jovens habitantes locais sem a possibilidade de contestação de tal sugestão já que esta foi pautada em dados científicos e reforçada pelas narrativas oficiais e de imprensa. O resultado, no entanto, foi o aumento do pavor direcionado para a população em foco, bloqueando ainda mais as possibilidades para a integração social.

E ainda, piorou a relação entre a própria população da Vila e a polícia devido ao autoritarismo da ação e à violência no seu emprego, tendo então como resultado um efeito contrário à esperada aproximação da polícia com a comunidade.

IV.2 NARRATIVAS OFICIAIS SOBRE A INTERVENÇÃO ESTATAL

IV.2.1 Mapa do Crime

Sob o título “Polícia prepara primeiras operações para testar Geoprocessamento (Mapa do Crime)”, a Agência Estadual de Notícias apresentou um texto que serviu tanto para divulgar uma nova ferramenta de “investigação” policial considerada revolucionária,

como para justificar e dar início às ações policiais que se seguiriam. Uma delas foi a Operação Alvo. Considero indispensável uma análise mais detalhada de tal pelo seu considerável prestígio nas narrativas oficiais e pelo seu poder de justificar/legitimar as ações policiais implementadas.

O artigo, cujas falas são do assessor da SESP, Marcelo Jugend, e cujo título empolgado apresentei acima, segue dizendo:

[...] Curitiba será a cidade que sediará a fase de testes do projeto. Os resultados das ações da polícia [...] servirão de base para finalizar os últimos detalhes para a implantação do Geoprocessamento. [Diz Jugend:] [...] “Trabalhamos um ano e meio na estruturação do projeto. Agora poderemos, finalmente, colocá-lo em prática pela primeira vez. Vamos poder localizar os crimes no mapa e traçar estratégias certas para combatê-los”. [...] O geoprocessamento pretende mudar a maneira de coibir a criminalidade no Paraná com soluções “simples”. [...] O objetivo do mapeamento é criar condições para localizar com precisão os lugares onde os crimes acontecem. Isso será possível através de um programa de computador que relaciona os tipos de crimes registrados com os locais em que eles freqüentemente acontecem, os chamados *hot spots* ou “pontos quentes”²⁰.

Essa fala é uma tentativa de provar não só a importância do trabalho policial sob o ponto de vista da higienização social, mas também demonstrar o quão baseado ele está nas mais recentes inovações tecnológicas. O resultado seria um policiamento “científico”. A “nova e moderna” ferramenta desenvolvida “por um grupo multidisciplinar composto por técnicos de várias secretarias e outros órgãos, coordenados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral” tem reputação de ser científica e, por isso, não permitiria que se levantassem dúvidas sobre sua eficácia na identificação e localização do mal a ser combatido. Ela faz parte de “*uma mudança ideológica na política de segurança do Estado*, que passa a valorizar a polícia científica por meio de investimentos em tecnologia”. O “mapa do crime”, como a SESP batizou o geoprocessamento, “é uma forma mais científica de combater a criminalidade”²¹ e, por isso, torna inquestionável quem, por que, como e onde devem atuar os mecanismos de promoção da lei e da ordem.

²⁰ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=3610>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

²¹ Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <<http://aenoticias.pr.gov.br/modules/news/print.php?storyid=4618>>. Acesso em: 27 abr. 2008; grifos meus.

“A presença policial inibe a ação do marginal e dá tranquilidade às pessoas”. Estas operações serão rotineiras na questão de ocorrerem com frequência [*sic*]. “Mas são operações que *seguem uma inteligência do geoprocessamento* que identifica qual é o local, o horário e o tipo de crime que está ocorrendo. Nós montamos cada operação para atender a uma realidade”²².

Este tipo de ferramenta “inteligente” identifica quantitativamente e qualifica os espaços da cidade que serão reconhecidos por concentrarem marginalidade e criminalidade como se estas fossem áreas “naturais” do crime. Conforme Coelho (1978), pode-se apontar múltiplos problemas neste tipo de “ecologia urbana” (cf. Freitas, 2002). Um deles é o fato dessas análises ecológicas serem tendenciosas na medida em que se apóiam em estatísticas oficiais sobre a criminalidade (boletins de ocorrência), ou seja, nos crimes conhecidos pela polícia e nas prisões efetuadas. O problema é que as estatísticas oficiais refletem uma “propensão diferenciada das diversas camadas sociais em registrar queixas relativas a certos crimes ou em comunicar ocorrências criminosas de qualquer natureza” (COELHO, 1978, p. 42). O resultado disso é que as estatísticas oficiais subestimam enormemente a criminalidade nas categorias média e alta da sociedade e nas suas regiões de residência.

A contaminação social das estatísticas oficiais também é efeito do que no jargão dos agentes da segurança pública é chamado de “guerra contra o crime” (mas que de fato se faz contra certos tipos de crime), e que são resultado de pressões políticas ou da opinião pública. Isso leva a uma maior atividade policial repressiva contra categorias sociais específicas e eleva as taxas oficiais de criminalidade entre os pobres. Ademais, se a discriminação ocorre já no contexto de justificação dos estereótipos do criminoso e segundo as ideologias das “raízes” do crime, as autoridades terão, com base nisso, grande liberdade (e autoridade, e legitimidade) para aprofundar os estigmas:

[...] além de permitir que os crimes sejam combatidos de maneira ágil, o Mapa do Crime vai identificar os problemas sociais que geram a violência. A comunidade atingida pelo crime será estudada e, na opinião de Wosny, será possível chegar à “raiz do problema”.

²² Agência Estadual de Notícias. As falas são do Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, coronel Anselmo José de Oliveira. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=36740>>. Acesso em: 13 out. 2008; grifos meus.

“Podemos saber se o que falta para aquela população é educação, lazer ou oportunidades de emprego”²³.

Temos então que a distribuição espacial da pobreza dentro das cidades coincide sistematicamente com a identificação das zonas perigosas e, daí, com a criminalização da sua população. O trecho acima é um exemplo óbvio da interpretação que considera a pobreza a “raiz do problema” da criminalidade; e mesmo que essa não seja apenas uma questão de polícia, mas de política social, cabe à polícia, uma vez limpa a área, possibilitar a implementação destas políticas.

Enfim, a nova tecnologia, apesar de aumentar a quantidade de dados produzidos, não transforma informações mais ou menos corretas em *conhecimento novo*. Um ganho adicional dessa parafernália é que ela permite que “discursos de transparência sejam assumidos, mas não provoquem mudanças nas regras e práticas de governo”. Não é a quantidade de dados produzidos que autoriza dizer “que conhecemos muito mais sobre os principais dilemas do tema do que alguns anos atrás” (LIMA, 2008, p. 69). Novos recursos humanos, financeiros e materiais são ativados pelos dirigentes políticos; porém, isso ocorre mais em função de pressões políticas e sociais (o sentimento de insegurança) do que do debate sobre o modelo de controle social compatível com a democracia.

IV.2.2 Foi como “jogar um gato dentro de uma caixa cheia de ratos”²⁴

A versão policialesca de controle social representada pela Operação Alvo 1 define as periferias nos termos e segundo a lógica da conquista e ocupação militar das áreas pobres. É “como se bastasse erradicar o mal criminalizando estes espaços com a finalidade de restabelecer a paz civil e a harmonia social” (CASTEL, 2008, p. 35). Nas palavras do chefe político do Paraná:

²³ Agência Estadual de Notícias. Fala do capitão da Polícia Militar, Marcos Antônio Wosny Borba. Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/article.php?storyid=3610>. Acesso em: 27 abr. 2008.

²⁴ A frase “É como jogar um gato dentro de uma caixa cheia de ratos. Eles ficam escondidos sem se manifestar” foi dita pelo Major Renato, do 13º BPM, se referindo a Operação Alvo 2-Parolim. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/121017>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

Segundo [governador Roberto Requião], esta [política no modelo da Operação Alvo] é a melhor forma de *trabalhar socialmente* em determinadas regiões de Curitiba. “Precisamos da ação efetiva da polícia, porque logo após o trabalho dela, sucedem-se inúmeras *ações sociais* do governo e da sociedade para *resgatar a dignidade* dos moradores e oferecer *melhores condições de vida*”, explicou o governador²⁵.

A fala sempre erudita do secretário Luiz Fernando Delazari em torno de “filosofias” e concepções de segurança trai o preconceito oficial sobre áreas da cidade onde é preciso implantar, a todo custo, “a cidadania”:

“Esta megaoperação foi o início de um trabalho de *transformação na filosofia de fazer segurança pública*. As polícias limpam a área, restabeleceram a ordem para que o Estado pudesse implantar projetos sociais que revitalizassem o local, *devolvendo a cidadania* para os moradores”. “A Vila Torres começa, assim, a recuperar a sua cidadania, porque ali, agora, o Governo está presente”²⁶.

Governo, aqui, é sinônimo de polícia. A declaração do coronel Sarmento é menos erudita, mas, ao que tudo indica, mais fiel aos fatos:

“Conseguimos mostrar a presença da polícia, fazer com que as pessoas que cometem crimes saibam que vão ser punidas”²⁷.

A fala do delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Jorge Azôr Pinto referindo-se aos microônibus que permaneceram no local durante a Operação e que funcionaram como delegacia-móvel e posto de triagem dos detidos, complementa a visão de “cidadania” do coronel e do método de devolvê-la aos moradores, para usar a fórmula do Secretário:

“Estamos aqui com todo o aparato policial para restabelecer a ordem. Vamos disponibilizar nesta primeira fase uma delegacia móvel para que a população possa ter acesso mais direto à segurança, denunciando e colaborando com nosso trabalho”²⁸.

O trecho abaixo retirado da Agência Estadual de Notícias descreve o resultado da ação policial:

²⁵ Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/article.php?storyid=13152>>. Acesso em: 27 abr. 2008. Grifo.

²⁶ Secretário de segurança pública, Luiz Fernando Delazari. Disponível em: <<http://parana-online.com.br/editoria/especiais/news/117316>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

²⁷ Coronel Silvio Santos de Moraes Sarmento, comandante do Comando de Policiamento da Capital e coordenador da Operação Alvo pela Polícia Militar. Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=11417>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/news/113331/>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

Durante os três dias de operação na Vila das Torres, mais de 3,7 mil pessoas foram abordadas, o que representa praticamente 75% da população local, estimada em 5 mil moradores [na realidade a população da Vila é estimada em cerca de 9 mil habitantes]. De acordo com o relatório final da operação, 893 veículos, 71 motos e 51 estabelecimentos comerciais foram vistoriados. *Seis carros foram apreendidos* e 33 estabelecimentos comerciais foram notificados. Sete mandados de prisão foram cumpridos e outras 30 pessoas foram detidas. Além disso, *quatro armas de fogo foram apreendidas [sic]*, 86 relógios foram recuperados, quarenta bolsas com documentos celulares e ainda outras vinte carteiras foram encontradas em uma casa²⁹.

A estatística é realmente impressionante: conforme as contas oficiais, se 3 700 pessoas foram abordadas e 37 detidas, 1% da população era responsável por esse *hot spot*. Para uma área tão perigosa e tão conflagrada, chama a atenção também a disparidade entre armas de fogo e relógios apreendidos: 4 contra 86.

Um tanto curioso é a exaltação desses números. Isso ocorre possivelmente porque à medida que o governo e os agentes de segurança se dispensam de explicar seu real significado, podem, com base nessas estatísticas, justificar as medidas repressivas, exaltar seu método científico e, principalmente, a nova filosofia de segurança pública. É o que se depreende da declaração do Superintendente da Polícia Federal no Paraná:

“As operações desencadeadas no Paraná têm sido um exemplo de combate à criminalidade e de *respeito à sociedade*, segundo a avaliação da Polícia Federal em Brasília. Não se combate a criminalidade sem o apoio de todas as forças da sociedade”³⁰.

A palavra-chave aqui é “respeito à sociedade”: 75% dos moradores foram abordados pela polícia. A Agência oficial de notícias oficiais continua:

“A maioria da população da Vila das Torres trabalha e não é envolvida com a criminalidade. Esta operação privilegia esses moradores, *devolvendo a eles a paz para que possam habitar o local com dignidade*” disse o comandante-geral da PM-PR, coronel David Pancotti³¹

Nessa sequência de narrativas destaco a presença de elementos discursivos que estão na ordem do dia, pois encenam um respeito ao social acima de tudo, estando,

²⁹ Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=11417>>. Acesso em: 29 ago. 2008; grifos meus

³⁰ Superintendente da Polícia Federal no Paraná, Jaber Saadi. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/117252>>. Acesso em: 28 ago. 2008; grifos meus.

³¹ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/113331/>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

assim, qualificadas para serem ditas e aceitas socialmente como “verdades”, ainda mais porque foram ditas por pessoas qualificadas para fazê-las.

A retórica estatal calcada na exibição de dados estatísticos, além de chamar a atenção para a necessidade de incrementar a vigilância sobre as populações de periferia, suaviza o fato de que ações policiais desse tipo devem ser rotineiras, pois tudo está fundamentado em uma lógica científica.

[...] o governador Roberto Requião determinou ao comando da Polícia Militar e à Polícia Civil que organizem uma grande operação a cada 20 dias na capital, nos moldes das que aconteceram na Vila Parolim e Vila das Torres³².

A complementaridade, ou melhor, a interdependência entre a *ação policial* e a *ação social* sugere que este modelo de operação é completa, correta. Um ganho adicional é que ela diminui a responsabilidade do Estado quanto à sua obrigação de manter a paz civil pela garantia de uma cidadania social universal. A vantagem política estratégica desse “modelo” aparentemente civilizado é obtida quando o Estado desloca a questão global da insegurança para a existência de jovens delinqüentes, acusando a eles de impedir o bem estar em suas comunidades.

Os jovens da Vila das Torres não são, de fato, todos “inocentes”. Não se trata de substituir a sociologia espontânea da criminalização dos pobres pela filosofia cristã da absolvição universal. Mas, como adverte Castel, “inocentes ou culpáveis, eles podem ressentir um profundo sentimento de injustiça quando os representantes da lei os tratam como se eles não fossem iguais perante a lei” (CASTEL, 2008, p. 43).

IV.2.3 Ações Sociais Depois da Intervenção Policial

As narrativas em torno da Operação Alvo destacam que seu “diferencial” é a percepção de que o problema da violência não passa apenas pela polícia e que a

³² Superintendente da Polícia Federal no Paraná, Jaber Saadi. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/117252>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

pacificação dos “pontos quentes” dependem da implantação de políticas públicas que fomentem a integração social.

Vários estudos de criminalidade feitos pela equipe do Geoprocessamento – Mapa do Crime – [...], mostraram claramente que nem mesmo ações intensas da polícia conseguiram reduzir índices de criminalidade em locais específicos do Paraná. [...] a violência só poderá ser resolvida com uma intervenção forte de programas sociais de inclusão para que estas comunidades abandonem a criminalidade³³.

Ocorre que, no caso destas populações, a integração social só é considerada viável pelos poderes públicos com a intervenção policial e depois da intervenção social, o que equivale dizer: *por meio da intervenção policial*. Assim, antes de tudo, é preciso que as polícias façam uma limpeza para que seja possível realizar projetos sociais que os moradores da Vila recuperem sua cidadania perdida.

No caso da Vila das Torres, o governo do estado buscou “parcerias” com a prefeitura de Curitiba e instituições públicas e privadas. A informação é de que quinze secretarias municipais foram ativadas e tiveram funcionários colocados à disposição dos moradores. Algumas das secretarias municipais destacadas para comparecerem durante as ações foram a da Saúde, Abastecimento, Obras Públicas, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Companhia de Habitação de Curitiba (Cohab), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Fundação de Ação Social (FAS), Fundação Cultural de Curitiba e núcleos da Regional Matriz. Também foram ativada a Copel e a SANEPAR, além do Detran.

Neste momento apenas apresento algumas das ações e o que se disse em relação a elas, ficando para o capítulo seguinte a verificação de sua aplicação.

O superintendente da Secretaria de Governo, Luiz Malucelli Neto fez a seguinte declaração divulgada no portal de informações Paraná-Online:

“O prefeito Beto Richa está decidido a investir na revitalização de áreas de risco como a Vila das Torres. A prefeitura não está medindo esforços para melhorar a *qualidade de vida* dos moradores desta área. Por isso queremos estar presentes e próximos aos moradores

³³ Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/gestao_investimentos.php>. Acesso em: 29 ago. 2008.

para, dentro do possível [sic], atender suas necessidades. Este é um trabalho em parceria com o Estado que está apenas começando”³⁴.

Para citar brevemente alguns exemplos, o papel da Copel era fazer manutenção da rede elétrica e vistoriar o sistema de distribuição de energia da vila, fazer palestras nas duas escolas locais sobre cuidados e prevenção de choque elétrico, e atender solicitações de cadastramento no programa estadual Luz Fraterna. A Cohab deveria orientar a população sobre regularização de sua moradia no local. A Secretaria do Meio Ambiente deveria orientar os carrinheiros quanto à reciclagem de papeis e prevenção do meio. A Secretaria de Abastecimento deveria dar sugestões para o melhor aproveitamento da soja e outros alimentos. A FAS, orientar e dar assistência às famílias, provavelmente no que tange à resolução de conflitos, e aplicar programas sociais que visassem melhorar as “oportunidades e qualidade de vida dos moradores”. A Secretaria Municipal de Saúde deveria realizar testes para avaliação de taxas de glicose e de colesterol, fazer exames preventivos, vacinar crianças, orientar sobre dengue, leptospirose, febre amarela etc., e fazer exames bucais, sendo que nenhum tratamento seria feito na Vila, mas encaminhado para a rede municipal de saúde.

O exemplo mais curioso das ações pró-cidadania foi a ação do Departamento de Trânsito do Paraná que realizou uma “blitz educativa” sobre regras de trânsito com crianças. A ação procurou fazer com que os

os alunos aprende[ssem] as principais regras de trânsito e recebe[ssem] material educativo que estimula[sse] o aprendizado por meio de brincadeiras”; [...] “as crianças assist[iram] a palestras e ganha[ram] um bloco de minimulta para fiscalizar o comportamento dos pais ao volante. [...]. De acordo com a gravidade da infração, o filho cobra[ria] um chocolate, uma bala ou um chiclete do pai”³⁵.

Não há como não comentar duas surpreendentes características desta política cidadã e a inovadora pedagogia do Detran-PR: a primeira é o próprio nome da ação. A palavra “blitz” vem do alemão *Blitzkrieg*, e é uma expressão militar para designar uma “ofensiva poderosa realizada de surpresa”; “uma guerra-relâmpago [historicamente, na

³⁴ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/especiais/news/113385>>. Acesso em: 28 ago. 2008; grifos meus.

³⁵ Disponível em: <http://detran.pr.gov.br/modules/noticias/print.php?storyid=60> >. Acesso em: 20 nov. 2007.

Segunda Guerra Mundial foi usada com fins expansionistas, pelos alemães, contra países da Europa]”. É também uma expressão policial para se referir a batida, “especialmente de caráter inesperado e que mobiliza grande aparato”³⁶.

Em segundo lugar, a própria intenção da ação. Na Vila das Torres, em média 80% das famílias são de catadores de lixo e muito provavelmente não possuem outro veículo que não o carrinho com tração humana (ou, mais raramente, animal). Dispensamo-nos de falar na proposta desse jogo de multa dos filhos contra os pais.

De toda forma, há uma idéia implícita nessa pedagogia de classe média. É comum em políticas voltadas para as classes baixas um grande investimento “nas crianças” procurando salvar ao menos uma geração, já que os adultos já estão demasiadamente comprometidos com os maus vícios e maus comportamentos.

As ações sociais promovidas na Vila foram posteriormente incorporadas num programa do governo do estado que foi intitulado, sintomaticamente, de “Blitz da Cidadania”.

[...] em 2007, a [SESP] criou a Coordenadoria de Ações Comunitárias, responsável por intervir em comunidades carentes do estado levando até elas programas de promoção da cidadania e de inclusão social. O primeiro projeto já colocado em prática é a Blitz da Cidadania, *uma espécie de feira de serviços da segurança pública que estabelece efetivamente um espaço de aproximação da polícia com a comunidade para a promoção da cidadania*³⁷.

Esta militarização da linguagem não se explica apenas pelo uso costumeiro das palavras da polícia. O problema da segurança pública aparece às vezes como uma questão de calibre, como um nó que será desatado quando o poder de fogo das polícias puder superar o do inimigo. Em consequência, a segurança pública se apresenta fortemente militarizada em suas estruturas, doutrinas, formação, estratégia e táticas. As “operações” de segurança em áreas pobres se assemelham assim a operações de guerra em território inimigo: ocupação, blitz etc.

³⁶ *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

³⁷ Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/gestao_investimentos.php>. Acesso em: 29 ago. 2008; grifos meus.

As políticas sociais destinadas à população da Vila das Torres, depois da depuração dos indesejáveis sugere, como defendem Machado da Silva e Leite, o acionamento de

uma filosofia justificadora que penaliza a clientela, sempre pensada como potencialmente criminosa. Os programas passam a ser formulados e implementados em um viés repressivo/preventivo, como uma espécie de ampliação dos instrumentos de controle social [policialescos], visando afastar as categorias sociais ‘vulneráveis’ ou de ‘risco’ das ‘tentações’ da carreira criminal (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2007, p. 550).

O discurso político fala de uma ação de segurança completa, que une repressão à “justiça social”, pois se entende que “segurança pública não é mais um caso apenas para a polícia resolver”; ou ainda que “é preciso preencher a lacuna deixada pelo crime com programas sociais e políticas públicas” como defende o secretário Luiz Fernando Delazari.

Abaixo temos algumas declarações feitas pelo governador Roberto Requião a propósito:

“O Estado entra com a polícia, a polícia permanece e, ao mesmo tempo, entramos com políticas públicas para atender a comunidade” afirmou Roberto Requião. [...] Requião fez questão de ressaltar [...] “os moradores da Vila são, em sua maioria, gente honesta e trabalhadora. [...] por si só, a força policial não vai oferecer perspectivas para essa gente. Nós temos de fazer isso com outras intervenções”. “A atuação da polícia tirou da região os criminosos e permitiu ao Governo do Estado se aproximar das famílias, que, muitas vezes, nem conheciam os benefícios oferecidos por nós. Prova disso é este crescimento no número de atendidos pelos nossos programas sociais” disse o governador Roberto Requião³⁸.

E uma frase emblemática do prefeito de Curitiba, Beto Richa:

“A operação Vila das Torres reduziu a criminalidade e o trabalho realizado pelo município ofereceu mais dignidade às famílias que moram na localidade”³⁹.

É preciso extirpar das favelas os criminosos, ou como disse Requião “nossa obrigação, como Governo, é evitar que o Paraná se transforme num[a] São Paulo, num Rio de Janeiro”⁴⁰ onde, mitologicamente, os moradores de favelas são tomados como

³⁸ Disponível em: <<http://parana-online.com.br/editoria/especiais/news/123994/>>. Acesso em: 29 ago. 2008; grifos meus.

³⁹ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/especiais/news/117171/>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=35795>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens – relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local, etc. – e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2007, p. 549).

Assim é que a Operação Alvo foi concebida como um projeto de segurança “completo”, em consonância com a consciência moral da sociedade média, pois, após a repressão violenta quase que indiscriminada, deveriam ser promovidos atos de “justiça social”. Conforme o discurso oficial, a ação policial visava dar uma “limpada preventiva”⁴¹ na Vila para que posteriormente fossem implantados projetos sociais em pareceria com município e estado para “devolver a dignidade” aos moradores.

Esse pensamento, é o que parece, sugere que tal população é atraída por condutas criminosas a menos que sejam impedidos por um controle social do tipo policial em primeiro lugar; assistencial em segundo lugar.

IV.2.4 Uso Ilimitado da Força e a Otimização dos Resultados⁴²

A área da segurança pública, enquanto braço “técnico” do Estado (trata-se enfim de uma burocracia ordinária, comum), ao mobilizar um discurso e uma prática de controle social na forma de repressão violenta dirigida a uma classe específica, põe em prática um tipo de violência simbólica que participa da própria legitimidade do Estado. Essa prática e esse discurso tornam-se assim, tal como o Estado, incontestáveis. Opor-se à política de segurança é quase como opor-se à manutenção da ordem social, função principal do Estado.

⁴¹ Fala de Marcus Vinícius Micheloto, chefe do Centro de Operações Especiais, que coordenou a operação pela Polícia Civil.

⁴² Conforme a frase do governador Roberto Requião “Estamos Usando os Recursos que Dispomos para Efetuar essas Operações, que têm Apresentado Excelente Resultado”. Disponível em: <<http://parana-online.com.br/editoria/especiais/news/117316>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

Esse modelo de política pública é entendido pela opinião pública como uma ação natural, esperável e mesmo desejável. Quando se assume a perspectiva da “solução de problemas” (sociais) ignora-se que a prática do Estado (e da sua burocracia) possui uma dimensão simbólica. E que ela se expressa como violência simbólica que age *no* discurso e *pelo* discurso “oficial”. Assim, o Estado e seus agentes produzem e impõe um “conformismo lógico” e um “conformismo moral” que conferem um sentido ao mundo, sentido esse idêntico ao “senso comum” (BOURDIEU, 2001, p. 209).

As estatísticas fornecidas pelas agências estatais, reforçadas pela exaltação da cientificidade do modelo e da perícia das ações, quando divulgadas pela imprensa criam, por si só, o sugestionamento e a credulidade necessárias à aprovação deste tipo de ação policial. Os números do “combate ao crime” também justificam, e essa está longe de ser uma função desimportante, as previsões orçamentárias necessárias à sua implementação:

“Nós investimos em análise e estatística e pagamos muito por isso. Pagamos porque somos corretos e conseguimos com a criação do Geoprocessamento e do Boletim de Ocorrência Unificado obter todas as informações necessárias para combater a criminalidade”⁴³.

Um assessor do Secretário de Segurança esclarece:

“Foram abertas duas licitações, uma para a compra de novos equipamentos e outra para o serviço de mapeamento detalhado do Paraná”. [...] Com o Mapa do Crime em mãos, os policiais poderão montar operações especiais para conter “ondas” de criminalidade porque saberão exatamente *como* [*sic*] e *onde* os criminosos agem⁴⁴.

Vejamos o que disse o jornal *Gazeta do Povo*, dezoito dias após a Operação Alvo:

Verbas destinadas para a segurança são triplicadas. Receita sobe de R\$ 3,5 milhões para R\$ 10,5 milhões. A implantação de projetos considerados exemplo para o país é outro fator que pode ter contribuído para o aumento da cifra. “O governo federal reconhece que o Paraná tem políticas sérias para a segurança pública”, garante Delazari (*Gazeta do Povo*, 20 de março de 2005, p. 16).

⁴³ Agência Estadual de Notícias. Disponível em:

<<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=33459>>. Acesso em: 29 de jul. 2008. Fala de Luiz Fernando Delazari.

⁴⁴ Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/article.php?storyid=3610>. Acesso em: 27 abr. 2008. As falas são do assessor da Secretaria de Segurança, Marcelo Jugend.

IV.3 “ZONA DE PERIGO: VILA DAS TORRES ASSUSTA ATÉ A POLÍCIA”⁴⁵

Este trabalho não estaria completo se fosse ignorada a divulgação recorrente da Vila das Torres como o território de violência por excelência graças ao tipo de cobertura da Operação Alvo 1 pela imprensa local.

Vários estudos têm chamado a atenção para o papel da imprensa na propagação de uma “cultura do medo” (cf. GLASSNER, 2003). Park fez uma afirmação que, mesmo localizada no início do século XIX, no contexto da industrialização de Chicago, nos Estados Unidos, não deixa de valer hoje: “O jornal é o grande meio de comunicação dentro da cidade, e é na base da informação fornecida por ele que se baseia a opinião pública” (PARK, 1976, p. 61).

Bourdieu defende que não faz sentido considerar os discursos, quaisquer que sejam, em si mesmos. Devemos referi-los sempre às *condições sociais* de sua produção e às *posições sociais* ocupadas por seus autores no campo de produção (BOURDIEU, 1982, p. 129). Sabe-se que a imprensa é a detentora da competência lingüística legítima, o que a coloca numa posição dominante na rede de relações de força entre o locutor, dotado de uma autoridade social específica, e o seu interlocutor ou público, que reconhece a sua autoridade tal como a autoridade do grupo a que pertence. Sendo assim, *a imprensa tem o poder de construção e divulgação de uma visão de mundo*. Ela também possui um grande poder para orientar as medidas dos órgãos públicos visto que, com frequência, os governos reagem diante de casos que têm repercussão pública, particularmente os que nela se destacam, para dar uma resposta de curto prazo. Quando o caso perde visibilidade, as medidas iniciais se desvanecem.

⁴⁵ *Tribuna do Paraná*, 21 jan. 2008, capa. Destacamos esta manchete da capa da *Tribuna* para o título da presente seção pelo fato dela ser representativa do papel da imprensa da disseminação de um medo, de um estigma, de uma imagem distorcida do “pobre”. A matéria trata do fato de a polícia sentir necessidade, por questão de segurança, de só entrar na Vila em grupo, em dupla e em “estado de alerta”, mesmo durante o dia. Ela diz: “O homicídio ocorrido na tarde de ontem na Vila das Torres mostrou mais uma vez o poder que traficantes de drogas exercem sobre a região. Frequentemente, policiais que tentam entrar na favela são recebidos à bala”.

Para além desse viés político, há certo conservadorismo na metodologia do trabalho cotidiano da reportagem, como a forma de cultivo das fontes de informação, por exemplo. No caso aqui exposto, “as fontes”, como se diz na língua dos jornalistas, são predominantemente policiais, e é bastante cômodo, por assim dizer, basear-se apenas nelas. Essas conexões terminam por produzir um acordo tácito e uma relação de confiança entre os dois lados, mídia e polícia. Essa simbiose permite que em outras ações futuras as informações cheguem ao repórter mais detalhadas e, ponto importantíssimo para eles, sejam obtidas em “primeira mão”⁴⁶.

No caso da cobertura do evento policial realizado pela *Gazeta do Povo*, há uma peculiaridade que poderá ser percebida no que se segue. Há aqui a influência do perfil pessoal do jornalista Rogério Waldrigues Galindo, editor do caderno ‘Vida e Cidadania’, onde são publicadas as matérias sobre segurança pública, e onde se encontra o material referente à ação policial. Consultado pessoalmente, Rogério Galindo atribui a diferença da sua cobertura sobre o episódio (a Operação Alvo 1) ao perfil institucional da *Gazeta do Povo*, que, segundo, ele “dá liberdade aos seus profissionais e estimula uma abordagem mais crítica dos conflitos sociais, principalmente quando áreas empobrecidas estão envolvidas”⁴⁷. Ainda que esta característica seja mais uma estratégia de “concorrência” e de diferenciação no campo, ela representa menos empecilhos para os profissionais e mais autonomia para produzirem seu material.

Além da política editorial do jornal, destaco uma particularidade no cultivo das fontes de informação. As matérias foram produzidas predominantemente a partir do que disseram *os moradores* da Vila das Torres no período da ação policial. Rogério alegou que já tinha tido contato com moradores e líderes de entidade da Vila, visto que sua esposa

⁴⁶ Não se trata aqui, note, de especulação. O modo particular de funcionamento do campo jornalístico e o impacto no resultado final do trabalho de reportagem puderam ser conferidos não com base em um saber livresco (Pierre Bourdieu sem dúvida colaborou muito ao escrever *Sobre a televisão* (1997) para eliminar certos mitos dos agentes sobre o próprio campo). O fato de eu ter trabalhado durante dois anos na Rádio CBN 90.1 FM, de Curitiba, um dos meios de comunicação mais reconhecidos no estado, a oportunidade de ter convivido em uma redação e presenciado a metodologia de trabalho tanto dos colegas como da “concorrência”, contribuiu para uma compreensão melhor das regras implícitas que regem o funcionamento desse campo profissional.

⁴⁷ Comunicação pessoal, 11 nov. 2008.

trabalhava em uma ONG atuante no local, o que lhe deu “uma visão mais aproximada da população”. Há também a influência de alguns elementos biográficos. O jornalista é neto de Antônio Galindo, vice-presidente do Partido Comunista do Brasil. Segundo Rogério, seu avô fugiu da Bahia com a família durante as perseguições ao partido efetuadas pelo governo de Eurico Gaspar Dutra⁴⁸. Rogério ainda publica uma página pessoal chamada “Nossotros” que, segundo o próprio, é “de tendência sandinista” [*sic*]. Lá ele diz ver “as coisas meio da esquerda, [ser] contra o autoritarismo e confia[r] na democracia”⁴⁹. A peculiaridade institucional da *Gazeta*, o cultivo de fontes menos oficiais e o detalhe da história de vida do jornalista dá um *tom* diferente na cobertura da ação policial. Todavia, o fato de uma reportagem ser diferente não combate nem corrige a visão “da imprensa” sobre a relação polícia *versus* favela.

Na reportagem que apareceu em 25 de fevereiro de 2005, quatro dias antes da Operação Alvo ser implementada, o jornal *Tribuna do Paraná* publica uma matéria intitulada “Bandidos atacam motoristas na Vila das Torres” sobre a frequência da ação dos “quebra-vidros”, dando a solução para o problema ao final do texto:

A solução também passa por uma reeducação *dos moradores daquele local*, proporcionando-lhes melhores condições de vida. Criar projetos dirigidos principalmente *aos jovens* [*sic*] que não têm ocupação e durante a ociosidade entram no mundo do crime⁵⁰.

Vejamos como o mesmo jornal relatou a Operação Alvo, ocorrida na semana seguinte:

A Vila das Torres, um dos principais focos de violência da capital foi invadida por setecentos policiais civis e militares no final da madrugada de ontem, durante a megaoperação promovida pelo governo do Paraná para tentar inibir a criminalidade naquela região. [...] Um verdadeiro esquema de guerra foi montado para que [ela] fosse realizada. Por volta das 5 hs., a PM já havia cercado toda a região, bloqueando as 36 ruas

⁴⁸ Seu período de governo foi de 1946 a 1950. Em 1947, Dutra colocou o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade, sob a alegação de que o PCB servia aos interesses da União Soviética - com a qual o Brasil rompeu relações diplomáticas em 1948.

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.geocities.com/rogeriogalindo/sobre.html>>. Acesso em: 21 out. 2008. Rogério Waldrigues Galindo nasceu em Curitiba em 1975. É formado em Publicidade e Propaganda e em Jornalismo, ambos pela UFPR. É jornalista da *Gazeta do Povo* há oito anos. Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas do Paraná de 2003 a 2006.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/112922/>>. Acesso em: 28 ago. 2008; grifos meus.

que cruzam o local. Em seguida, os policiais, com mandados de busca e apreensão em mãos, começaram a dar cumprimento às ordens judiciais⁵¹.

E, na mesma matéria numa seção intitulada “*Tribuna* dá o mapa do crime”, cita-se rapidamente o texto publicado pelo próprio jornal uma semana antes, seguindo com sua cobertura sobre a ação:

Na última sexta-feira, a *Tribuna* revelou o mapa da criminalidade e o aumento de ocorrências promovidas pelos “ladrões quebra-vidros” na Vila das Torres. [...] O objetivo é não dar moleza para a criminalidade. De acordo com o governo do Estado, o objetivo da ação desencadeada ontem na Vila das Torres é promover uma *intervenção permanente* no local para diminuir o índice de criminalidade. Num primeiro momento os policiais estão efetuando buscas e apreensões, cumprindo mandados de prisão e mantendo um bloqueio total da Vila. Em seguida, será intensificada a campanha de desarmamento junto à comunidade.

Diante da circularidade entre as narrativas oficiais e de imprensa percebidas nos trechos acima, onde o referido jornal abusa da linguagem “de porta de cadeia”, em que consiste a diferença entre difusão da cultura do medo, propaganda da ação oficial de segurança e notícia?

O desenho da cobertura do jornal *Gazeta do Povo* é diferente do que foi encontrado no material do portal Paraná-Online. A narrativa sobre o evento policial começou um dia após seu início com o título e subtítulo abaixo:

Polícia faz megaoperação na Vila das Torres para conter violência; Apesar de ação ter até apoio de helicópteros, apenas 20 pessoas foram presas (*Gazeta do Povo*, 1º mar. 2005, p. 3).

A cobertura ocupa página inteira. A *Gazeta* fez um cronograma da ação policial, um histórico da Vila, uma descrição da operação e das intenções posteriores da SESP e estampou uma fotografia aérea onde localizava geograficamente onde “atuam o poder das gangues”. Publicou três falas em uma coluna chamada “debate” onde as opiniões são diversificadas. Em outra coluna intitulada “Até trilhos são usados em ataques a motoristas” fala-se dos “quebra-vidros”. Destaco alguns trechos da descrição da ação policial:

⁵¹ Disponível em: <<http://www.parana-online/editoria/policia/news/113331>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

Desde a madrugada de ontem, 700 policiais ocuparam a região e prenderam 20 pessoas. O acesso ao local permanece controlado nas 36 ruas da vila, até amanhã. Segundo a população, porém, toda a mobilização não evitou que os chefes do tráfico conseguissem escapar. [...] Apesar da ação ter ficado distante dos cabeças dos crimes ligados às drogas, o resultado foi considerado um sucesso pelos coordenadores da operação, tanto da polícia civil como militar (*Gazeta do Povo*, 1º de março de 2005, p. 3).

Na página seguinte, a matéria “Chefões do tráfico escapam de cerco policial” deixa claro que a ação não foi eficaz em sua intenção de “varrer” a Vila:

Nenhum dos traficantes que mais causam terror nos moradores da Vila das Torres foi preso ontem. Segundo os habitantes da vila, os chefes do crime devem ter suspeitado [*sic*] da ação policial. Eles não foram vistos ontem [primeiro dia da ação] no bairro. Embora a população tenha ficado aliviada com a presença do policiamento, que diminuiu temporariamente o risco de crimes, eles acham que o tráfico na região não sofreu um grande golpe. “Eles só estão tirando uns dias de folga”, comentou, em tom de brincadeira, uma moradora de região (*Gazeta do Povo*, 1º de março de 2005, p. 4).

A *Gazeta do Povo* chega a citar que o comércio de drogas é voltado para moradores de fora da vila:

A Vila das Torres – ex-Capanema, ex-Vila Pinto – é dominada hoje por pelo menos três gangues, de acordo com a descrição dos próprios moradores. A principal atividade é o tráfico de drogas. Há comércio de drogas pesadas, como cocaína e crack, principalmente para pessoas de outras partes da cidade que vão à vila buscar droga. E há a venda de produtos destinados principalmente a viciar adolescentes da própria região. Nesse caso entram o “cheirinho” e os solventes (*Gazeta do Povo*, 1º de março de 2005, p. 4).

O material jornalístico referente à invasão policial na Vila das Torres apresenta, como manda a orientação técnica da profissão, “o outro lado”, ou seja, o que disseram os moradores locais sobre o ocorrido. Os textos do portal Parana-Online se destacam pela prevalência de narrativas favoráveis a ação policial desenvolvida. Na maioria das falas de moradores encontradas em suas matérias há um ar de alívio pela presença da polícia:

Desde que a polícia está aqui, o cotidiano mudou. Agora podemos andar livremente pelas ruas, com tranquilidade,

Ou

Isso é muito bom porque mostra que a polícia atua, trabalha firmemente e mostra o que pode acontecer com quem se envolve com o crime⁵².

⁵² As falas são de duas estudantes de 18 e 19 anos, moradoras do local. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/especiais/news/113638/>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

Quanto às expressões sobre as posteriores ações sociais, as matérias destacam alegria e surpresa dos moradores pela presença do poder público no local:

“Nunca havia tido uma ação como esta em nossa Vila. O prefeito Beto Richa está de parabéns por esta iniciativa que traz benefícios ao nosso bairro e as nossas famílias”⁵³.

Em uma das poucas matérias do portal Parana-Online onde encontrei reclamações ou questionamentos por parte dos moradores, não sabemos se por ironia, o título é “Polícia vai deixar saudade”. Ali há duas falas: “Quando eles forem embora, vai voltar tudo na mesma?” e a outra diz “Eles quebraram o vaso sanitário do banheiro e o guarda-roupa. Acho que, já que eles estão em tantos, poderiam agir mais calmamente”. No caso dessa moradora, destaca-se o fato de seu marido ter sido surpreendido com uma folha de cheque roubada. A matéria é finalizada assim: “O marido, ela retirou da cadeia do 2º DP no mesmo dia, com ajuda de um advogado”.⁵⁴ Em outra matéria, onde encontrei relatos de abusos policiais, o jornalista adverte:

Sobre eventuais excessos cometidos pela polícia, o delegado geral, Jorge Azôr Pinto, afirmou que as ações de busca e apreensão foram respaldadas pela Justiça⁵⁵.

Em matéria, ainda do portal Parana-Online (publicada originalmente no jornal *Tribuna do Paraná*), que relata a Operação Alvo 2-Vila Parolim, realizada dois meses depois da ocorrência na Vila das Torres, há a publicação de um pequeno trecho de carta enviada por um morador ao jornal. Apesar do tom indignado da carta, o título da reportagem é “Moradores do Parolim ficam mais tranquilos”. A carta diz:

Sabe governador, eu e minha família fomos julgados e condenados por morar em um bairro pobre [...] Senti-me humilhado, com minha moral abalada [...], senti vergonha de ser pobre. [...] Apresentaram mandado de busca e apreensão apenas com meu endereço, sem destinatário, alegaram que ali foi feita uma denúncia de ponto de venda de drogas e armas⁵⁶.

⁵³ Fala do então presidente da Associação Comunitária da Vila das Torres, Timóteo Borges dos Campos. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/especiais/news/113385>>. Acesso em: 29 ago. 2008. Ver contradição de sua opinião na nota 93.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/113607>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/121017>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/121154/>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

Todo comentário seria supérfluo aqui. Inclusive a respeito do fato do redator ter ignorado o teor da carta.

A *Gazeta do Povo*, no caso da cobertura das ações policiais, tem o mérito de basear suas matérias principalmente na narrativa dos moradores. Na mesma página onde ela relata a ação na Vila das Torres, no segundo dia de seu início, publica-se um texto dizendo: “Abordagem causa crise nervosa em moradora: segundo testemunhas, policiais, que procuravam bandido, agiram com violência”. Apesar de ser um texto secundário, ele relata bem a história de uma moradora hipertensa que precisou ser medicada após a visita truculenta dos policiais.

A forma com que a polícia cumpriu um mandado de busca e apreensão domiciliar causou uma crise nervosa na dona de casa [...]. Ela, uma filha e dois netos pequenos dormiam, às 5h40 de ontem, quando oito policiais entraram na residência (*Gazeta do Povo*, 1º de março de 2005, p. 3).

A *Gazeta do Povo* publicou também opinião de líderes de entidades locais que questionaram a validade da ação sob o título “Líderes exigem segurança permanente: local, que foi ocupado por até 700 policiais, tem na pobreza seu principal problema”. As entrevistas relatadas dizem: “não é de uma hora para outra que se resolve um problema de décadas”, “A maioria das pessoas tem medo dos policiais. Eles tinham que se preocupar em mostrar que são amigos do cidadão, não chegar na casa de todo mundo, de madrugada, com uma arma apontada para a cabeça de uma criança”⁵⁷. O “outro lado” publicado pelo jornal *Gazeta do Povo* em matéria chamada “Moradores denunciam truculência dos policiais: Operação termina com relatos de agressão, ameaças e intimidação” enfatiza que “a ocupação da Vila das Torres deve deixar algumas seqüelas no relacionamento entre polícia e comunidade” e termina com uma frase do presidente da Associação Comunitária da Vila das Torres dizendo:

Só lamento que ainda não tenha sido dessa vez que a polícia conseguiu criar um bom relacionamento com a população (*Gazeta do Povo*, 4 de março de 2008, p. 6).

⁵⁷ O curioso desta fala de Timóteo Borges de Campos, presidente da Associação Comunitária da Vila das Torres, é que ela tem um tom completamente diferente da divulgada pelo portal Parana-Online (ver nota de rodapé 89).

Esta, de fato, foi uma semana atípica para a Vila das Torres no jornal *Gazeta do Povo*. Durante o período de implementação da Operação Alvo, este jornal publicou uma matéria intitulada “Estigma acompanha Vila das Torres: Apesar de regularizada, área que abriga 8 mil moradores em Curitiba ainda é tratada com preconceito” onde há uma boa recuperação histórica de sua formação, uma crítica contra o preconceito sofrido pela Vila, uma descrição e valorização dos projetos sociais desenvolvidos pela e na comunidade, e informações sobre o comércio local e a profissão de carrinheiro (*Gazeta do Povo*, 6 de março de 2005, p. 7). O jornal *Gazeta do Povo*, diferentemente do padrão dos jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*, consultou opiniões de acadêmicos do estado e também de “especialistas” de fora do estado sobre o assunto.

Assim, na matéria “Sociólogo teme que ações de segurança se limitem ao policial” o mote é que “o trabalho social deveria *anteceder* ocupações”. A entrevista foi com o professor e sociólogo Pedro Bodê, anunciado também como coordenador do Núcleo de Estudos em Violência da Universidade Federal do Paraná. Destaco o comentário do especialista em relação à pesquisa realizada pelo próprio jornal, onde se constatou uma grande aprovação popular sobre a ação policial: “Para a uma população que se sente abandonada, isso é ótimo”. E o jornalista faz sua paráfrase “A presença do governo e a promessa de melhor qualidade de vida sempre é aprovada”. O “outro lado”, como manda o manual, foi ouvido, neste caso o secretário Luiz Fernando Delazari “Nós estamos tentando melhorar a vida daquelas pessoas, pois não é necessário só melhorar a vida da classe média alta que passa por ali rumo ao aeroporto”. Delazari continua, orgulhoso:

Uma tomada de uma região como aquela, sem que tenha ocorrido uma troca de tiro, demonstra na verdade o cuidado com que foi feito o trabalho (*Gazeta do Povo*, 11 de março de 2005, p. 4).

Na matéria “Abordagem das polícias vai determinar sucesso de projetos sociais”, destaco a fala de um advogado da cidade do Rio de Janeiro pela sua singularidade. Segundo eles, a abordagem policial criaria o parâmetro de como a população vai reagir às investidas futuras do Estado.

“Se a primeira ação de sufocamento não foi respeitosa, a população fica com a impressão de que as demais também não vão ser”, afirma o advogado Pedro Strozenberg, coordenador da área de Medição de Conflito Urbano da ONG Viva Rio [...]. Segundo ele, as ações tornam-se desrespeitosas a partir do momento em que os envolvidos na operação consideram que na vila existem *apenas* “moradores de segunda categoria”, que não precisam de tratamento igual àquele dado ao restante da população. (*Gazeta do Povo*, 1º de março de 2005, p. 4; grifo meu).

O que chama atenção na fala do “especialista” é a reiteração da idéia de que há uma espécie de “segunda natureza”, o que ele chama de “segunda categoria” entre nós, viventes, e

que ela está representada pelo praticante de crimes. Deve-se “apenas” não agir como se todos os moradores da favela pertencessem a ela.

A impossibilidade de implementar um esquema de segurança duradouro naquele espaço, o da Vila das Torres, pode ser interpretada como resultado da incompetência de seus moradores. Esta incompetência é vista como atraso em relação à ordem e ao progresso que a outra parte da sociedade teria já alcançado. A partir daí pode-se julgar que o “alvo” pertence a uma “raça” (porque fariam parte de uma segunda categoria de pessoas) de “anormais”. A categoria social representada pelos moradores da Vila das Torres representaria, então, uma transgressão da construção social naturalizada dos “normais”, sendo, portanto, figuras contranaturais, “inimigos em potencial” (cf. FOUCAULT, 2001).

Raça aqui não é um termo deslocado, nem invoca características biológicas. O termo é adequado porque ele sugere o sistema de transmissão de características hereditárias entre gerações de pessoas diferentes. Assim, podemos chamar de “raça” uma

constelação de especificidades culturais transmitidas de geração a geração pelo fato de elas perpetuarem modos de vida e estruturas afetivas e mentais específicas numa sociedade. A raça superior é então aquela que tem e exporta a cultura superior, a civilização. As outras raças são julgadas inferiores em função de sua distância em relação a esta civilização, e de sua maior ou menor capacidade de assimilá-la. A diferença racial reside aqui nas diferenças culturais, tornadas absolutas (CASTEL, 2008, p. 88).

Alguns meses após a Operação Alvo 1 – Vila das Torres, as narrativas de imprensa sobre uma Vila violenta continuaram, até porque a calmaria prometida pela SESP, nesta ação e em outras que se seguiram, não foi adiante. E então, o que se passou a esperar é que mais Operações Alvo fossem implementadas:

Sempre que há operações policiais de grande porte e de longo prazo, como a da Vila Torres, em 2005, a população não só aprova a decisão como realmente verifica-se redução da criminalidade no local da ação. Há data e local definidos para a volta destas ações? (Pergunta do jornalista Marcos José Vicente, do jornal *Gazeta do Povo*, ao secretário Luiz Fernando Delazari)⁵⁸.

Desejos estes que são atendidos,

Polícia promete ficar na Vila das Torres. De acordo com o comandante da Polícia Militar, coronel Anselmo José de Oliveira, as polícias civil e militar “entraram na Vila *para não sair mais*, por ordem do governador”. Segundo ele, a operação terá um diferencial em relação a outras já realizadas na área. A Vila das Torres vai receber o projeto de Segurança Social [...] que prevê a realização de

⁵⁸ Jornal *Gazeta do Povo*. Disponível em:

<<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=746128&tit=Fim-de-semana-foi-atipico-em-Curitiba>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

ações firmadas em parceria com a comunidade, empresas e outras entidades. “Vamos trabalhar com saúde, educação e qualificação profissional”⁵⁹.

Castel define bem o que representa este tipo de ação noticiosa: “A forma como a maior parte da imprensa divulga as situações mais degradantes também contribui na construção desta visão globalmente catastrófica da periferia” (CASTEL, 2008, p. 25). Há portanto uma concordância estreita e estrita entre as agendas midiáticas e políticas no que concerne à busca da manutenção da ordem social. Essa busca deve ser feita, como vimos amplamente, pelo tratamento coercitivo dos fenômenos ligados à “insegurança” gerada por um medo generalizado da violência urbana.

Neste capítulo busquei entender a dinâmica que “cristaliza nas margens as rachaduras do centro”, para utilizar a imagem de Castel (2008, p. 59). Essa dinâmica delega a responsabilidade pelas disfunções sociais àqueles que são suas principais vítimas. Tal movimento diz muito sobre os resultados da distorção da idéia de controle social.

No capítulo seguinte veremos como a experiência dos moradores da Vila das Torres com o conjunto de ações que compuseram a Operação Alvo impactou a percepção sobre si e sobre sua cidadania. A tese central do capítulo é que a ação estatal em análise, ao repetir o modelo de política pública, já comum no Brasil, que busca a pacificação social pelo viés policaresco e assistencialista foi capaz de (re) produzir/ reforçar uma relação desiludida com a cidadania.

⁵⁹ *Jornal Gazeta do Povo*. Disponível em: <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=823696&tit=Policia-prometer-ficar-na-Vila-Torres>. Acesso em: 01 nov. 2008; grifos meus.

CAPÍTULO V. CIDADANIA DESILUDIDA E CONTROLE SOCIAL PERVERSO

“É MANO... zé povinho diz que em São Paulo o banguio é loco, que o Rio de Janeiro é uma cidade em guerra... MAS EM CURITIBA A REALIDADE NÃO É DIFERENTE... O VENENO TA DE MIL GRAU NAS FAVELAS DAQUI... (favela CAPANEMA, Vila das Torres, Repressão dos gambê)”¹

Eles valorizam a própria vida tão pouco que eles acham que a vida dos outros não vale nada também e daí que pra matar é um passo (Informante 2).

O objetivo desse capítulo é mostrar como os moradores da Vila das Torres vivenciam o fato de serem considerados um grupo ao mesmo tempo *diferente* e *inferior* aos seus concidadãos mais bem posicionados no jogo de forças econômico, social e cultural na cidade. Trata-se, portanto, de considerar de que maneira (e em que graus) eles experimentam quotidianamente o *estigma social*. Para tanto, apresento a experiência prática dos habitantes dessa vila diante do discurso dos “Direitos Humanos”, promovido e difundido pela SESP, e diante do discurso pragmático sobre a Operação Alvo 1, de responsabilidade dos próprios agentes policiais. Por fim, descrevo e analiso, com base em depoimentos diretos, o convívio dessas pessoas com as duas mãos do Estado, para usar a expressão de Bourdieu: a policial e a social. Como se deu, na prática, as tentativas de implementar as ações sociais pretendidas pelos administradores e políticos depois da invasão? As narrativas dos próprios clientes dessas políticas são estratégicas para perceber como provaram, de fato, as medidas de *ação social* que deveriam complementar a *ação policial*.

As narrativas aqui reproduzidas em detalhe foram retiradas de duas fontes distintas: de uma publicação intitulada *Como ela é* (LAZAROTO, 2004) e diretamente do meu trabalho de campo junto às pessoas em questão. Durante os quatro últimos meses de 2006 fiz visitas freqüentes a reuniões promovidas pelo Instituto Vida Nova na Vila das Torres, sempre às segundas-feiras; articulei e participei de um curso de extensão universitária da UFPR chamado *Formação Sociopolítica*, coordenado pelo professor Pedro Bodê no final de 2006 e no início de 2007; e por último, mas não menos importante, entrevistei moradores e perguntei especificamente sobre a Operação Alvo. Outra narrativa aqui apresentada é de um delegado de polícia do Grupo Tigre que participou da invasão e ocupação policial.

¹ Comentário que introduz vídeo da Operação Alvo 1 – Vila das Torres realizado e postado por morador (jovem *rapper* da Vila) na internet (Ênfases em maiúscula no original). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=1M4-0PnxSck>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

A partir da exposição das falas em primeira pessoa dos próprios agentes sociais será possível pôr à prova, ao menos de maneira preliminar, os resultados de um tipo de controle social que chamei durante essa dissertação de “perverso”, ou seja, forjado por formas de violência *prática* e *simbólica*. Minha hipótese é que esse tipo de controle social cruel ative mecanismos de desqualificação dos agentes sociais; esses mecanismos funcionam por duas vias diferentes, mas complementares: uma via mais individual (ou pessoal) e outra mais coletiva (ou grupal). Ambas dizem respeito ao não reconhecimento desses agentes sociais como cidadãos, como membros completos e autorizados do corpo da Nação.

Isso se dá por duas vias. Primeiro, por serem recorrentemente identificados como “criminosos em potencial”, tanto pelo discurso geral da segurança pública, quanto pelas narrativas de imprensa que o reproduzem e o divulgam, os moradores da Vila das Torres vivenciam uma espécie de *insulto moral*, que diz respeito à idéia de “consideração à pessoa do cidadão, portadora de uma identidade singular” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p. 3). Esse processo ativa uma busca angustiada por reconhecimento social. Eles procuram a todo tempo ser percebidos e tratados com respeito e consideração tanto por parte do Estado quando pela “sociedade” em geral (da qual parecem não fazer parte). O reconhecimento dos insultos morais quotidianos implica em estratégias de resgate da integração moral de suas identidades. Essas estratégias, como veremos abaixo, consistem em narrativas de auto-afirmação e em um desenho de convivência comunitária que se não se dá na prática, ao menos é assegurada no discurso (isto é, como vontade, desejo, aspiração).

Em segundo lugar, o controle perverso, por não representar a forma idealmente positiva de controle, ou seja, por não germinar “naturalmente” da própria sociedade a partir da promoção do bem-estar social e da solidariedade, por funcionar como um constrangimento à universalização dos direitos básicos de cidadania, produz o que chamo aqui de *relação desiludida com a cidadania*. Bem a propósito, Castel (2008) explica, resumidamente, como se dá essa relação desenganada com o Direito por parte daqueles que não têm direitos:

O exílio deles [no nosso caso, do subproletariado] é um *exílio interior* [isto é, dentro do próprio país] que os leva a viver negativamente, uma espécie de sentimento de promessas não cumpridas, sobretudo no que tange às oportunidades e valores encarnados pela sociedade [...]. É precisamente desta situação paradoxal que precisamos nos inteirar: eles são cidadãos, [isto é,] eles estão inscritos no território [nacional] [...] e, no entanto, recebem um tratamento diferenciado, que os desqualifica (CASTEL, 2008, p. 40; grifos meus).

A relação negativa desses agentes com os direitos da cidadania – ao mesmo tempo membros do país (a entidade jurídica) e excluídos da nação (a coletividade social) – é vivida tanto pelos moradores da Vila como pelos “tumultuadores” da periferia de Paris que, no outono de 2005, buscaram “acertar as contas com a sociedade francesa acusada de ter falido em suas promessas” (2008, p. 59). De acordo com Castel, não podemos nos contentar em qualificar aqueles jovens de “excluídos” ou “marginais” para explicar os porquês de suas revoltas. Conforme essa sugestão, mais do que sofrer de um *déficit* de legitimidade política ou da falta de recursos materiais (econômicos), aqueles que vivem na Vila das Torres buscam reconhecimento social. Ao serem cotidianamente objeto de desqualificação, ao terem se transformado em “receptáculos privilegiados na cristalização dos temores que atravessam o conjunto da sociedade” (2008, p. 59), sofrem uma frustração tremenda, resultado do longo período de negação de sua cidadania. Essa negação se expressa de várias maneiras: tanto na ausência sistemática do princípio de igualdade perante a lei, na inexistência efetiva de igualdade de oportunidades, quanto em toda série de dificuldades experimentadas para se ter acesso a empregos formais, estáveis e protegidos pelo Estado.

Na primeira seção desse capítulo demonstro como os moradores da Vila das Torres lançam mão, rotineiramente, de elementos simbólicos de auto-afirmação. Esses elementos estão presentes em várias categorias do discurso, como a ‘honestidade’ e a qualidade de ser ‘trabalhador’. Trata-se de restabelecer a *honra*, seja como reputação, seja como amor-próprio. A honra funciona então, nesse contexto, ora como um escudo contra o estigma e a desqualificação sistemática, ora como uma estratégia para direcionar o foco e a natureza da ação estatal, apontando a parcela da população – os trabalhadores – merecedora de um tratamento legal (isto é, nos limites da lei) por parte dos agentes do Estado.

Na segunda seção apresento narrativas que apontam a experimentação que os moradores da Vila das Torres têm dos elementos que estiveram na base da Operação Alvo: o teor “humanista” da retórica geral da segurança pública proferida pela SESP e o discurso oficial da eficiência e da eficácia que caracterizaria a ação policial. A experiência cotidiana dos moradores confirma o capital simbólico negativo que a polícia carrega consigo. Entretanto, aponto para o fato de que a percepção desse capital simbólico negativo não pára na polícia, ela vai de um extremo ao outro, ou seja, da polícia ao Estado. Afirmo que essa má avaliação sobre a polícia e

sobre o Estado por parte dos moradores é a expressão da percepção de seu estigma de classe, do esvaziamento da idéia de democracia e da "falta" de sentido da idéia de cidadania.

Na terceira e última seção exponho resumidamente como se deu a negociação entre agências estatais e sociedade civil para a implementação das ações sociais pós Operação. Sugiro, baseada em depoimentos dos moradores, que esse processo funcionou como um mecanismo cujo resultado foi a ampliação da desesperança e do desamparo.

Acredito que ao final do presente capítulo seja possível perceber a Operação Alvo como um dispositivo de controle social do tipo perverso, e como ela foi capaz de produzir uma relação desiludida com a cidadania. Isso ocorre porque os moradores da Vila das Torres vivem um problema cotidiano que não é, como diz Castel (2008), apenas “estar fora” da sociedade, mas o fato de que eles também não estão “dentro”. Eles não ocupam um lugar reconhecido (positivamente) e parece difícil que encontrem esse lugar.

V.1 REPRESENTAÇÕES DE SI E DO OUTRO: A VIVÊNCIA DO ESTIGMA E DA DESCLASSIFICAÇÃO MORAL

Minha intenção é demonstrar como os moradores da Vila das Torres vivenciam as diversas formas de depreciação moral apresentadas no decorrer dessa dissertação: 1) o estigma em relação ao seu pertencimento a uma categoria social específica (“os pobres”) e ao lugar onde habitam, assim como a conseqüente invisibilização em função do “mito da cidade modelo”; 2) o jogo de desqualificação representado pelas acusações de “virtualmente perigosos”, presente tanto no discurso geral da segurança pública do estado do Paraná, quanto pelas narrativas de imprensa, que reproduzem e divulgam esse discurso. A idéia é que as diversas formas de desclassificação fazem com que eles elevem a figura da honra, da dignidade, ou da virtuosidade como estratégia de auto-afirmação.

As desqualificações sofridas por esses agentes sociais são interpretadas aqui como *insultos morais*. Essa idéia, formulada por Cardoso de Oliveira (2005), representa sua tentativa de compreender atos ou eventos de desrespeito à cidadania que não são captados adequadamente pelo judiciário ou pela linguagem dos direitos. Segundo o autor, essa noção

[...] realça as duas características principais do fenômeno [desrespeito à cidadania]: (1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em

evidências materiais; e, (2) *sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p. 2; grifos meus).

Para a análise aqui engendrada foi necessário decompor o conceito para destacar apenas a segunda característica, aquela que se refere à “negação da identidade do outro”.

Como estratégia de defesa contra os insultos morais sofridos, os moradores da Vila das Torres ativam certos elementos simbólicos na tentativa de reparar os danos em sua auto-estima: o brio fundamentado na honestidade, mas, principalmente, na qualidade de ser “trabalhador”. Esse elemento simbólico é, perece-me, a chave para interpretar as muitas afirmações que dividem a comunidade em “gente honesta”, ou “gente de bem”, e a “bandidagem”.

Sei que de 100% dos moradores, 99,5% são pessoas honestas e trabalhadoras que não têm dívida alguma com a lei, que pagam seus impostos em dia. Gostaria que as pessoas mudassem a visão da nossa Vila, pois quem mora fora não vê aqui com bons olhos, muitos acham que quem mora aqui é só vagabundo, isto não é verdade. A semana passada a polícia bateu em todo mundo que se encontrava em uma festa de aniversário de uma criança. Pena que fatos lamentáveis iguais a esse ainda aconteçam aqui, porque os policiais ainda não aprenderam a distinguir os vagabundos dos trabalhadores, tomam todos por um. Gostaria que nos respeitassem um pouco mais, quanto ao resto... Bom, acontece em todo lugar... (depoimento morador da Vila há 45 anos *apud* LAZAROTO, 2004, p. 33).

Esses valores subjetivos servem como estratégia de defesa e funcionam de dois modos: primeiro, como valorização da posição social dos agentes, ou auto-afirmação da identidade negada; segundo, e efeito do primeiro, esses princípios éticos são recorrentemente usados para direcionar a ação dos agentes do Estado, denunciando abusos de autoridade e para apontar a parcela da população (os trabalhadores) que é digna de um tratamento respeitoso (legal) pelos policiais. Aqui, a crítica a ação policial não está nitidamente relacionada aos métodos violentos em si mesmos, mas antes ao seu caráter indiscriminado que não distingue entre “gente de bem” e os “bandidos”. Há, nesse caso, a reprodução de um esquema de pensamento que classifica, hierarquiza e distribui os agentes no espaço social conforme a proximidade ou a distância em relação às normas normais:

Na minha casa todos trabalham. Dinheiro fácil não vale, tem que trabalhar. Eu criei os meus filhos na Vila, eles iam de casa para a escola, da escola para casa. Nunca tive que ficar procurando filho na rua. [...] Por causa de meia dúzia de malandro não se pode dizer que a Vila toda é ruim (depoimento de morador da Vila *apud* LAZAROTO, p. 59).

Narrativas desse tipo procuram impor uma visão de si (“nós não somos aquilo que as pessoas falam que nós somos, somos outra coisa, somos honestos”). É possível concluir que quanto mais dramático for o jogo de desqualificação, quanto maior o preconceito percebido

contra si, seja nos discursos oficiais, seja nas narrativas de imprensa, mais os moradores da Vila tendem a se reafirmar como “gente de bem”.

Nos casos abaixo, por exemplo, em que há uma relação parental ou de vizinhança, percebe-se o esforço em re-humanizar, ou re-moralizar o indivíduo. O filho só estaria “nessa vida por má influência de terceiros”. As narrativas não justificam as práticas criminais (as drogas, as mortes), mas procuram uma saída para evitar que esses jovens sejam julgados como um “mostro moral”.

Não gosto das drogas nem das mortes que ocorrem, é sempre de duas a três mortes por semana. Tem que mudar. Meu filho Cleiton usou drogas por três anos. Hoje ele não usa mais, quero que ele volte a estudar. *A má companhia ajudou o meu filho a se envolver com as drogas. Hoje em dia elas estão na porta de casa.* (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2004, p. 69; grifos meus).

Mesmo que não seja um dado preciso, acreditamos que nos últimos anos entre 30 e 50 adolescentes foram sumariamente mortos. Mas quem se importa, a não ser a família e a comunidade? Afinal, são bandidos, não é? Também nos perguntamos: se eles tivessem tido melhores oportunidades, teriam destinos diferentes?²

De fato, os moradores da Vila das Torres fazem parte daquela categoria social que vive permanentemente a necessidade de dar satisfações sobre suas vidas. Isso ocorre não só porque se encontram em um nível baixo da hierarquia social (“pobres”, “carentes”, “necessitados” etc.), mas porque são alvo de diversas formas de suspeita. A desconfiança sistemática funciona como uma espécie de *violência imaterial* e tem um efeito tão avassalador quanto o uso ilegítimo da violência física pela polícia, podendo constituir-se no “cerne da agressão do ponto de vista dos atores que a sofrem” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p. 2). O apelo recorrente ao próprio valor traduz-se, no entanto, num esforço para enobrecer a própria imagem segundo normas socialmente estabelecidas e às custas da reprodução de todos os chavões, preconceitos e idéias pré-concebidas dos quais também são vítimas. Em resumo: a busca da “normalidade” para ser aceito faz parte de toda uma série de estratégias para projetar uma imagem pública positiva baseada na dignidade e na honestidade. Ela também cobra seu custo.

Mas há ainda outra estratégia: a que busca evitar ser confundido com o que se considera o lado negativo da Vila. A tática, percebida nos depoimentos abaixo, valoriza um tipo de

² Disponível em: <

<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=822208&tit=>>. Acesso em: 28 out. 2008.

convivência na comunidade (pelo menos no discurso) envolve um estratagema um tanto complexo: “não se misturar” ou “não se envolver” (com bandidos), ou saber escolher com quem se relacionar, “fazer a própria vizinhança”; mas mais ainda: ter a virtude e a sabedoria de “saber conviver” com o bem e o mal sem se “contaminar”.

Eu tenho amizade com todas as pessoas daqui. *Não me envolvo com problemas dos outros*, por isso não tem melhor lugar que esse. Pra mim qualquer lugar é bom. Quem faz os vizinhos é a gente (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2004, p. 59; grifos meus).

Hoje nossos problemas são com cavalos, cachorros, carrinheiros desorganizados e ladrões de rua. Sem isso a nossa Vila seria uma flor. *Nunca tive problema com ninguém, soube conviver com as boas e más pessoas*. Aqui é muito bom, temos conforto, é perto de tudo. Se as pessoas soubessem viver assim, aqui seria especial (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2004, p. 58; grifos meus).

Os costumes modernos (consumo aberto de droga é um sinal), os novos moradores, quaisquer mudanças na ordem (idealizada) por vezes são os culpados pela má fama da Vila. São eles que dão motivos às más interpretações, aos julgamentos negativos por parte da sociedade “em geral”. Essa estratégia de auto-positivação tem efeitos desconcertantes. Faz com que, apesar de as primeiras décadas serem marcadas pela precariedade total, cultive-se uma nostalgia em relação ao passado em detrimento do presente – ainda que agora haja, “objetivamente”, uma qualidade de vida melhor graças a um mínimo de equipamentos urbanos. Isso ocorre, conforme mostram os depoimentos abaixo, porque o presente trouxe novos habitantes e com eles novos costumes. A antiga forma de convivência, mais comunitária, mais solidária, desmanchou-se.

Aqueles foram tempos difíceis, mas *as pessoas se conheciam* mais, tinham esperança de melhora e lutavam pelas mesmas coisas. *Havia mais confiança entre os moradores. As melhorias vieram, mas com elas aumentaram a insegurança*. A superpopulação do bairro trouxe problemas de infra-estrutura como esgoto, lixo. Antes, não tínhamos água nem luz, mas as crianças podiam brincar na rua até o anoitecer e as pessoas voltavam do trabalho no escuro sem medo (depoimento de morador da Vila *apud* LAZAROTO, 2004, p. 42; grifos meus).

Às vezes criticamos o bairro pelas drogas, malandragem, prostituição, mas isso foi *conseqüência do aumento da população que infelizmente traz consigo este tipo de problema*. Graças a Deus as autoridades estão reduzindo estes tipos de delitos (depoimento de morador da Vila *apud* LAZAROTO, 2004, p. 72; grifos meus).

No tempo que cheguei [há 23 anos], a droga era escondida, era mais difícil. Hoje é tudo mais aberto. [...] Por causa de meia dúzia de malandro, não se pode dizer que a Vila inteira é ruim (depoimento de morador da Vila *apud* LAZAROTO, 2004, p. 59; grifos meus).

Eu só saio de casa se for de for preciso, tenho medo de bala perdida e assalto. Mas, já me acostumei aqui, *é só não contrariar o pessoal* (depoimento de morador *apud* LAZAROTO, 2005, p. 50; grifos meus).

As narrativas acima podem ser resumidas na idéia de que “quando era só a gente era melhor”, pensamento que não deve nada a todas as formas de classificação do Outro, presentes nos discursos defensivos (ou abertamente preconceituosos) de quaisquer comunidades (São

Paulo quando não havia os nordestinos era melhor'; 'A qualidade de vida em Curitiba deteriorou-se quando começaram a chegar pessoas de origem não européia' etc.).

A propósito, Bourdieu lembra que a estrutura social tornada estrutura mental tende a organizar a percepção do mundo social (com todas as formas de racismo daí derivadas) (BOURDIEU, 1975, p. 19). Bourdieu que dizer que a estrutura social está sempre hierarquizada porque ela é o produto de lutas anteriores (diacrônicas) que estabelecem hierarquias, manipulando os valores, capitais, correntes etc., transformando-os. Essa estrutura social é incorporada pelos agentes por meio de todos os mecanismos de incorporação dos estímulos e constrangimentos externos, especialmente sociais. A incorporação se dá através da educação ou de qualquer forma de exposição ao mundo externo. É pela socialização que as pessoas vão se adaptando. Esse processo de adaptação implica, necessariamente, em construir esquemas de percepção do mundo social que produzem visões de mundo. Assim, nossa maneira de pensar, ser e agir; de perceber e classificar a realidade depende da "estrutura social". Bourdieu baseia-se no pensamento clássico de Durkheim para desenvolver esse raciocínio.

Quero dizer, seguindo o raciocínio acima proposto por Bourdieu, que no caso das narrativas que apresentei, a visão de mundo é adaptada às circunstâncias reais: os moradores da Vila reproduzem um tipo de preconceito a seu modo e adaptado ao seu mundo. É a estrutura social que, através da estrutura mental que ela produz, funciona enquanto princípio gerador de ideologias (BOURDIEU, 1975, p. 20).

A gente tem que abrir os olhos! Tem tanta criança e adolescente roubando, e *a justiça não facilita os documentos para as mulheres fazerem (laqueadura) para não terem mais filhos*. Os problemas que essa comunidade tem, estão em todos os lugares: São Paulo, Rio de Janeiro e etc. (depoimento de morador da Vila *apud* LAZAROTO, 2005, p. 65; grifos meus).

Eu já vi casos de pessoas levantarem da cama para ver o que aconteceu (tiros) e morreram. Às vezes penso em meu filho vindo para casa à noite e me preocupo. Se voltasse a ser como as pessoas eram antigamente, seria melhor. *As famílias cresceram e ficou pior*" (depoimento de moradora *apud* LAZAROTO, 2005, p. 54; grifos meus).

É lógico que *com isso [urbanização] vieram também os problemas que uma comunidade grande tem...* Brigas, tiros, vícios, guerra entre gangues, até hoje tem isso, mas onde não tem? (depoimento de moradora da Vila, há 45 anos *apud* LAZAROTO, 2004, p. 32; grifos meus).

Descontrole populacional como causa da criminalidade: essa correlação estatística *ideológica* está presente aqui não como hipótese científica, nem como acusação de irresponsabilidade social (por parte do Estado ou das famílias). Ela funciona, ao invés, segundo a lógica já mencionada de tentativa (desesperada) de reconhecimento. O reconhecimento precisa

ser permanentemente cultivado para que a identidade como pessoa moral, digna de estima e consideração seja resgatada.

A estrutura social que se transforma em esquemas de pensamento e visões de mundo, está hierarquizada. Assim, os esquemas de pensamento e as visões de mundo dos agentes são produto de uma estrutura hierarquizada e também são hierarquizados. São as condições objetivas hierarquizadas que geram visões de mundo hierarquizadas. Daí deriva que os DOMINADOS na estrutura social incorporam os esquemas da hierarquia imposta pelos DOMINANTES. Ou seja, o indivíduo enxerga o mundo em função dos esquemas do dominante³.

Para os moradores da Vila das Torres, a necessidade de dividir, separar, classificar é tanto mais urgente quando se sabe da necessidade de diferenciação: ‘eu não sou eles’. É uma reação “normal” (no sentido de “esperável”) diante da ameaça, potencial ou real, ao seu *status*. O discurso preconceituoso dos moradores pobres de uma vila pobre encontra o discurso preconceituoso das camadas médias, por exemplo, não porque os dois grupos estão diante do mesmo problema. Mas porque a maneira de resolver esse tipo de problema é a mesma.

Na próxima seção veremos como os moradores da Vila das Torres vivenciam, na prática, os elementos que estão na base da Operação Alvo 1 e que foram abordados durante essa dissertação, quais sejam, o teor “humanista” da retórica geral da segurança pública proferido pela SESP, e o discurso oficial da eficiência e da eficácia que caracteriza a ação policial. A partir das suas narrativas, procuro interpretar uma forma específica de experiência com a noção de cidadania.

V.2 POLÍTICA DE SEGURANÇA E A CIDADANIA DESILUDIDA

A área da segurança pública (e, por extensão, a atividade policial) logra de um prestígio extremamente baixo no Brasil. Esse “capital simbólico” negativo é derivado do reconhecimento público da incompetência das polícias, da sua corrupção, violência, arbitrariedade etc. Esses defeitos, cujos efeitos principais são desconfiança e deslegitimação, ultrapassam os aparelhos

³ No caso dos EUA, por exemplo, os agentes enxergam o mundo em função dos esquemas do branco, que é a etnia dominante. Lá, as etnias dominadas estão submetidas a visões de mundo dos brancos: meritocracia, ausência de classes etc.

repressivos do Estado para alcançar o próprio Estado, ou mais exatamente: o Estado como comunidade humana. Tento nessa seção explicar como esse capital simbólico negativo vai de um extremo ao outro, ou seja, da polícia ao Estado e como ele é ressignificado pelos moradores da Vila das Torres como a expressão de sua estigmatização de classe, do esvaziamento da idéia de democracia e da "falta" de sentido da idéia de cidadania. Esse capital simbólico negativo se apresenta como uma desilusão com a justiça e é um efeitos esperado de uma forma de controle social fundado na repressão e na policialização das políticas públicas.

Vejamos o que diz o trecho de uma carta intitulada pelo editor da *Gazeta do Povo* “Comunidade Arruinada”, mas cujo título original é “Carta de pais desesperados”, escrita por uma moradora da Vila das Torres e enviada à esse jornal bem na semana em que houve a execução de um jovem de 21 anos pela polícia militar na comunidade. O acontecimento causou revolta e manifestação pública dos moradores no cruzamento da Avenida das Torres com a Rua Guabirota. Na ocasião, a polícia argumentou que a morte do rapaz se justificava pelo fato de ele estar portando várias armas e ter atirado em direção aos agentes da segurança. A autora da carta e moradora da Vila questiona de forma clara o fato de adolescentes portarem armas de uso exclusivo do exército, o que aponta para ao reconhecimento da corrupção da polícia.

Primeiro: *como é possível uma metralhadora ser entregue a adolescentes de 14, 15, 16 anos?* Quem permitiu que a arma fosse parar nas mãos dessas crianças? Até onde sabemos esse tipo de armamento pesado pertence ao Exército. *O Exército está descentralizando suas armas?* Segundo: de quem é a culpa quando jovens, culpados ou inocentes, morrem alvejados? (grifo meu)⁴.

A “questão da juventude” na Vila, como na maioria dos bairros pobres, não deve ser reduzida a estereótipos. O rapaz que fala a seguir é jovem (menos de 20 anos) e seu depoimento representa uma perspectiva de parte dos jovens da Vila.

Agora os policiais vêm mais disfarçados pra cá. À paisana, com carro normal. Mas a gente já sabe quando é policial pela postura. A gente reconhece. [...] Ah!, [durante a invasão Alvo 1] *eles juntavam uma galera pra ir de uma vez no ônibus pra delegacia, mas os piás nem ligavam. Ia todo mundo fazendo festa no ônibus. Era até engraçado* (Informante 3).

O interlocutor acima se refere, no trecho grifado, às delegacias móveis utilizadas durante a Operação Vila das Torres. Ao que parece, entre eles a situação (ser interceptado e detido, mas

⁴ Disponível em:

<<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=822208&tit=>>. Acesso em: 28 out. 2008.

apenas quando isso não envolvia violência física) teve até um tom de brincadeira e deu motivos de divertimento. Era um momento em que eles se encontravam em uma situação extra-cotidiana e podiam utilizá-la para rir ou fazer rir. Conforme ele me informou (o que, aliás, foi enfatizado pelos jornais na época), os “grandões”, isto é, os bandidos, já haviam se retirado do local quando a polícia cercou a Vila. Assim, as pessoas apreendidas o foram pelos motivos mais tolos, como, por exemplo, não estar portando nota fiscal do celular.

Nas revistas, quem tivesse celular tava perdido. Tinha que ter nota fiscal, se não tivesse eles tomavam, ou iam até tua casa pra ver a nota. Tinha que sair sem celular, só com documento (Informante 3).

Ou então, por não trazerem consigo documento com foto, ou não vestirem roupas “adequadas”:

Me lembro de que quem não tinha um documento com foto eles [policiais] levavam de ônibus para a delegacia, eles levavam de turma. Se eles olhassem pra você e achassem que você estava mal vestido, eles te levavam. O José, um amigo meu, foi levado e passou um dia na cadeia (Informante 3).

As revistas arbitrárias não faziam distinção de gênero:

As meninas ficavam revoltadas porque elas tinham acabado de ganhar livro novo na escola e elas [policiais] abriam as mochilas e jogavam tudo o que tinha dentro no chão (Informante 5).

Esse enunciado demonstra, sem precisar muita análise, que o *ethos* policial incorporou a versão atualizada das idéias sobre as “classes perigosas” (ou melhor: nunca deixou de pensar assim, sendo essa uma espécie de doutrina não-oficial da corporação civil e militar). Sendo a população da Vila das Torres marginalizada e estigmatizada não há esforço por parte dos policiais em economizar as arbitrariedades que possam cometer, como cometeram no caso descrito acima. Os moradores, ao perceberem o fato, utilizam-no como fundamento de suas críticas e desconfiança em relação à polícia. Essas críticas podem se estender à sociedade em geral na medida em que não há solidariedade expressa para combater arbitrariedades policiais desse tipo.

As narrativas acima, somadas às do capítulo anterior e que representam a vivência de quem sofre com regularidade a violência policial, não expressam casos isolados de “abuso de poder” (a expressão administrativa para a violência contra os pobres) e sim a percepção de que a ação policial é marcada ou pela ilegitimidade nas ações ou pela violência aberta. A violência é uma espécie de segunda natureza, faz já faz parte da ação policial.

Abaixo apresento um trecho um tanto longo. É o depoimento completo de um policial de um grupo de elite do Paraná destacado, a contragosto, para participar da invasão ao “alvo 1”. Ele complementa as três narrativas que apresentei acima:

Eu fui obrigado a participar *dessa palhaçada* também [a ocupação policial]. *A gente teve que parar investigação que estávamos fazendo pra participar dessa palhaçada. Ficar lá, parado sem fazer nada o dia inteiro. Foi ridículo. A gente teve que queimar viatura* [isto é, revelar a identidade], coisa que a gente toma cuidado para não fazer pra ter o mínimo de discrição numa investigação policial. O Grupo Tigre trabalha com viatura disfarçada; assim... “limpa”, sem identificação. Os policiais não aparecem em lugar nenhum, em imprensa, nada disso, pra criar condições de investigação. A gente precisa trabalhar com equipe e equipamento “limpos”, não reconhecidos. Por isso digo que queimamos nossas viaturas. *Ficamos lá, com carro à vista, com placas à vista, com o pessoal à vista.* Quando a gente faz investigação, às vezes a gente usa carrinho de catador, mas o malandro olha pra tua cara e, depois de uma exposição daquela, ele já diz “esse cara é investigador”. Então não tem mais condições de fazer investigação nenhuma (depoimento de policial do grupo Tigre).

A avaliação prossegue, no mesmo tom, crítico:

Aqui ali foi ridículo, colocar mais de 500 policiais, helicóptero com armamento pesado apontado pra Vila, *como se ali fosse uma Rocinha. Ali só tem traficante mequetrefe, ladrão de varal.* Ladrão mesmo não mora em favela. Esses dias a gente desmontou uma quadrilha de ladrões que tinham, a serviço da quadrilha, carros como *Golf*. Agora tem policial que é trouxa, que acha que tá fazendo grandes coisas participando de uma palhaçada desses. Policial que é sério fica indignado com tanta besteira. *Nem a população acredita nesse tipo de coisa.* A população já está inteligente, esperta o suficiente pra saber que isso daí só serve pra queimar dinheiro. *E o governo acha que tá fazendo mídia, mas tá dando tiro no próprio pé* (depoimento de policial do grupo Tigre).

A contrapartida da encenação espetacular que caracteriza toda operação dessas é, para os de fora (“a boa sociedade”), uma *sensação*, ainda que passageira, *de segurança*, porque aumenta a segregação. As classes perigosas ficam encerradas nos seus domínios (as favelas). Já os de dentro (“a sociedade má”), vivem um crescimento exponencial da insegurança, mas de uma insegurança social e civil. Não se trata de uma sensação ou uma percepção, mas de uma realidade. Por mais teatral, por mais caricata (afinal, uma “palhaçada”), a invasão tem conseqüências reais, concretas, palpáveis no cotidiano de todos os moradores da Vila, como a ampliação da segregação, do estigma; o risco de ter sua propriedade invadida violentamente e arbitrariamente por policiais, o que geralmente deixa danos ao patrimônio; e de ter objetos tomados à força, como no caso dos celulares.

As narrativas abaixo ilustram melhor dois pontos que estão intimamente ligados: de um lado, a percepção de que a corporação está contaminada pela corrupção e que o sistema judicial se caracteriza pela impunidade; de outro, a insegurança social. Esses defeitos sistêmicos fariam

parte da rotina da relação dos agentes da lei e da ordem com as categorias sociais de baixa hierarquia.

Quando minha sobrinha foi baleada, os *policiais apareceram com uma lista de nomes* [de jovens da Vila] *pra gente apontar quem tinha atirado. Eles já conhecem todo mundo, já sabem quem são* [os incrimináveis]. No dia que ela foi atingida por essa bala perdida, eu fiquei indignada porque queria fazer alguma coisa [ativar a justiça criminal], mas *a família dela dizia pra deixar pra lá porque não tinha sido nada...* Ela levou um tiro na nuca e quase morreu! (Informante 1).

O interlocutor afirma que a polícia tem mapeado os pontos de conflito na Vila e, principalmente, impressionou-se com o fato de a família da vítima não sentir-se estimulada, ou sentir-se acuada em prestar queixa, tomar alguma atitude legal em relação ao ocorrido. Nesse caso específico, além da descrença na justiça, a apatia (ou medo) se explica também por pelo menos outra razão, dada pelo próprio informante. Segundo ele, no dia mesmo do tiroteio, um jovem pertencente a uma das galeras envolvidas no conflito armado ligou para a família para perguntar se estava tudo bem com a vítima e para isentar-se da culpa. O que deu a entender que houve uma tentativa de evitar maiores complicações na relação com a vizinhança; e mostra uma tentativa de resolução deste tipo de conflito sem o envolvimento do Estado.

No entanto, tal postura não condiz com o senso comum sobre o assunto, tão bem representado nas “análises” dos sábios aparentes da aparência (Bourdieu). Não se trata de um ato de “convivência como os marginais” (os agentes locais da violência), ou uma postura de “banalização da violência”. Conforme Machado da Silva, essas leituras do senso comum fazem parte de um “*pacote interpretativo*” (2007, p. 548) que acusa os favelados de aceitar e vulgarizar o recurso à força.

Já foi possível perceber, durante os dois capítulos anteriores, como a esse pacote interpretativo se soma outro, que se sustenta, se reproduz e se amplia através das narrativas que envolvem a Operação Alvo. Medidas extremas desse tipo (ou, na caracterização do policial, essa “palhaçada”) devem ser complementadas por outras medidas do tipo “ações sociais destinadas aos moradores, especialmente aos jovens”, que são aqueles que se julga serem “os mais perigosos”.

Assim, à orientação focalizada e compensatória da operação, adiciona-se uma filosofia justificadora que penaliza a “clientela”, sempre pensada como potencialmente criminoso. No exemplo acima, em que se abre mão de ir “buscar seus direitos” (a reparação pela agressão sofrida), não se trata de recusar a “lei do país”, ou de uma recusa pura e simples à ordem

institucional, mas de um ajustamento das condutas a um cálculo dos riscos envolvidos na convivência local.

Mas, ao mesmo tempo em que há uma rejeição genérica dessa polícia específica, há também uma demanda por direitos civis que exigem uma ação policial eficaz.

Lá em casa todo mundo gostou da polícia aqui. Eles [a família] e eu achamos que tinha que ter todo dia [A jovem informante tem um irmão viciado em crack e que já esteve preso. Ele freqüentemente apanha de outro irmão mais velho em casa por roubar objetos da família para trocar por crack. A menina disse que gostaria que o irmão morresse porque assim eles poderiam ter as coisas em casa de novo; ela, as roupas e a bicicleta que o irmão roubou] (Informante 4).

Ou:

Tenho que tomar remédio para dormir por medo de levar um tiro, já que as drogas estão muito próximas a mim. Tem também a molecada da rua que não respeita os idosos, soltam raia e bombinha na minha casa, além de arrebitarem minhas telhas e estragarem meu alarme (depoimento de moradora da Vila apud LAZAROTO, 2005, p. 94; grifos meus).

A insegurança civil torna por sua vez urgente uma política da ordem:

O meu maior medo é que as pessoas aqui atiram em qualquer lugar e a qualquer hora. Tenho medo por causa dos meus filhos. Esses dias mandei meu filho de dez anos comprar um doce. Ele viu dois homens brigando (disparando tiros) e saiu correndo até o emprego do irmão (depoimento de moradora da Vila apud LAZAROTO, 2005, p. 94; grifos meus).

Às vezes fico nervosa por causa dos tiros. Esses dias deram uns vinte tiros e eu acordei com o ‘coração na boca’. Parecia que era na frente de casa. Fiquei de pé tremendo. Fui até o portão para dar uma olhada, de repente saí correndo, porque estavam atirando novamente (depoimento de moradora da Vila apud LAZAROTO, 2005, p. 95; grifos meus).

O três últimos enunciados acima foram retirados do livro de Lazaroto. Eles são representativos das queixas em relação ao contexto de insegurança descritas na maioria dos depoimentos dados à jornalista para compor o livro. Por se referirem à violência gerada por agentes pertencentes à Vila, não é possível dizer que os moradores locais rejeitam a polícia ou recusam a necessidade de controle do crime e a manutenção da ordem pública. São falas que apresentam demandas claras por segurança.

Essas últimas narrativas apontam para outra constatação, que não é minha, mas de Machado da Silva ao analisar uma de suas pesquisas de campo no Rio de Janeiro. Elas (as narrativas) demonstram que as duas categorias sociais – a dos favelados (vileiros) e os moradores da cidade reconhecida – do imaginário sobre Curitiba “se encontram naquilo que *não* dizem: a intensa preocupação com o prosseguimento das rotinas cotidianas, vividas como

sistematicamente ameaçadas pela violência (2007, p. 573). Há uma denúncia da violência, mas ela está mais referida ao caráter imprevisível das freqüentes interrupções que suas rotinas sofrem.

Para finalizar a seção, a afirmação abaixo representa o cerne da crítica feita pelos moradores da Vila das Torres à Operação Alvo:

Essa ação [Operação Alvo] veio e foi e tudo voltou ao que era. *Não mudou nada* (Informante 3).

Como realisticamente havia enfatizado o policial,

A população já está [...] esperta o suficiente pra saber que isso daí só serve pra queimar dinheiro.

Ao que tudo indica, há uma percepção por parte dos moradores de que a polícia, ou mesmo a Operação Alvo, não são atores em si, mas instrumentos ou dispositivos da construção do “problema da violência” e do tipo de medidas exigidas para sua solução “eficaz”. Segundo o ponto de vista desses agentes, essas medidas só se realizam às custas de uma deturpação de sua cidadania.

Os moradores percebem que são tratados de maneira diferente pelos agentes da segurança pública. Contudo, suas queixas ou críticas não se dirigem a policiais específicos, mas ao Estado. Não há confiança por parte desses moradores nas instituições estatais encarregadas da sua proteção e, pior, essas pessoas percebem muito bem que a cidadania oferecida pelo Estado a eles tem uma extensão menor e uma qualidade inferior. Eles sabem, pela prática, que “os bens de cidadania e os serviços públicos diferenciam-se social e espacialmente e a lei escrita não se aplica universalmente a todos os casos e segmentos sociais” (MACHADO DA SILVA, 2007, p. 576).

V.3 POLÍTICA SOCIAL E A CIDADANIA DESILUDIDA

Nessa última seção apresento um resumo de como se deu a tentativa de implementação das ações sociais complementares à Operação Alvo. Irei expor anotações retiradas de diversos relatórios, os quais tive acesso durante a pesquisa de campo, formulados por líderes de entidades da Vila das Torres, nem sempre identificados ou datados, e por uma estudante do curso de Serviço Social da PUC-PR, que acompanhou as reuniões. É importante que se ressalte aqui uma diferença no tipo de fonte, já que os atores que falam nessa seção tem um papel de

representatividade social em níveis e graus diferentes, e ainda de uma estudante universitária. Esse fato com certeza influencia mais ou menos intensamente nas formas de percepção, por exemplo, da noção de cidadania. Acredito, portanto, que as diferentes posições ocupadas no mundo social implica em noções específicas de cidadania.

Os apontamentos feitos aqui dão seguimento aos da seção anterior. Nesse sentido, pretendem demonstrar como a experiência da segunda etapa da Operação Alvo reforça a desilusão social já vivida na ação policial.

Os dramas vivenciados pelos moradores da Vila das Torres durante a sucessão de ocorrências que compuseram a Operação Alvo estão relacionados com o fato de que eles não estão nem “fora” nem “dentro” da sociedade, mas que eles insistentemente “são expulsos para as margens do mundo social” (cf. CASTEL, 2008). Esses “excluídos do interior” (CASTEL, 2008, p. 75) vivem, assim, uma condição ambígua de cidadania pelo fato de existir dois pesos e duas medidas no tratamento dos indivíduos. Essa ambigüidade é percebida por eles, por exemplo, no fracasso que o tipo de ação estatal que a Operação Alvo representa. Aos olhos dos moradores da Vila das Torres, a ação em si, tanto quanto seu resultado final, representam como o princípio de igualdade diante da lei, da igualdade de chances, da igualdade ao acesso ao emprego, etc., não existem na realidade. Isso gera uma grande frustração, tanto pelo fato bem palpável de bloqueio das oportunidades, quanto pela negação (simbólica) de seu reconhecimento social.

Declarações, como a que vemos a seguir, fazem uma análise crítica das ações sociais pertencentes à Operação Alvo, assim como levantam hipóteses sobre seu *impacto desmobilizador*. Esse é um ponto importante que sempre escapa aos especialistas do senso comum, ações assim podem ter um efeito desagregador. O interlocutor abaixo apresenta também uma avaliação da situação comunitária:

Na época o pessoal falou bastante sobre essa operação da polícia. Agora ninguém fala mais nada. Você vai ver gente falando que foi bom, outros falando que foi ruim, outros falando que não sabem, ou que tanto faz. *Tá todo mundo assim meio perdido, o pessoal tá desanimado, desmobilizado. Depois dessa ação parece que o pessoal ficou ainda mais desmobilizado aqui. Fica todo mundo esperando que a solução venha de fora*, ficam achando que tem que ter um político que represente a gente. Acho que a Vila tem umas cinco Associações e cada uma tem um vereador [que a apóia e que vive dos votos que ela é capaz de reunir]. Eu acho que não é nada disso. A gente tem que se unir e cobrar todo mundo junto à prefeitura (Informante 2).

Para esse informante, a capacidade de organização e auto-representação da Vila das Torres depois de tudo ficou enfraquecida e muito dependente dos políticos para atender suas demandas. Uma reclamação constante, principalmente na fala desse interlocutor, é a relação das diversas associações locais com vereadores(as) ou candidatos(as) a vereador(a), o que, segundo ele, transforma o bairro em um curral eleitoral.

Como se recorda, as “ações sociais” prometidas para depois da ação policial seriam planejadas a partir da organização dos três níveis governamentais (municipal, estadual e federal) e da população em comissões, segundo temas gerais como o Lixo, a Moradia etc. Vejamos abaixo trechos retirados do relatório da primeira reunião, realizada em 22 de março de 2005, entre os representantes dos níveis governamentais e a população local. O documento foi elaborado por uma estagiária do curso de Serviço Social da PUC que estava presente e que acompanhou o debate para fins de avaliação acadêmica.

Geraldo [delegado regional do trabalho] foi quem coordenou a reunião e coloca que *foi solicitado pelo Roberto Requião que após o policiamento todos se integrassem em ações sociais, porque o governo geralmente atua de forma desarticulada, e a idéia seria integrar os três níveis governamentais* (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 2).

Ações articuladas, integradas são mais eficientes; quanto mais eficiência na política de assistência social, mais a possibilidade de lucrar com os dividendos políticos das ações.

O discurso da ação social vem em geral complementado pelo discurso da “participação social”. O problema é quando ela de fato acontece. Abaixo, em uma das primeiras falas reproduzidas no relatório, percebe-se que houve surpresa quanto ao número de moradores participantes, principalmente daqueles envolvidos à questão do lixo reciclável.

No início da discussão, a Diretora da Escola *coloca que não foi informada que esta reunião teria tantos participantes* [aproximadamente 70], *e questiona se todos estão pelo mesmo motivo e se sabem sobre o que irá ser tratado*. Um morador coloca que ouviu no rádio que seria tratado a questão do lixo e da Associação (LOURENÇO VIEIRA, 2005. p.2).

Apresento em seguida uma sequência de intervenções para que seja possível perceber como se deu a discussão nessa primeira reunião:

[O delegado regional do trabalho, Geraldo] diz o que seria fundamental tratar, pois a questão do lixo engloba diversos fatores, entre eles o resíduo, o carrinheiro, empresários, depósitos, os animais. Ele aponta que o Consórcio da Juventude trabalhou com 80 a 90 adolescentes em outras regionais, com bolsa de 150 reais durante seis meses, para depois serem encaminhados para o emprego (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 2). [...] Geraldo retoma a palavra e diz que a SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) *irá desenvolver carrinhos ergonomicamente corretos, mais leves, que possuam cobertura e que tenham espaços determinados para carregar seus utensílios* (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 3; grifos meus).

Maria Alice [Secretaria Municipal do Meio Ambiente] destaca que faltam dados [sobre a] Vila para continuar o trabalho. Sabem a quantidade de depósitos existentes, porém *desconhecem o número de pessoas que trabalham com o lixo e a quantia de lixo que vem diariamente para a Vila*. Reforça que tem encontrado resistência nos moradores em não quererem responder a questionários, sendo que “*não dá para fazer nada se as pessoas não falam*” (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 3; *itálicos meus*)

Um morador ressalta que *a população está cansada de ser um campo de estudo; às vezes o poder público nem conhece esta realidade*. Outro morador desde 1978 reforça que a Vila sempre foi um campo de tese (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 3; *grifos meus*).

Outro morador coloca que “*nunca ninguém olhou para isso, a não ser com a polícia*” se referindo à problemática do lixo. Afirma que a maior parte da população é de trabalhadores, mas [os que mais] necessitam são [os] carrinheiros (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 3; *grifos meus*).

Maria José Mendonça [moradora] destaca que *não é uma ação feita de “uma hora para outra”, pois há uma complexidade que envolve os catadores*. Assim, questiona: quem vai resolver os problemas dos moradores dos depósitos? Pois eles precisam pagar aluguel por não terem condições de irem para outro local (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 3; *grifos meus*).

Carlos Lira [Assessor da Governadoria do Estado] *destaca que esta é a primeira vez que o governo estadual realiza uma ação concreta [sic], portanto, essa é uma reunião de trabalho sério [sic]*. Para ele, o que interessa é pegar o lixo que não vale mais nada, pois não adianta falar de economia e não retirar esse lixo agora [ele se refere ao lixo excedente recolhido pelos catadores, ficando acumulado pelas ruas da Vila] (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 4; *grifos meus*).

A representante do CEFURIA [Centro de Educação e Formação Urbano Rural Irmã Araújo, organização da sociedade civil] coloca que as reuniões começaram com os órgãos públicos, porém havia sido decidido que qualquer trabalho dos órgãos públicos tivesse a participação dos moradores. *Ela entende que os carrinheiros não estão participando das reuniões porque já não acreditam mais no poder público* (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 4; *grifos meus*).

Com relação à creche, Irmã Azélia [...] coordenadora da creche dos filhos de catadores, não concorda em ter que solicitar recursos para os pais que muitas vezes têm dificuldades de pôr o que comer em casa e precisa da vaga na creche para poder trabalhar. Ressalta que se abrissem 60 vagas, elas seriam preenchidas no mesmo dia. Assim, *apresenta a proposta de ampliar duas salas, além de construir mais três salas num terreno ao lado da creche, que está à disposição para este fim* (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 4; *grifos meus*).

Elaine [não identificada] ressalta a necessidade de ir escrevendo o que está sendo relatado para que se transforme em projeto, *pois neste meio tem todas as pessoas que podem realizar algo concreto* (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 4; *grifos meus*).

Há uma análise conclusiva feita pela estagiária de serviço social da PUC, autora do relatório.

[...][os representantes do Estado] *não definiram o objetivo geral*, apesar de já estarem conscientizados da profundidade complexa [sic] existente para solucionar este problema [do lixo], tanto que já levantaram a problemática do local de moradia, o lixo residual, o catador que é dependente [economicamente] do proprietário do depósito [...] (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 4; *grifos meus*).

A comunidade apresentou propostas que poderão ser pensadas como parte da solução, contudo, será necessário aprofundar mais os debates para se alcançar uma hegemonia na

Vila, pois o que se percebe é que a relação de poder de alguns indivíduos é muito grande, impedindo que parte da comunidade se expresse. (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 5-6; grifos meus).

O que aparentemente está posto é que o Governo não quer a participação da comunidade, pois estava até definido quem estaria participando, causando dúvidas se todas as pessoas presentes ali estariam ali pelo mesmo motivo, ou seja, não contavam com a participação da comunidade. Outro ponto que reforça essa hipótese é a fala do Timóteo [líder comunitário e dono de depósito] que afirma que num primeiro momento estaria se reunindo o governo e depois seriam convidados os carrinheiros e donos de depósitos (LOURENÇO VIEIRA, 2005, p. 6; grifos meus).

A leitura do relatório completo demonstra a complexidade da situação: primeiro há uma acusação mútua entre agentes estatais e comunidade. Por exemplo: entre a representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (“*não dá para fazer nada se as pessoas não falam*”), e catadores (“*nunca ninguém olhou para isso [questão do lixo], a não ser com a polícia*” e “*às vezes o poder público nem conhece esta realidade*”); de moradores da Vila contra a universidade e os órgãos de planejamento do Estado (“*a população está cansada de ser um campo de estudo*”); de participantes de organizações da sociedade civil contra os agentes do Estado (“*os carrinheiros não estão participando das reuniões porque já não acreditam mais no poder público*”). Segundo, é perceptível o despreparo profissional por parte dos agentes do Estado.

Da parte dos moradores, a categoria dos catadores foi aquela que teve maior presença na reunião. Estavam ali com suas demandas e tomaram a ocasião como um espaço ideal para verbalizá-las em função da presença dos agentes estatais. A autora do relatório aponta para as hierarquias de poder entre os representantes dos moradores e para o fato de isso impedir a expressão de todos. Ela ainda afirma ter percebido uma contrariedade por parte dos agentes estatais em relação à participação dos moradores.

A presidente do Clube das Mães da Vila das Torres, quando da ocorrência da Operação Alvo 1, também reclamou do fato de a população local não ser ouvida: “Até agora tudo sempre partiu de fora para dentro, quando deveria ser o contrário”; ou: “Eles vêm com projetos prontos, feitos por gente que não sabe nada do que se passa aqui”⁵.

De fato, a emergência que o sentimento de insegurança impõe faz com que mecanismos de controle público do poder, como os conselhos municipais, os coletivos de bairros etc. percam legitimidade na medida em que são vistos como obstáculos para a ação eficaz e rápida das

⁵ *Gazeta do Povo*, quarta-feira, 2 de março de 2005, p. 12.

instituições de justiça e segurança. Mas essa é apenas uma explicação possível para o que anotou a estagiária.

Apresentarei abaixo um apanhado geral das demandas feitas por uma das comissões, a do Lixo, em reunião realizada em 28 de março de 2008 com aproximadamente 40 agentes envolvidos na “resolução da problemática do lixo”.

A Comissão foi integrada com as seguintes repartições e associações:

Município: Secretaria Municipal do Meio Ambiente,

Estado: Instituto Ambiental do Paraná, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria da Relação com a Comunidade.

União: Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica.

Comunidade: Pastoral Operária; Grupo Esperança; Clube de Mães, Presidente de uma das Associações de Moradores; donos de depósito, GVT; Creche; OCIP (Organização Social de Interesse Público), CEFURIA (Centro de Educação e Formação Urbano Rural Irmã Araújo, organização da sociedade civil).

Vejamos:

Inicialmente foi considerada preocupante a ausência dos representantes das diversas Secretarias do Estado, tais como SETAS [Secretaria de Trabalho e Ação Social], SEMA [Secretaria do Meio Ambiente], IAP [Instituto Ambiental do Paraná], e também do Ministério Público, todos indicados e convocados para compor a comissão de trabalho sobre a situação do lixo/[materiais] recicláveis da Vila das Torres.

Os moradores/catadores levantaram as seguintes necessidades:

Reprodução e fixação de cartazes ensinando como lidar com estes animais [ratos, baratas, gatos, cachorros e arranha marrom] e quais as principais doenças que eles provocam. Também queremos a parceria da saúde para aprender lidar com doenças como o alcoolismo e outras drogas.

Demanda em relação à moradia:

Muitos de nós papeleiros normalmente “saímos para catar papel de manhã para comer à tarde”. Queremos sugerir um “empréstimo social” que ajudasse a financiar o aluguel de moradia para algumas famílias que estão enfrentando dificuldades para participar da organização dos carrinheiros porque depende de pessoas [donos de depósitos] que são resistentes [à organização]. “Quem não tem casa não pode se organizar”. Precisamos aumentar nossa renda para financiar um aluguel.

Pedimos também que a prefeitura libere uma cesta básica para quem ainda não recebe, para ajudar nesse momento em que o coletor vai entregar o material direto no barracão.

Sabemos que já tem creche para nossos filhos, queremos assegurar mais vagas para os carrinheiros que estão se firmando no grupo e que até agora levam os filhos para a rua.

Pedem que se criem políticas públicas que assegurem que o lixo reciclado se torne acessível aos coletores, pois além de concorrer com o caminhão o Lixo que não é Lixo praticamente todos os condomínios querem vender o lixo para os coletores.

Contamos com vocês para que o nosso trabalho seja apoiado e divulgado em outros grupos. Para que cada vez mais o coletor se aproprie da produção e da cadeia produtiva que envolve a questão do lixo reciclado.

Diversas experiências sobre a criação de cooperativas e outros empreendimentos, como RECUPERE, Associação de Coletores, etc., frustraram a comunidade pela sua ineficácia, mal gerenciamento e falta de recursos. *Estas experiências deixaram um saldo de desconfiança e descrédito dos moradores em relação a novos projetos desta natureza, principalmente advindos do poder público.* Para recuperar laços de confiança, se faz necessário uma nova metodologia que motive os coletores a participarem na construção de uma proposta que realmente atenda a suas necessidades e interesses e que sejam economicamente viável e ecologicamente sustentável. A comissão sugere ampliar a discussão sobre alternativas para o reaproveitamento de resíduos orgânicos, contando com a participação dos coletores, apoio das Universidades (UFPR e PUC) e Fórum do Lixo e Cidadania (grifos meus).

A curto prazo, para diminuir o volume de rejeitos descartados pelas ruas e margens do Rio Belém, a PMC e Estado deverão ampliar a coleta do lixo residual para melhorar a qualidade do ambiente, diminuir a incidência e proliferação de insetos. Paralelamente deverá ser realizado um estudo sobre o fluxo de resíduos que entra e sai da Vila das Torres.

A exposição foi longa, mas é útil para perceber que por parte dos moradores não se pede muito. No entanto, nem as ações mais compensatórias e assistencialistas não se concretizaram. Segundo os relatos colhidos, as reuniões não prosseguiram e pouca coisa foi implementada⁶. Seria necessária uma investigação mais demorada e detalhada para entender os motivos do fracasso, primeiro dos agentes estatais e depois dos próprios moradores.

Ao ser interrogada sobre os possíveis impactos negativos que a Operação Alvo 1 deixou, uma líder comunitária resume, em uma expressão, o argumento central desse capítulo.

O pior de tudo foi a desesperança que tudo isso causou, [pois] toda uma rede social foi mobilizada, os líderes, os moradores, mas aos poucos, as reuniões foram sendo esvaziadas, primeiro pelos funcionários do município e do estado, depois o pessoal da Vila deixou de ir também pela desmotivação. E acabou em nada (Informante 1).

Essa desesperança é expressa também em um trecho, não publicado, da carta já por mim citada:

Apresentamo-nos como pais e mães, cujo rosto está “pregado” no chão da tristeza e do desencanto! Ultimamente só conseguimos sair para trabalhar, às vezes em suas casas em seus escritórios, cuidar de seus edifícios ou, na maioria das vezes limpar a cidade, trazendo o que “sobra” da cidade, para ser sustento de nossas famílias. Porque somos iletrados, nossa missão é fazer o serviço braçal, lavar, passar, cuidar. Mas pode acreditar: fazemos [isso tudo] com alegria, e ainda agradecemos a oportunidade, [porque] nós acreditamos que cada um deve fazer a sua parte.

⁶ Pelo que consegui levantar, apenas a distribuição gratuita de leite a moradores cadastrados.

Antes mesmo de medir “cientificamente” se as políticas sociais complementares à invasão policial foram bem ou mal sucedidas, interessa avaliar seus impactos sobre as representações que essas pessoas fazem de si e do seu grupo. Acredito que a narrativa acima fale por si.

A questão central colocada pelo poder público foi a de manter a ordem, tanto pelo seu braço policial quanto pelas ações sociais. A meu ver, o conjunto de medidas que completam a Operação ilustram uma ambigüidade: ao mesmo tempo em que seus “clientes” são os alvos privilegiados de um Estado que quer exibir sua autoridade contra a desordem, eles são esquecidos quando se trata de considerar, efetivamente, o conjunto das condições necessárias para reconhecer a cidadania e o direito a viver na sociedade. Assim,

Eles [os moradores da Vila] sabem perfeitamente [...] que o trabalho é raro, que seu estado de vida é sem encantos e que o sucesso escolar não garante a vitória sócio-profissional. Mas, à desgraça de ser pobre e abandonado às incertezas do porvir some-se um profundo sentimento de injustiça: eles constataam que não são tratados com paridade no enfrentamento destas situações (CASTEL, 2008, p. 41).

A perpetuação do estado de insegurança civil e social vivida pelos moradores da Vila das Torres não alimenta somente a sua pobreza material, mas age como um princípio de desmoralização e de dissociação da solidariedade comunitária. O controle social perverso “dissolve os laços sociais e mina as estruturas psíquicas dos indivíduos” (CASTEL, 2005, p. 31).

O problema enfrentado pela categoria social que tais moradores representam não é, como diz Castel, *apenas* “estar fora” da sociedade, mas o fato de que eles *também* não estejam “dentro”. Isso constitui uma relação desiludida com a cidadania. Eles não ocupam lugar reconhecido e parece difícil que encontrem seu lugar, restando pouca ou quase nenhuma perspectiva de serem reconhecidos como membros por inteiro da sociedade.

CONCLUSÃO

Propus-me mostrar como a favela está sujeita a diversas formas do que chamei de controle social perverso. Mais especificamente, sugeri que, como consequência das características de sua inserção física e simbólica na cidade de Curitiba, a categoria social representada pelos moradores da Vila das Torres experimenta de forma particular os resultados da propagação de uma cultura do medo.

Ao longo de cinco capítulos e partindo da análise de uma política de segurança pública chamada Operação Alvo, posta em prática no ano de 2005 pelo governo do Paraná em diversos “*hot spots*” do estado, mas cujo primeiro ponto foi a Vila das Torres, favela central de Curitiba, discuto o processo de criminalização da pobreza. Tal processo estigmatizante se sobrepõe a outro, anterior, mas permanente, que atribui aos favelados o qualificativo de “classes perigosas”. Sendo assim, o jogo social que constrói a má reputação dessa categoria social é, ao mesmo tempo, diacrônico e sincrônico.

Na medida em que a política de segurança pública em análise reproduz, divulga e reforça os estigmas contra os moradores da Vila das Torres e mantém as desigualdades sociais pré-existentes, quando não as amplia, ela funciona como um dispositivo de controle social perverso.

Existem diversas formas de entender a idéia de controle social. O modelo adotado nessa dissertação é o seguinte: controle social é aquele controle que germina de forma espontânea quando há condições para que os grupos ou membros individuais vençam as tensões e os conflitos inerentes ao convívio social e restabeleçam um equilíbrio temporário, tornando assim possível seguir adiante com os esforços de criação coletiva, ou seja, de seguir adiante fazendo a sociedade. Esse tipo de controle social, idealmente mais positivo, só é possível na medida em que haja solidariedade e bem-estar social, o que fomentaria a integração social.

O seu contrário é aquele tipo específico que, utilizando-se de critérios como raça/etnia, classe, gênero, idade, indumentária e questões geo-espaciais, funciona através de processos de criminalização do Outro. No caso em análise, o Outro é o pobre.

O que aqui é interpretado como controle social perverso é percebido de forma progressivamente mais intensa na medida em que a “mão” social do Estado se encontra cada vez mais e se submete à “mão” policial do Estado, isentando-se da promoção dos instrumentos sociais básicos, quais sejam, a distribuição de renda e, especialmente, os instrumentos de

apropriação dos bens e cultura legítima. Esses instrumentos constituem-se em condição primária para uma transformação do quadro de desigualdade social.

Assim, ao analisar a execução de um mecanismo adotado pelo estado do Paraná no enfrentamento da criminalidade e do sentimento de insegurança difuso na sociedade, foi encontrado um exemplo claro de controle social perverso. As evidências estão tanto na utilização de discursos estigmatizadores e incriminadores da pobreza com a finalidade de reivindicar o monopólio da violência legítima, quanto na preferência por políticas repressivas e não integradoras.

O funcionamento do controle social perverso conta com a participação ativa da imprensa. Isso foi percebido pelo fato de haver uma circularidade entre as narrativas oficiais e as narrativas jornalísticas (as “reportagens”), ambas marcadas pelo reforço do sentimento de insegurança que freqüentemente volta-se contra os pobres. As narrativas oficiais e de imprensa não somente informam ou formam o senso comum, mas também e principalmente o representam, visto que a qualificação de certas categorias sociais como potencialmente criminosas pertence a um “pacote interpretativo” embutido historicamente nas representações sociais.

Essa “sociodinâmica da estigmatização”, e é possível acrescentar, essa *sociodinâmica da criminalização* como um processo já histórico e arraigado nas representações sociais do brasileiro e que persegue certas categorias sociais, cujo exemplo aqui utilizado é o dos moradores da Vila das Torres, esvaziam a idéia de democracia e retiram o sentido universalizante da noção de cidadania.

Os depoimentos dos moradores da Vila das Torres evidenciaram como, a partir de sua experiência cotidiana com as diversas formas de violência, seja física ou simbólica, deixam um saldo que foi aqui interpretado como de *desilusão com a cidadania*. Suas dificuldades cotidianas, a especificidade da sua relação com o Estado, com a polícia, com seus concidadãos, ou mesmo no entre-si comunitário; e ainda, o conhecimento das representações sobre si divulgadas pela imprensa e nas narrativas oficiais, são apreendidos ora como “insultos morais”, ora como uma espécie de golpe desestimulador, ora como um indício de que o lugar não reconhecido, depreciado e ilegítimo que ocupam na sociedade será seu destino permanente.

ANEXOS

Anexo 1. Aspecto geral da Vila, década de 1980



Vista da Av. Comendador Franco.
Fonte. COHAB-CT.



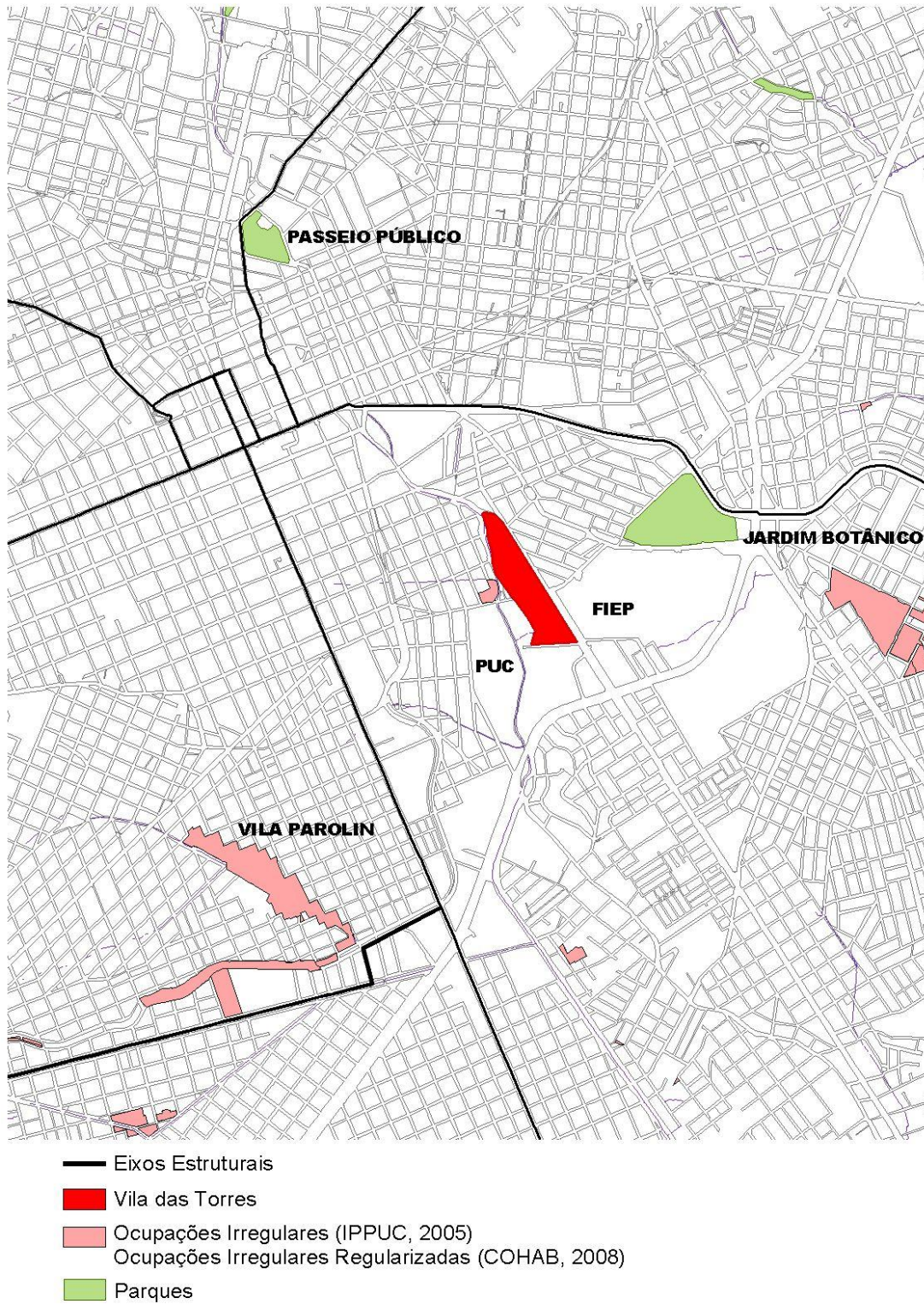
Vista da Rua Guabirota
Fonte: COHAB-CT.

Anexo 2. Imagem de satélite da Vila das Torres



Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

Anexo 3. Ruas limítrofes

Anexo 4. Referências de proximidade

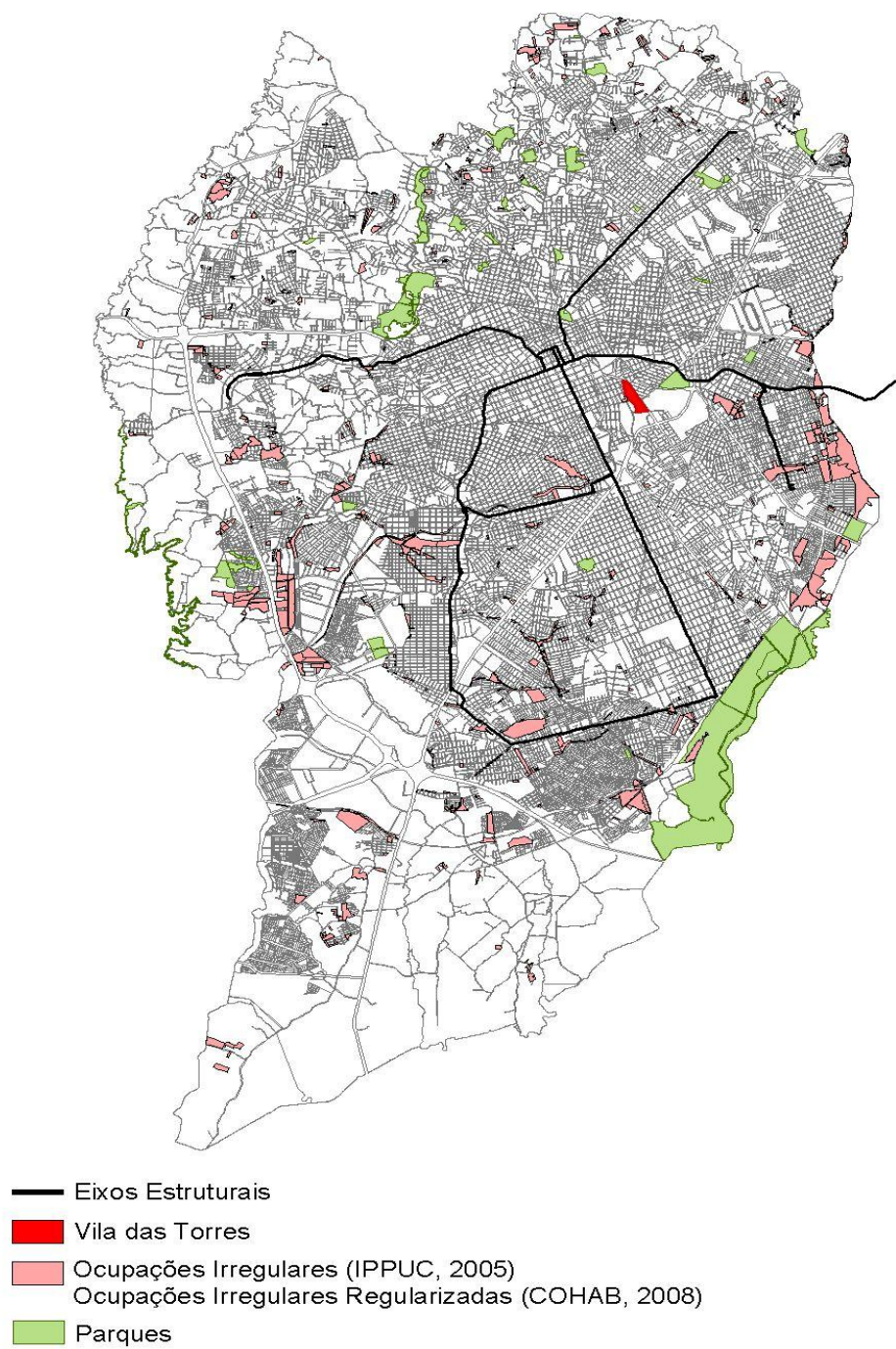
Fonte: COHAB-CT.

Anexo 5. Localização geográfica das subdivisões simbólicas da Vila



Fonte: Localização feita a partir de depoimentos de moradores

Anexo 6. Localização da Vila das Torres em relação a outras ocupações



Fonte: COHAB-CT, 2008

Anexo 7. Aspecto geral das residências

Fonte: <http://ippucnet.ippuc.org.br/BancoDeDados/Curitibaemdados/mostrarfoto.php>

Legenda: Slide arquivo IPPUC. Foto Zig Koch





Fonte: www.errantbodies.org

Legenda: fotografia de Octávio Camargo ou Brandon LaBelle



Fonte: www.errantbodies.org

Legenda: fotografia de Octávio Camargo ou Brandon LaBelle

Anexo 8. Depósito do Mineirinho, Vila das Torres

Fonte: www.errantbodies.org

Legenda: fotografia de Rosalvo Barbosa da Silva

Anexo 9. Carta das Favelas

CARTA DA FAVELA:

em seis pontos, uma proposta de vida melhor* .

Se Curitiba, como cidade, usufrui hoje de um inquestionável conceito em todo o País, isso se deve ao grau de responsabilidade e de ousadia com que sempre encarou seus problemas mais vitais. E, ao lado disso, à sua firme decisão de não contornar a realidade com soluções paliativas, mas de enfrentá-la com medidas efetivamente transformadoras.

Mas, se nestes anos conseguimos uma cidade melhor, a verdade é que isso não basta. Porque a cidade melhor precisa ser também mais igual e mais justa. E isso implica não apenas em tornar seus equipamentos e serviços acessíveis a parcelas cada vez maiores da população, mas, igualmente, em nos voltarmos para aqueles que vivem completamente à margem dos benefícios mais elementares que a vida urbana assegura.

Pensar Curitiba nessa perspectiva significa, pois, pensar em medidas efetivas, de aplicação imediata, que, possibilitem a melhoria das condições de vida e a promoção social das populações que habitam nas áreas de favelas.

Esse problema, pelo crescimento que tem apresentado, constitui uma das preocupações centrais do Município na área social.

Em 1975, Curitiba apresentava uma população de 17 mil pessoas, distribuída por suas então 17 favelas; hoje,

* Transcrito do 'Expresso' (Boletim de Informações da Cidade de Curitiba - PMC) - 31/3/80.

são cerca de 31 mil habitantes e um total de 51 núcleos.

Esse crescimento é resultado direto do processo migratório do campo em direção à cidade, sendo, mais recentemente, reforçado por deslocamentos da população urbana de baixa renda, que encontra na favela uma alternativa de sobrevivência.

Os núcleos favelados situam-se, na sua grande maioria, em locais caracterizados como fundos de vale ou de propriedade particular, estando apenas uma parte em áreas públicas.

Ao par da questão da irregularidade quanto a posse da terra, verifica-se a extrema precariedade das condições de moradia e de infra-estrutura sanitária, o que contribui para acentuar um quadro de vida indesejável, tanto no aspecto habitacional quanto no social.

Modificar essa situação é urgente, principalmente porque, entre a população favelada, o contingente infantil é o mais significativo, e, ao mesmo tempo, o mais vulnerável aos riscos oferecidos pela insatisfatória situação de vida. Está aí um problema social que Curitiba vai assumir. Por uma questão de justiça e de consciência, é nosso dever impedir que gerações de brasileiros continuem sendo forjadas em condições onde a própria dignidade humana se vê comprometida.

A solução do problema habitacional, aspiração mais imediata da população, depende diretamente da disponibilidade de áreas públicas destináveis a esse fim e da

viabilidade de compra de áreas particulares, já ocupadas ou não. Tendo em vista, entretanto, a amplitude do problema, a solução definitiva, abrangendo todos os núcleos, não pode se dar, como seria o ideal, a um só tempo e em curto prazo.

Assim — e considerando a necessidade da ação ter início imediato — a Prefeitura Municipal de Curitiba estabelece as seguintes propostas básicas de atuação:

1. Urbanização das favelas situadas em terrenos do Município, desde que as áreas apresentem condições favoráveis de salubridade. Para tanto, já estão sendo encaminhados à apreciação da Câmara vários pedidos de autorização para se proceder a venda dos terrenos aos moradores.
2. Nas favelas situadas em terrenos insalubres será dada à comunidade favelada a oportunidade de aquisição de unidades em programas especiais da COHAB. A opção será da comunidade na sua totalidade. Oferecida a opção, ficará a Prefeitura desobrigada de manter programas de melhoria de qualidade de vida nessas áreas. Neste sentido, já tem a COHAB como programação para o biênio 80/81, a oferta de 2.400 unidades. Somente esse programa permitirá atender cerca de 40% do total de famílias residentes em favelas no Município.
3. Nos casos de favelas situadas em terrenos particulares a Prefeitura já está mantendo contatos com os proprie-

tários, visando sua participação na solução do problema, que poderá ser a urbanização, quando a área é salubre e seu preço viável, ou a oferta de outras áreas que possibilitem ampla integração dos moradores à cidade.

4. As famílias que já adquiriram terreno próprio, ou que vierem a fazê-lo, terão a construção da moradia financiada pela COHAB, através do Programa FICAM.
5. Implantação, em Curitiba e municípios da região metropolitana, de comunidades rurbanas, voltadas para a produção hortigranjeira, que absorverão famílias de origem rural, hoje residentes em favelas.
6. As populações, enquanto não beneficiadas por qualquer das medidas anteriores, terão assegurada a melhoria das condições de vida, ouvido o Conselho Comunitário de Melhoria da Qualidade de Vida nas Favelas, a ser criado por decreto e composto por representantes da Câmara Municipal, da Pastoral das Favelas, da Comissão de Justiça e Paz e da Prefeitura.

No que se refere a melhoria das condições de vida, é importante frisar que muitas providências já estão em curso, pelo Departamento de Desenvolvimento Social. As dez creches que a Prefeitura está construindo, específicas para os núcleos de favelas, atenderão a partir deste ano, do pon

to de vista alimentar e educacional, a cerca de 900 crianças. O plano de assistência médica está sendo levado a todas as áreas. E, em diversos núcleos, já foram iniciadas obras como a implantação de iluminação e torneiras públicas, valetamento e abertura de ruas. Vale ressaltar que algumas dessas obras têm sido realizadas pela própria população, com o apoio do Município.

Ao anunciarmos este programa geral de atuação para as favelas da cidade, temos plena consciência das dificuldades a serem vencidas. Acreditamos, porém, que o desafio precisa ser enfrentado — e que este é o momento de fazê-lo.

Nesta decisão, sabemos que estão ao nosso lado os que aspiram por uma Curitiba mais justa, e, como nós, entendem que o desenvolvimento não deve ser privilégio de uns poucos, mas um bem entre todos repartido.

Finalmente, afirmamos que esta proposta de atuação não foi fruto de elaborações internas, sem que se ouvisse os interessados. Pelo contrário: as populações foram amplamente consultadas, participaram das diversas fases da elaboração. Assim como, no mesmo grau, participarão de todas as fases da execução.

A maioria esmagadora da população residente nas favelas é constituída de trabalhadores, pessoas que dão uma contribuição efetiva ao desenvolvimento da cidade. Não são marginais, nem "diferentes". Não optaram pela situação em que vivem, mas a ela foram constrangidos pela expulsão do meio rural ou pelas dificuldades econômicas que atingem, na área urbana, as camadas de baixa renda.

É assim que a cidade deve vê-los.

Porque é assim que a situação é.

Anexo 10. Vila de Ofícios na Vila das Torres

Fonte: Cohab-CT, 2008



Fonte: Cohab-CT, 2008

Anexo 11. Preocupação com a violência

Crianças já se preocupam com violência

Redações mostram como os crimes acontecem perto delas, podendo as deixar traumatizadas

Samar Razzak

"Eu vi o meu vizinho matar a sua própria filha. E, uma noite, eu ouvi tiroteio e uma mulher chamou socorro. E a minha mãe e meu pai sempre brigam. Na minha casa ninguém é feliz." Esse texto trata-se de uma redação escrita por uma menina de oito anos. Ela estuda na Escola Municipal Ayrton Senna, no Jardim Acrópole, um dos bairros mais violentos de Curitiba.

Olhando as redações de crianças que vivem nos bairros mais atingidos pela violência da cidade, é chocante perceber como a criminalidade está presente na vida delas. São crianças de sete, oito, dez, no máximo 12 anos, que vêem crimes acontecendo nos arredores de casa ou, pior, têm o problema da criminalidade dentro da própria família. Sem muito constrangimento, as crianças contam do tio que anda armado, da mãe que está presa, do irmão que assalta ou do pai que é traficante de drogas.

A reportagem de O Estado visitou três escolas municipais localizadas em bairros de Curitiba conhecidos como sendo os mais perigosos da cidade: Escola Mu-

nicipal Mansur Guérios, na Vila Conquista; Escola América da Costa Sabóia, na Vila Verde; e Escola Municipal Ayrton Senna, no Jardim Acrópole. O objetivo foi verificar como a violência que assola essas regiões influi na vida escolar das crianças que moram nestes bairros.

Elas contam do tio que anda armado, da mãe que está presa ou do irmão que assalta.

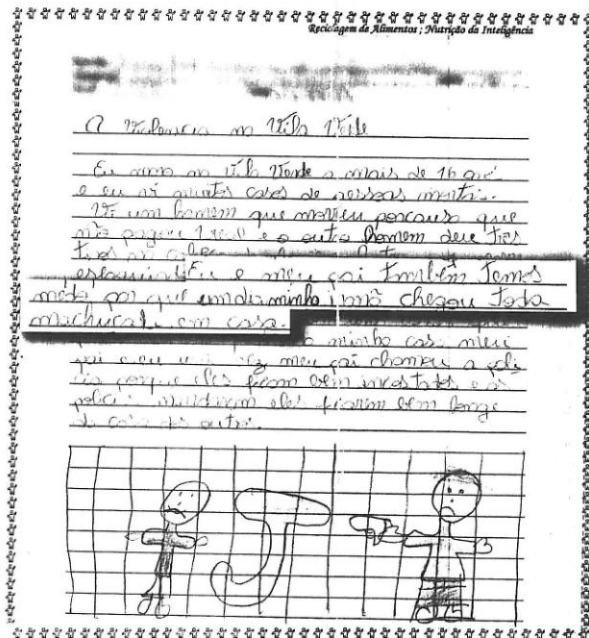
"Trabalho aqui há uns 10 anos e vou ser sincera que levei um choque ao ler as redações. É que quando comecei a lecionar aqui, a violência chegava dentro da escola, agora não chega mais. Então a gente tinha a impressão de que a coisa melhorou. Mas não é bem assim. A maioria dos alunos está vivendo situações de violência e eu não imaginava que era tão grave", conta Valdete Moreira de Oliveira, professora há 10 anos na América da Costa Sabóia, na Vila Verde.

Os reflexos dessa realidade violenta são sentidos na vida escolar. A pedagoga da escola,

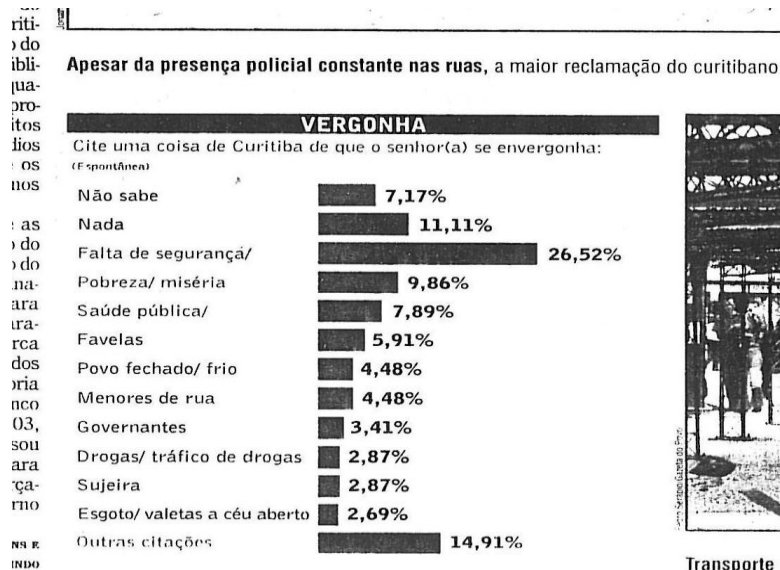
Aparecida Abrão Machna, conta que a procura por tratamento psicológico no posto de saúde é tanta que há mães que esperam quase dois anos para conseguir consultas para os filhos.

Na Escola Municipal Mansur Guérios, a diretora Elizabete Borba Breis conta que o dia-a-dia dos professores é de choque: alunos são presos com frequência, por estarem envolvidos em assaltos ou tráfico, sem falar no problema das gangues. Na semana passada, dois alunos e um ex-aluno da escola foram presos ao tentarem roubar um tênis de um adolescente. Antes disso, eles já haviam sido pegos ao roubarem uma bicicleta.

Rejane Rauen Gobbo, vice-diretora da escola, conta que é comum ex-alunos virarem bandidos. "Esses dias uma professora estava vindo para a escola e o ônibus foi assaltado por adolescentes. Quando os meninos chegaram perto, ela viu que entre eles estava um ex-aluno dela. A gente fica mal vendo essas coisas. Nos perguntamos o que a sociedade apresentou para eles depois que saíram da escola, porque quando estavam aqui não eram assim. A gente se pergunta o que deixou de fazer, nos sentimos até incompetentes. É frustrante", diz.



Fonte: O Estado do Paraná, 15 maio, p. 11.



Fonte: Gazeta do Povo, 29 mar. 2005, p. 5.

Anexo 12. Pesquisa sobre violência e avaliação da Operação Alvo 1

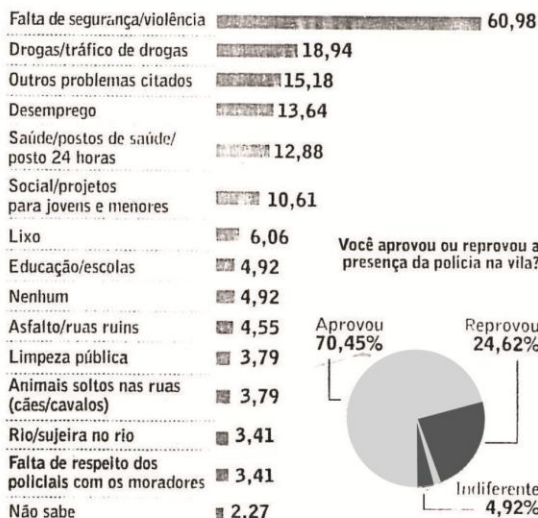
LEVANTAMENTO

A pesquisa foi dividida em duas partes. Na primeira, os moradores da Vila das Torres avaliaram a ação policial na semana passada. Na segunda parte, a população de Curitiba foi ouvida sobre a operação na vila e outras questões ligadas à segurança pública.

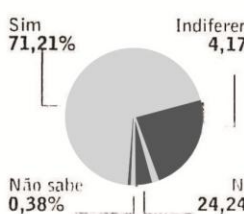
Pesquisa com os moradores da Vila das Torres

Quais são hoje os dois maiores problemas da Vila das Torres (aqueles que as autoridades deveriam resolver em primeiro lugar)?

Pesquisa Espontânea – Cada entrevistado poderia citar mais de um problema. Números em %



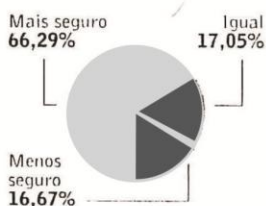
Você gostaria que este tipo de policiamento ostensivo continuasse?



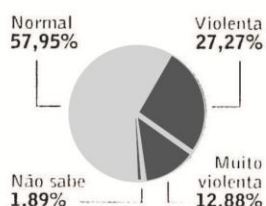
Depois da ação da polícia, a violência na vila nas próximas semanas vai aumentar, diminuir ou continuar como está?



Você se sentiu mais seguro, igual ou menos seguro durante a ação da polícia na vila das Torres?



A abordagem dos policiais durante a operação foi normal, violenta ou muito violenta?

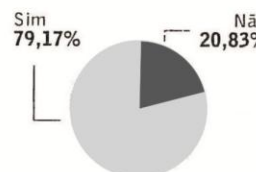


Foram entrevistados 264 moradores da Vila das Torres maiores de 16 anos, entre os dias 6 e 7 de março. O grau de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro é de 4%.

Fonte: Paraná Pesquisas.

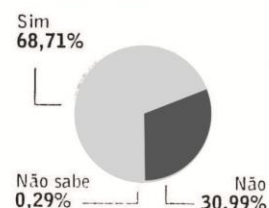
Pesquisa com a população de Curitiba

Você conhece ou sabe onde fica a Vila das Torres?

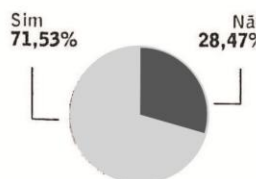


Você tem medo de ir ou passar perto da Vila das Torres?

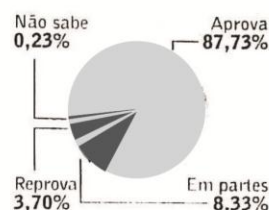
Entre os que conhecem ou sabem onde fica a Vila das Torres



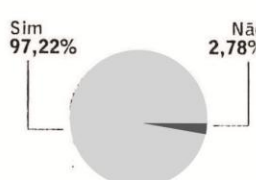
Você soube da operação realizada pela polícia/Secretaria de Segurança Pública na Vila das Torres?



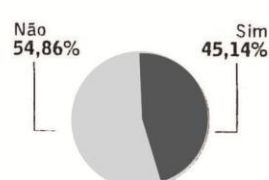
Você aprova ou reprovou a entrada da polícia na região?



Você acha que a ação deveria ser feita em outras localidades ou bairros violentos da cidade?

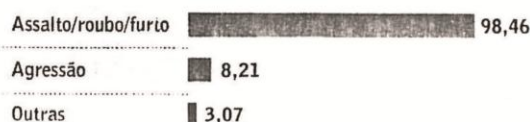


Você já foi vítima de algum tipo de violência?



Entre os que já foram vítimas, qual foi o tipo de algum tipo de violência?

Pesquisa Espontânea – Cada entrevistado poderia citar mais de um problema. Números em %



Foram entrevistados 432 moradores de Curitiba maiores de 16 anos, entre os dias 6 e 7 de março. O grau de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro é de 5%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. *In*. MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. v. 4, 2002. Disponível em: <
http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=950&Itemid=96>. Acesso em: 28 jul. 2008.
- ADORNO, S. Crise no sistema de justiça criminal. *In*. **Revista Ciência & Cultura**, 54 (1), jul./set., 2002a.
- ALVAREZ, Marcos C. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan 2008.
- ALVIM, Joaquim L. de R.. Cidadania(s) identidade(s) e integração social: reflexões sobre os modelos contratualista, naturalista e comunitarista da cidadania. **Plúrima - Revista da Faculdade de Direito da UFF**. Niterói/Porto Alegre, Síntese, Vol. 2, 1999.
- ANDERSEN, P. **As origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Edusp, 2001.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- BIANCHINI, Fabiana Ap. **Vila Torres**: Os espaços de representação e as relações de poder. Curitiba, 2006. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Paraná.
- BOURDIEU, P. **Raisons pratiques**. Seuil, 1994.
- _____. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Structures sociales et structures de perception du monde social. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Vol. 1, n. 2, p 18-20, 1975.
- BRITO, Maria Cristina Cachenski. **A sustentabilidade do ambiente de uma comunidade por meio da promoção da saúde e da inclusão social digital estudo de caso: Vila Torres**. Dissertação de Mestrado. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005.
- CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.
- CANCELLI, E. **A cultura do crime e da lei (1889-1930)**. Brasília: Edunb, 2001
- CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. In: **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Publicação em Português. Número 5, Ano 3, p. 137-157, 2006. Disponível em: <http://www.surjournal.org>. Acesso em: 26 set. 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. C. Direitos, insulto e cidadania: (existe violência sem agressão moral?). In: **Série Antropologia**, nº 371, Brasília, UNB, 2005 (mimeo). Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie397empdf.pdf>. Acesso em: 23 set. 2008.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. **A insegurança social**. O que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- _____. **A discriminação negativa**. Cidadãos ou autóctones? Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. "La piege de la exclusion in lien social et politiques". **Revue internationale d'action communautaire**, n. 34, p. 13-21, automne 1995.

- _____. Entrevista concedida à IHU On-Line. São Leopoldo, 23 maio 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=410>. Acesso em: 01 nov. 2008.
- _____. As armadilhas da exclusão. *In*. _____. et. al. (org.) *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2004.
- COELHO, E. C. A Marginalização da Criminalidade e A Criminalização da Marginalidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 139-161, 1978.
- CORREA, Telma de B. A casa: do abrigo à máquina de morar. **Série Estudos & Debates**, Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, n.39, dez. 1999.
- COSTA, Fernando B. da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.
- CUSSON, Maurice. L'effet structurant Du controle social. *In*. *Revue Criminologie*, vol 26, n. 2, p. 37-62, 1986. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/cusson_maurice/effet_controle_social/effet_controle_social.html>. Acesso em: 18 out. 2007.
- DAVANASO, S. **Meio ambiente e gravidez na adolescência**: um estudo do desenvolvimento humano em uma vila de recicladores de lixo em Curitiba. Curitiba, 2004. Tese de Doutorado em Meio Ambiente, Universidade Federal do Paraná.
- DELUMEAU, J. **La peur em Occident** (XVI^e - XVIII^e siècle). Paris: Hachette Littérature, 1999.
- DUARTE, F.; CZAJKOWSKI JUNIOR, S. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2008.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1977 [1893].

- _____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1983].
- _____. As regras do método sociológico. In: _____. **Durkheim**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.71-161. (Coleção Os Pensadores).
- _____. **Le suicide**. Étude de sociologie : livre I, II e III. 1897. Disponível em:<
<http://dx.doi.org/doi:10.1522/cla.due.sui2>>. Acesso em: 18 out. 2007.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Vigiar e punir**: uma história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREITAS, Wagner Cinelli de P. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.
- GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo**. Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.
- GLASSNER, B. **A cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.
- GODOY, Elisamara Ribas. **Portal comunitário**: uma ferramenta para auxiliar na construção da cidadania e no desenvolvimento local sustentável estudo de caso: Comunidade Vila Torres. Dissertação de Mestrado em Gestão Urbana. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: la identidad deteriorada. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1970.

- GOLDWASSER, M. J. “Cria fama e deita-te na cama”: um estudo de estigmatização numa instituição total. *In.*: VELHO, G. (org.). **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GURVITCH, G. El control social. *In.*: GURVITCH, G.; MORRE, W. **Sociologia del siglo XX**. Espanha: Editorial El Ateneo, 1965.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma critica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LAZZAROTO, A. **Como ela é**: a Vila das Torres contada por seus moradores. Curitiba: Linguaruda, 2004.
- LIMA, Renato S. de. A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. *In.*: **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 80, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100005&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2008. doi: 10.1590/S0101-33002008000100005.
- MACHADO DA SILVA. Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.19, n. 1, p. 53-84, jan./jul. 2004.
- MACHADO DA SILVA. Luiz Antônio; LEITE, Márcia P.. Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Crimen y costumbre em la sociedad salvaje**. Espanha: Ariel S.A, 1956. Disponível na Internet.
- MENDONÇA, Maria José Soares de. **Extensão acadêmica**: uma proposta para o serviço social no processo de fortalecimento da rede social na Vila das Torres em Curitiba. Conclusão do Curso de Serviço Social, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005.

- MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. *In*. PANDOLFI, Dulce. et. al. (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p.130-148, 1999. Disponível em:<http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=907&Itemid=96>. Acesso em: 12 jul. 2008.
- MESQUITA, Paulo. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol.18, n.1, p. 103-110, jan./mar. 2004. Disponível em:
<http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1030&Itemid=96>. Acesso em: 12 jul. 2008.
- MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. *In*. GONÇALVES, M. A.;VILAS-BOAS, G. (Orgs.). **O Brasil na virada do século**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Disponível em:
<<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/CRIME%20e%20pobreza.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2008.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- _____. Émile Durkheim: para uma sociologia do mundo contemporâneo. *In*: CODATO, A. (org.). **Tecendo o presente: oito autores para pensar o século XX**. Curitiba: SESC Paraná, 2006.
- MORAES, P. R. B. et al. **Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos**. Brasília: UNESCO, 1999.
- OLIVEIRA, Márcio de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2007, [En línea]. Disponível em:
<http://nuevomundo.revues.org//index5287.html>. Acesso em: 16 jul. 2008.
- PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*. VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976, p. 26-68.

- PEREIRA DOS ANOS, Everaldo. **Controle social e punição**: a criminalização da juventude pobre. Curitiba, 2008. 26 f. Monografia (Especialização em Sociologia Política). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.
- POLANY, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RAMOS, Eloá Regina Bittencourt. **Vila Pinto**: o nascimento de uma associação de moradores. Conclusão do Curso de Serviço Social, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1985.
- ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, 1999. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul. 2008.
- SALLAS, A. L. F. (coord.). **Os jovens de Curitiba**: desencantos e esperanças – juventude, medo e violência. Brasília: Unesco, 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVA, E. M. A. da. **Mídia e construção social da realidade: algumas considerações sobre os critérios de representação da “violência urbana” na imprensa carioca**. Publicação de internet. Niterói, 2007. Disponível em:
<http://201.48.149.88/abant/arquivos/21_5_2008_10_50_42.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2008.
- SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2008.

- SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Obsessão securitária e a cultura do controle. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 20, 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100015&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 17 2008. doi: 10.1590/S0104-44782003000100015.
- TREVISAN, Dalton. **Dinorá**. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.
- _____. **Os condenados da cidade**: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001b.
- WENDEL, Travis; CURTIS, Ric. Tolerância zero: a má interpretação dos resultados. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, 2002.
- Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Aug. 2008.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. Organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.